

**CONTAMOS
TODOS**

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA



PS

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

XXV Congresso Nacional do Partido Socialista

Moção de Política Global

CONTAMOS TODOS

José Luís Carneiro

Introdução

Afirmar e modernizar o Partido Socialista

I. Desenvolvimento económico

- A. Ordenamento, gestão e infraestruturação do território
CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
- B. Mais agricultura e alimentação, floresta e mar
- C. Melhor ambiente, dupla transição verde e digital e recursos
- D. Revitalizar indústria, qualificar turismo, comércio e serviços
- E. Apostar em formação profissional, melhor trabalho e mais rendimentos
- F. Equidade nas finanças públicas e na fiscalidade

II. Progresso social

- A. Combater pobreza, desigualdades e todas as formas de discriminação
- B. Sustentabilidade da segurança social
- C. Direito à habitação
- D. Defender o Serviço Nacional de Saúde
- E. Apostar em educação, ensino superior, ciência e cultura;
- F. Novas políticas de juventude e desporto

III. Soberania e instituições eficazes

- A. Política Externa e de Defesa Nacional
- B. Mais Integração Europeia
- C. Valorizar as Comunidades Portuguesas
- D. Aprofundar a Autonomia Regional
- E. Segurança em Liberdade
- F. Justiça para todos
- G. Reforma da Administração Pública
- H. Qualidade da democracia, cidadania, transparência e combate à corrupção

Conclusão

Introdução

Caro/a Camarada,

Há seis meses, tive a honra de ser eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, numa eleição intercalar estatutária por vacatura do cargo. Agora, no calendário do Congresso Nacional e da eleição de todos os órgãos nacionais do nosso partido, recandidato-me a Secretário-Geral.

Faço-o com sentido de dever cumprido, mas sobretudo pelo muito que ainda há a fazer. Faço-o pelo caminho que começámos juntos e que quero continuar, com todos os socialistas. Faço-o pedindo a sua confiança para consolidar esse caminho de recuperação de uma posição majoritária para o Partido Socialista.

Foram seis meses muito desafiantes. Partimos de um resultado muito duro nas eleições legislativas do ano passado. Pouco depois, nesse contexto difícil, tivemos as eleições autárquicas de outubro último, com muitos mais autarcas do PS do que da AD a atingir o limite de mandatos. Não obstante conseguimos boas vitórias e, graças à excelência dos nossos programas e candidatos autárquicos, invertemos a perceção de decadência eleitoral do PS. Começámos aí a recuperação do nosso amplo espaço político do centro-esquerda.

Nas eleições presidenciais conduzimos um processo democrático em que houve tempo, espaço e oportunidade para que o PS convergisse num apoio sólido a António José Seguro. O PS logrou assim as duas condições essenciais para uma vitória do centro-esquerda nas eleições presidenciais: ter um candidato; e só ter um candidato. O centro-esquerda unido suplantou o centro-direita dividido na primeira volta e derrotou a extrema-direita na segunda. Desponta um cenário de bipolarização entre uma direita cada vez mais radicalizada e o PS, que é hoje a casa comum dos Democratas, Progressistas e Humanistas.

Em estabilidade política, de que o país necessita e por isso nós socialistas desejamos, Portugal só deverá voltar a ir a eleições no último trimestre de 2028, nas eleições regionais nos Açores. Só em 2029 haverá lugar a eleições europeias, autárquicas, regionais da Madeira e, também, legislativas. Não procuramos eleições legislativas antecipadas, mas temos que estar preparados para estar à altura de todas as responsabilidades. Esta Moção de Política Global que proponho ao Congresso Nacional é isso mesmo, o continuar de um amplo movimento participativo de preparação das políticas da futura governação do PS.

Demonstramos todos os dias que só o PS é alternativa à atual governação da AD, que se vem revelando cada vez mais insensível, impreparada e incompetente. Cada vez mais submissa e refém da extrema-direita. Liderando uma oposição responsável e propositiva, o PS procura convergências nas áreas de soberania: política externa, europeia e de

defesa nacional; justiça e administração interna, desafiando o Governo a resistir ao ‘canto da sereia’ da extrema-direita e a não se desviar da matriz do Portugal atlantista e europeísta, constituído em sociedade aberta, livre, democrática e pluralista.

Nas demais matérias, conduzimos uma oposição responsável ao Governo. Apresentámos e apresentaremos propostas alternativas quando o país delas precisar. Foi o que fizemos face ao Orçamento do Estado da direita para 2026. Apresentámos propostas financeiramente sustentáveis para desagrarar o custo de vida na alimentação e na energia; melhorar a equidade fiscal, a dinamização económica e os rendimentos dos mais desfavorecidos, dos jovens e da classe média, bem como aumentar definitivamente as pensões. Propusemos e continuaremos a propor ao Governo políticas estruturantes nas mais diversas áreas, da habitação à saúde e emergência médica, passando pela indústria de defesa. Seremos oposição à privatização do serviço nacional de saúde, da segurança social ou da escola pública.

Acredito que o PS é o partido mais bem formado e mais bem preparado do panorama político português. Temos os melhores valores, os do socialismo democrático internacionalista, da social-democracia europeia, do progressismo e do humanismo. Temos as melhores aspirações, por uma sociedade de oportunidades, inclusiva e tolerante. Temos as melhores políticas e os melhores quadros, para garantir o desenvolvimento económico e o progresso social de Portugal.

Proponho esta Moção de Política Global para lançar um debate interno e externo sobre o futuro de Portugal. Começando por revitalizar o PS, valorizando a militância, a sua participação nos processos de decisão e de construção das políticas que propomos ao país, modernizando a nossa implantação, organização e comunicação. Abrindo o PS à participação externa e recuperando a confiança dos portugueses.

Trazer confiança aos portugueses é afirmar a nossa soberania, promover instituições eficazes, desenvolvimento económico e progresso social. Estas são as três grandes áreas de Política que lhe quero propor que discutamos para construir a nossa proposta para Portugal.

Desenvolvimento económico inteligente e inclusivo; sustentável ambientalmente, socialmente e financeiramente. Com ordenamento, gestão, integração e valorização do território e dos recursos nacionais, com fatores de competitividade na dupla transição verde e digital. Uma estrutura intensiva em educação e qualificações, capital, tecnologia e energia, para vidas e trabalhos dignos e bem remunerados, com políticas de rendimentos, finanças e fiscalidade equitativas.

Progresso social, com um combate sem tréguas à pobreza, às desigualdades e às discriminações; na promoção do direito à habitação e

na defesa da segurança social, da saúde, do acesso à cultura e da educação públicas.

Uma política externa e de defesa coerente, que defenda o interesse nacional, político e económico, em que o PS é o partido da integração europeia. Um país justo, livre e seguro para todos. Um Estado moderno, transparente e eficaz, que combata a opacidade e a corrupção, que não falhe aos portugueses.

Esta moção é um início de conversa. Ouvindo militantes, simpatizantes e a sociedade em geral nos vários territórios, estamos a receber contributos que ajudam a melhorar e a tornar mais participada e mais forte a nossa proposta política. O XXV Congresso Nacional do PS não é um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida para reconquistar a confiança dos portugueses.

Conto consigo para estes desafios, com o seu apoio e com a sua participação ativa. Todos somos precisos. Contamos todos!

Afirmar e modernizar o Partido Socialista

O Partido Socialista é os seus militantes e estes são os únicos soberanos na condução dos destinos do PS.

Conquistada a Democracia há cinquenta anos, o PS existe para a defender, aperfeiçoar e concorrer a eleições. Por isso está organizado em seções que correspondem a freguesias, em concelhias que correspondem a municípios e em federações que correspondem aos círculos eleitorais para a Assembleia da República e às Regiões Autónomas. É aos militantes do PS e aos seus órgãos internos representativos que compete construir os melhores programas e políticas a apresentar e propor ao país, bem como escolher os melhores candidatos para eleições de círculo nacional único, seja ao deliberar o apoio a um ou uma candidato ou candidata presidencial, seja a aprovar uma lista de candidatos ao Parlamento Europeu. É aos militantes do PS e aos seus órgãos internos representativos, respetivamente locais, regionais e distritais, que compete definir os melhores programas e escolher os melhores candidatos a eleições para as assembleias de freguesia, as assembleias e câmaras municipais, as Assembleias Legislativas Regionais e a Assembleia da República.

O poder local democrático e eleito é uma marca do PS, partido fundador da democracia liberal e plural em Portugal. São milhares de militantes e simpatizantes que, de quatro em quatro anos, ganham a confiança dos seus vizinhos para exercer funções autárquicas e honram os valores do socialismo democrático na sua ação quotidiana. Com as políticas do PS, quer de descentralização de competências, quer de rigor, responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos, a governação autárquica torna-se progressivamente mais exigente e tecnicamente complexa. É fundamental assegurar que os autarcas dispõem de competências sólidas nas áreas do regime jurídico das autarquias locais, finanças públicas, contratação pública, ordenamento do território, ação social, ambiente, migrações mobilidade, habitação, gestão de recursos humanos e planeamento estratégico, entre muitas outras. O PS vai apostar na formação autárquica contínua, também em 2026 e 2027, permitindo reforçar a autonomia crítica dos eleitos, elevar a qualidade do debate nos órgãos municipais e reduzir o risco de decisões juridicamente frágeis ou financeiramente desajustadas. A preparação antecipada favorece a participação de todos, a renovação qualificada dos quadros políticos locais e transições mais suaves e sólidas, assegurando continuidade institucional e fortalecendo a capacidade de planeamento a médio e longo prazo.

A democracia interna no Partido Socialista é única no plano nacional. O PS é o partido mais democrático, coerente e consequente e isso reflete-se também na formulação das políticas e candidaturas que o PS apresenta ao país.

Não devemos contudo estagnar e ficar imóveis. Apesar das mudanças que a sociedade portuguesa foi conhecendo, e das novas realidades emergentes, quer demográficas, quer sociopolíticas, quer de organização do Estado, quer, ainda, no plano da digitalização e das redes sociais, o PS continua, organizacionalmente, bastante próximo do que é há decénios, quase que reproduzindo a estrutura funcional e operativa existente desde a sua fundação há mais de cinquenta anos.

Os Estatutos do PS desenharam um conjunto de mecanismos destinados a modernizar e a adaptar a resposta do partido face ao desenvolvimento social e às novas dinâmicas que pontuam a atualidade. É nesta senda que se inserem a instituição de cimeiras interfederativas, a promoção de clubes de política e a criação de departamentos nacionais temáticos. Estas duas últimas figuras estão, nos termos estatutários previstos, abertas à participação de simpatizantes e independentes. Todavia, a experiência demonstra a reduzida utilização destes mecanismos e um modelo de funcionamento que se baseia essencialmente na ação dos órgãos estatutários clássicos.

No entanto, os desafios que o partido enfrenta impõem, com premência, a realização de um ajustamento da sua estrutura organizativa com vista a reforçar a aproximação do partido à sociedade e a dar-lhe os instrumentos para uma melhor capacidade de ação política, interna e externa.

Importa, assim, responder aos desafios da recomposição demográfica do eleitorado, da fragmentação da oferta partidária, da transformação dos mecanismos de comunicação com o eleitorado e da reorganização territorial do Estado.

Conhecer e caraterizar para agir

O PS tem hoje deficiências estruturais no conhecimento e caraterização dos seus militantes e das suas aptidões, as quais limitam fortemente a convocação para a ação política e a efetiva participação. Assume-se, assim, como prioridade absoluta saber quem somos, onde estamos, como nos caracterizamos e como podemos ser contactados. Por isso lançaremos o programa ‘Conhecer e Caracterizar, para Agir’, a desenvolver no respeito e aplicação da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto (RGPD):

- numa primeira fase, todos os militantes serão contactados individualmente para concretização de um ficheiro fiável de suporte à ação política e à comunicação com os militantes;
- numa segunda fase imediatamente subsequente, o ficheiro de militantes será dotado de informação qualitativa que permita agrupar os militantes por áreas de interesse, experiência política ou especialização académica. Será garantida a atualização permanente da informação através de reportes semestrais das estruturas concelhias e federativas;

- simultaneamente, o Portal do PS facilitará a cada militante atualizar espontaneamente os seus dados e serão realizadas campanhas de sensibilização nesse sentido. Sempre que algum militante adote este procedimento o gestor da base de dados receberá um alerta para validar a atualização efetuada.

Incentivar a militância, melhorar o acolhimento, abrir o PS

- Enviar a cada novo militante de um *kit* de acolhimento com a Constituição da República Portuguesa, a Declaração de Princípios do PS, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Europeia de Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, o programa eleitoral do PS aprovado à data da adesão e outros documentos ou elementos relevantes. Este conjunto de elementos deverá, igualmente, ser enviado, por via digital, a todos os atuais militantes do PS
- Lançar uma revisão estatutária e dos regulamentos eleitorais e de quotas, no sentido de valorizar a efetiva participação de todos e cada militante nos processos decisórios internos.
- Rever a regra estatutária que define os símbolos do PS no sentido de permitir a utilização dos símbolos da Internacional Socialista.
- Simplificar a inscrição no PS, com a adoção de um ponto único de inscrição, preferencialmente online e supletivamente postal, no Departamento Nacional de Dados, com vista a acelerar o procedimento de adesão e eliminar burocracia mas preservando a possibilidade de as estruturas se oporem a uma nova admissão, fundamentadamente, nos noventa dias posteriores à submissão.
- Estabelecer a possibilidade de dupla inscrição efetiva para militantes que integrem estruturas locais ou temáticas em território nacional e em território estrangeiro, permitindo a esses militantes o acompanhamento e participação na vida do partido nesses níveis diferenciados e criar ciberseções de âmbito local, federativo, nacional e temático.
- Realizar uma campanha de novas adesões, especialmente dirigida aos jovens e às mulheres.
- Criar um momento anual de acolhimento aos novos militantes, em formato misto, presencial e online, devendo ser organizado um momento nacional (na federação que, no ano respetivo, reúna mais inscritos em percentagem sobre a população residente) e momentos idênticos em cada uma das federações.
- Modernizar os procedimentos eleitorais internos do partido para fomentar e facilitar a participação, introduzindo no PS as ações de modernização que o PS, no Governo, implementou no país, como a possibilidade do voto antecipado e do voto em mobilidade nos atos eleitorais internos.

- Reforçar os meios disponíveis para pagamento das quotas, enviar alertas semestrais para o pagamento de quotas e estabelecer três escalões de quotização diferenciada: até aos 30 anos, dos 30 aos 65, e a partir dos 65, com quotas diferenciadas, definindo o princípio, adotado em partidos congéneres, de que as quotas são pagas com fundos próprios do militante. Definição de uma quota geral, podendo cada militante, no ato da inscrição ou a qualquer momento, optar pelo pagamento da quota do seu escalão ou da quota geral. Estabelecimento de isenções ou reduções de quotas para militantes portadores de deficiência, beneficiários do RSI e de pensão de invalidez ou velhice cujo rendimento seja anualmente inferior a doze IAS. Sempre que um militante deixe de pagar quotas por um período significativo, a definir em Comissão Nacional, será notificado para pagar, caso o não faça passará para um ficheiro, a criar, de ‘simpatizantes com a militância suspensa’.
- Criar o Provedor do Militante, a designar em Comissão Nacional. O Provedor do Militante deverá receber e analisar queixas e sugestões de militantes sobre o funcionamento do partido e a observância dos direitos e deveres destes, propondo recomendações organizativas e mediando conflitos com os órgãos estatutários competentes.
- Criar estruturas interfederativas não permanentes de âmbito regional e ajustadas à área das CCDR, AM e CIM, transformando as cimeiras interfederativas em Convenções Regionais mais amplamente participadas por autarcas e outros militantes e simpatizantes.
- Criar, na Sede Nacional, uma sala aberta ao público e uma estrutura de informação e acolhimento para quem se queira dirigir, contactar ou receber informação sobre o PS, dinamizando a ação “Conheça o PS!”
- Organizar um programa permanente de visitas públicas à Sede Nacional do PS, atendendo ao seu interesse arquitetónico e histórico, incluindo o palacete nos roteiros turísticos de Lisboa.
- Dinamizar encontros abertos a todos os cidadãos, ‘Diálogos com o PS’ e disponibilizar as sedes do PS, em modelo a fixar, para atividades universitárias, devendo o PS contactar e propor esta possibilidade às instituições académicas.
- Dinamizar o programa “O PS vai à escola”, definindo um modelo sistemático de visitas a escolas secundárias e a universidades por parte de dirigentes, deputados e eurodeputados e, bem assim, disponibilizado a sede nacional para visitas de estudo.
- Celebrar protocolos de cooperação com universidades, fundações, institutos, centros de investigação e outras instituições com vista a partilhar conhecimento e a permitir que, em cada momento, o PS esteja a par do desenvolvimento científico nacional.

- Reforçar o Gabinete de Estudos, conferindo-lhe relevância, autonomia e prestígio, passando a denominá-lo INSTITUTO JORGE SAMPAIO.

Compromisso ético, combate à corrupção e crimes conexos

- Aprovar em Comissão Nacional, após debate e consulta, um “Código de Ética dos Militantes e Eleitos Socialistas”, com regras atinentes à atuação na vida interna do partido e à atuação nos cargos externos de designação partidária; o Código de Ética deve estar previsto nos Estatutos;
- Instituir uma Comissão de Ética destinada a avaliar as transgressões ao Código de Ética e a dar pareceres, orientações e formação regular sobre ética; a designação, a composição, as competências e o funcionamento da Comissão de Ética devem estar previstos nos Estatutos.
- Criar de um canal de denúncias interno, incumbindo a gestão do mesmo à Comissão de Ética.

I. Desenvolvimento Económico

A. Ordenamento, gestão e infraestruturação do território

CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Contextualização

A criação das Regiões Administrativas, com legitimidade democrática, autonomia e meios adequados, é condição fundamental para uma gestão mais eficaz do território, dos serviços públicos e das múltiplas dimensões de atuação do Estado. A democratização e racionalização das atuais administrações regionais do Estado no território continental; a harmonização das jurisdições territoriais setoriais; e a eliminação de sobreposições e redundâncias, permitirão resolver ambiguidades há muito existentes e que prejudicam a capacidade de intervenção dos diferentes níveis de administração.

Análise

Há muito que é diagnosticada a crescente assimetria do território nacional, seja na sua ocupação, demografia ou desenvolvimento económico, e há muito que se identifica a necessidade de ter políticas de desenvolvimento que permitam atenuar essas assimetrias. Contudo, os instrumentos que têm sido usados, seja ao nível das ferramentas de planeamento estratégico, seja ao nível dos mecanismos de financiamento, não têm conseguido produzir o desenvolvimento equilibrado do território nacional, nas várias escalas, que se desejava.

O PS encarará este problema em três passos, começando pelos instrumentos de ordenamento do território, seguindo-se pelas políticas de infraestruturas, enquanto elementos físicos que permitem o movimento de pessoas, bens e dados, e concluindo com a proposta dos CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, um novo instrumento nacional para o financiamento de políticas de desenvolvimento estruturadas.

Ordenamento do Território

Não será controverso que os sistemas de ordenamento do território e de urbanismo atualmente em vigor não obtiveram os resultados esperados no território e nas cidades. Designadamente, mantém-se a edificação dispersa e uma deficiente gestão dos riscos territoriais, ambientais, climáticos e meteorológicos. Além disso, o modelo legal é opaco, complexo e ineficiente. A grande complexidade, rigidez, centralismo e dificuldade de coordenação, quer entre níveis de planeamento e decisão, quer entre as múltiplas políticas setoriais com impacto territorial, geram incoerências, sobreposições e insuficiente cooperação supramunicipal na programação de infraestruturas e equipamentos, perdendo-se economias de escala e eficiência. A existência de um elevado número de instrumentos com incidência territorial conduz a conflitos normativos, duplicação de

avaliações, dificuldade de apreensão do que é permitido e discricionariedade interpretativa, com uma elevada incerteza jurídica.

As reformas que propomos têm como objetivo passar de um planeamento defensivo para um planeamento estratégico, isto é, passar de uma lógica de um elenco de proibições para uma lógica proativa, que defina áreas de desenvolvimento com um prévio planeamento de infraestruturas e definição de regras que permitam licenciamentos mais rápidos.

Finalmente, pretende-se assegurar flexibilidade através do estabelecimento claro e rigoroso das condicionantes e garantir nas áreas a desenvolver um conjunto de regras mínimas, claras e critérios objetivos, que permitam eliminar a regulação pormenorizada, rígida e inflexível, sem prescindir da defesa dos interesses públicos relevantes; bem como estabelecer claramente a diferenciação entre restrições rígidas e orientações.

Propostas

- Reduzir o número de instrumentos de gestão territorial, com regras claras de hierarquia entre si, para três níveis:
 - Nacional, com um plano sintético que defina grandes opções em matéria como de infraestruturas e energia, incorporando as opções setoriais que atualmente constam dos respetivos planos;
 - Regional, substituindo planos especiais, integrando as componentes ambiental, de mobilidade, economia, concretizando as grandes linhas setoriais;
 - Municipal, onde o Plano Diretor Municipal passaria a ser o único plano vinculativo e os planos de pormenor e planos de urbanização ficariam reservados para projetos muito específicos.
- Concretizar a integração dos programas especiais nos planos territoriais, conforme já se encontra previsto na legislação, propondo-se que essa integração seja feita ao nível regional e não municipal.
- Concentrar todas as condicionantes territoriais na planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal, impedindo a invocação por qualquer entidade de condicionantes que não constem do plano.
- Aprofundar a digitalização do sistema, numa primeira fase, através da georreferenciação de todas as restrições e servidões de utilidade pública do SNIT da Direção-Geral do Território, habilitando à emissão de um certificado de conformidade territorial automático. A submissão de um projeto com o respetivo polígono, tipologia e parâmetros básicos (volumetria, área, uso) permitira cruzar o projeto com todas as restrições e servidões aplicáveis e emitir automaticamente um certificado de conformidade,

desconformidade ou conformidade condicionada, sem qualquer intervenção humana. Só as restrições de utilidade pública e servidões integradas no sistema são oponíveis aos interessados, e essa certificação automática teria valor jurídico vinculativo.

- Valorizar as conferências interserviços, as conferências procedimentais, de licenciamento.

Infraestruturas e Logística

A assimetria territorial do país tem o seu reflexo numa assimetria da cobertura de infraestruturas, em particular, as infraestruturas de transporte terrestre.

Os governos do Partido Socialista, historicamente e mais recentemente entre 2015 e 2024, deram um grande impulso no investimento na rede ferroviária, permitindo construir um ritmo sustentado de investimento, partindo de valores quase nulos. É certo que irá demorar muito tempo até recuperar decénios de desinvestimento, mas foi possível colocar no terreno os primeiros projetos estruturantes. Em particular, a criação de um eixo ferroviário de Alta Velocidade entre Lisboa, Porto, Braga, Viana e a fronteira com a Galiza, combinado com a modernização das restantes linhas ferroviárias, que irá dotar a faixa litoral do país, onde se concentra mais de 80% da sua população, de um conjunto de infraestruturas terrestres de grande capacidade e de elevado desempenho.

Contudo, este é apenas um primeiro passo para o que se pretende que venha a ser uma cobertura e acessibilidade adequada a todo o território.

Portugal dispõe, desde 1945, de um Plano Rodoviário Nacional e passou, desde 2024, a dispor de um Plano Ferroviário Nacional. No seu conjunto, estes dois planos definem a rede de infraestruturas de transporte terrestre que devem cobrir e garantir acessibilidade a todo o território.

O país fez, nos últimos decénios, um enorme investimento na rede rodoviária, tendo hoje uma das mais elevadas densidades de autoestradas da Europa. Olhando para o território nacional, é fácil de identificar zonas do país onde o acesso por estrada é demorado, difícil e sinuoso. Por exemplo, ao longo do trajeto histórico da N2, que traça um eixo central do país entre Chaves e Faro, os trajetos Penacova - Góis – Pedrógão e Sertã - Abrantes – Mora continuam a não estar cobertos por vias de alta qualidade (i.e., o nível de qualidade associado a um IP ou IC).

Propostas

- Fazer um diagnóstico da execução do Plano Rodoviário Nacional focado na identificação dos territórios sem acessibilidades rodoviárias de boa qualidade e planear a execução das ligações rodoviárias no interior do país que permitam fechar a malha e cobrir adequadamente o todo território.
- Completar as ligações e travessias fluviais críticas para a fluidez dos movimentos pendulares e circulares nas grandes malhas urbanas,

com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a par da integração e extensão das redes de transportes públicos metropolitanos;

- Desenvolver ligações ferroviárias no interior do país, completando uma ligação Norte-Sul ligando todo o interior, como condição para uma adequada acessibilidade a todo o território para transporte de passageiros e permitir a concentração de atividade logística (e industrial) em áreas de acolhimento empresarial nos nós da rede.
- Reavaliar a viabilidade e pertinência da adaptação das futuras ligações transfronteiriças de Alta Velocidade ao tráfego de mercadorias, utilizando capacidade disponível e maximizando a sua utilização.

A geografia impõe que o nosso comércio externo de bens se faça, na sua quase totalidade por via marítima, através dos portos da nossa fachada Atlântica, ou por via terrestre, através das fronteiras com Espanha. Por esta razão, há que olhar com especial atenção para a rede de portos, no lado ocidental, enquanto plataformas intermodais que concentram o modo marítimo, ferroviária e rodoviário, e uma rede correspondente de plataformas rodoferroviárias em locais vantajosos, próximos das principais fronteiras terrestres, a oriente.

Assim, e começando pelas fronteiras marítimas, é necessário olhar para a forma como os nossos portos têm vindo a ser geridos.

Os portos portugueses têm uma pequena dimensão face aos portos de Espanha, seus principais concorrentes. A nossa pequena escala, em termos relativos, torna benéfica a especialização e complementaridade entre os portos, a nível regional e nacional, pelo que propomos a criação de mecanismos de coordenação estratégica do desenvolvimento dos nossos portos, em particular:

- Criação de um organismo para a gestão estratégica dos portos à escala nacional, sem prejuízo da gestão autónoma de cada administração portuária, a exemplo do que acontece em Espanha.
- Estabelecer todos os portos nacionais como o centro de redes regionais de plataformas intermodais marítimo-rodo-ferroviárias.
- Concluir a modernização das ligações ferroviárias aos portos nomeadamente, aos portos de Leixões, Lisboa, Setúbal e Sines, e estudar a ligações ferroviárias aos portos que atualmente não a têm, nomeadamente, Viana do Castelo e Figueira da Foz.
- De forma análoga, do lado terrestre, será necessário:
- Desenvolver os terminais intermodais fora do eixo litoral nos nós da rede rodoviária e ferroviária já existentes, na Beira Alta, no Alentejo e no Algarve.
- Cobrir a lacuna de cobertura territorial no Interior Norte, criando uma plataforma logística na região de Trás-os-Montes.

CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Uma vez estabelecidos os mecanismos de ordenamento e planeamento estratégico do território e das infraestruturas, é necessário repensar os instrumentos para a execução dos planos e dos projetos.

A constatação de que o investimento público em Portugal tem uma excessiva dependência dos diferentes mecanismos de financiamento europeu é uma fonte de preocupação desde há muito tempo, em especial, sempre que é colocada a discussão de cada novo quadro europeu de financiamento e se perspetiva o receio de uma perda significativa de fundos para Portugal. De facto, algumas das regiões de Portugal já não dispõem do mesmo acesso a financiamento europeu, por já não cumprirem as condições para serem consideradas Regiões de Coesão.

É neste contexto que surge a proposta de CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CDT) entre a Administração Central e as Regiões, incluindo as futuras Regiões Administrativas no continente e as Regiões Autónomas.

É importante vincar a distinção entre os CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL e os Instrumentos de Ordenamento do Território. Os CDT funcionam como “contratos de cooperação” com metas, compromissos e mecanismos de monitorização, vinculativos para os intervenientes, mas não cria regras de uso do solo e urbanísticas próprias. Os CDT funcionam ao mesmo nível territorial que os Planos Regionais, mas com foco em cooperação e execução e não em zonamento e criação de regras de ocupação solo.

O CDT tem por base os planos existentes, define metas quantitativas e qualitativas garantindo coerência supramunicipal, evitando conflitos entre municípios, duplicação de infraestruturas, coesão ambiental e territorial servindo como instrumento de planeamento integrado, permite flexibilidade e negociação sem interferir na validade e força jurídica do PDM, mas podendo conduzir à concretização do PDM.

Os CDT visam então a promoção contratualizada do desenvolvimento territorial das regiões portuguesas tendo em vista a aceleração da convergência estrutural económica e social das regiões mais desfavorecidas do nosso país, a alcançar num determinado horizonte temporal, pelo que devem reunir algumas características importantes.

Propostas

- Os CDT devem ter ciclos de financiamento definidos, de 5 a 7 anos.
- Os CDT devem ter uma natureza contratualizada, integrando uma estratégia de desenvolvimento para a região, partilhada pelos atores relevantes, um plano de ação identificando políticas, medidas e investimentos, compromissos de entrega de resultados mensuráveis com metas quantificados e processos com marcos relevantes calendarizados, e mecanismos de avaliação dos resultados obtidos.

B. Mais agricultura e alimentação, florestas e mar

Contextualização

Portugal enfrenta, no primeiro trimestre de 2026, uma convergência de pressões que define o futuro da nossa soberania alimentar e territorial. A este cenário soma-se uma realidade estrutural preocupante: a nossa agricultura lida com um envelhecimento acentuado, onde 60% dos agricultores têm mais de 65 anos e apenas 6% têm menos de 40 anos (metade da média europeia), resultando num défice agroalimentar crónico na ordem dos 5 mil milhões de euros anuais.

A devastação física provocada pelos eventos climáticos extremos (incêndios e tempestades) expôs a falência dos mecanismos de proteção civil e agrícola, sendo as catástrofes geridas apenas com medidas avulsas em vez de proteção estrutural.

No Horizonte Estratégico (2028-2034), a negociação da próxima Política Agrícola Comum (PAC) será marcada por tensão geopolítica. ‘Bruxelas’ tende a centralizar verbas para a Defesa, ensaiando uma ‘renacionalização’ da PAC. Nessa realidade, a agricultura ficará subordinada a critérios puramente financeiros, abandonando a dimensão da coesão territorial, um cenário fatal para o Sul da Europa a que o PS se opõe. É imperativo que a nova PAC implique Planos Nacionais Regionais (PNR), garantindo a alocação de fundos numa base regional (CCDR/CIM), capaz de responder às especificidades das nossas zonas rurais.

Ao contrário do atual Governo da AD, que aposta numa visão única de agricultura industrial, o PS reconhece que o território nacional exige a coexistência cooperativa de três modelos de agricultura: o modelo AAA (Agricultura, Ambiente, Alimentação) com agricultura empresarial, tecnológica, de exportação e certificada (ESG), o espaço das "*startups da 2.ª ruralidade*"; o modelo ABT (Agricultura de Base Territorial), com sistemas locais, *terroirs*, montado, gestão da paisagem e denominações de origem, o fundamental para o combate às alterações climáticas e gestão do risco; e o modelo AAC (Agricultura Acompanhada pela Comunidade), da agricultura familiar, circuitos curtos, abastecimento de cantinas e coesão social em zonas de baixa densidade. O Estado deve discriminar positivamente as ajudas aos pequenos produtores deste modelo, tornando os apoios diretos e ao investimento mais relevantes pelo seu papel insubstituível na resiliência territorial.

A posição do PS é clara: só uma política pública que promova a cooperação entre estes três modelos garantirá a coesão nacional. O Estado deve atuar não apenas como pagador, mas como "Pivot de Cooperação".

O Mar constitui um dos pilares da identidade histórica e política de Portugal. Com a extensão da Plataforma Continental, passaremos a gerir uma das maiores áreas marítimas do Mundo. Destaque-se o papel do Mar na soberania alimentar: num contexto de crescimento demográfico mundial,

os oceanos são cruciais para fornecer proteína sustentável e saudável. O setor da pesca e aquicultura não é uma atividade do passado, mas um pilar de futuro para a segurança alimentar. Na 'Diplomacia Azul' o Mar é um espaço de soberania onde Portugal deve liderar a agenda internacional, conciliando a prospeção, exploração e integração económica de recursos biológicos, minerais e energéticos com a conservação intergeracional. A visão do PS recusa a exploração predatória, mas defende uma governação que concilie a criação de riqueza com a conservação dos ecossistemas.

Análise

As vulnerabilidades do sistema atual podem ser sistematizadas em três eixos: Terra, Clima e Mar.

Num primeiro eixo, temos o choque de mercado e os modelos em conflito. A ameaça da desconexão (AAA vs. ABT/AAC), em que o modelo AAA (Médias e Grandes Explorações) tem músculo financeiro, acesso à banca e ao crédito, e capacidade para enfrentar a abertura ao Mercosul e a globalização das cadeias de valor. É o setor das "*startups da 2.ª ruralidade*" e da agricultura de precisão. No entanto, os modelos ABT (Sistemas Agroflorestais, Terroirs) e AAC (Agricultura Familiar) enfrentam barreiras mortais: trabalham em escala reduzida e dependem de uma 'curadoria territorial' que o atual Governo AD desmantelou. Sem intervenção, teremos um país a duas velocidades: ilhas de prosperidade exportadora (AAA) cercadas por um mar de abandono territorial (onde a ABT e AAC colapsaram). A abertura comercial da Europa, por exemplo o impacto do Acordo UE-Mercosul pode agravar esta assimetria. Enquanto o modelo AAA (Vinho, Azeite) pode competir, os modelos territoriais (Pecuária Extensiva, Cereais de Sequeiro, Leite) sofrerão concorrência desleal de produtos com normas ambientais inferiores. O PS deve alertar que a destruição da ABT (ex: ovinicultura na Beira Interior) significa o fim da gestão da paisagem e o aumento incontável dos riscos de incêndio.

Um segundo eixo de vulnerabilidade climática e de falência da proteção, com o colapso dos seguros. O atual sistema de seguros voluntários falha por "Seleção Adversa". Apenas quem tem risco extremo faz seguro, tornando os prémios inabonáveis e deixando a maioria do território a descoberto. A recente tempestade "Kristin", a título de exemplo, provou que o Estado não tem instrumentos ágeis: os apoios chegam tarde e cobrem apenas a colheita, ignorando a destruição do Capital Fixo (infraestruturas, pomares, solos), vital para a continuidade da atividade.

Na mesma linha, constata-se a ilusão da "Floresta 2050", o plano florestal do Governo que em vez de executar os instrumentos já criados — BUPi, Florestgal — optou por devolver o setor ao *laissez-faire*. Ignora que o mercado da madeira, por si só, não paga a gestão da floresta autóctone. Sem remunerar os Serviços de Ecossistema e sem um Estado interventivo nas terras abandonadas, o território regride para mato desordenado. A

gestão florestal ativa não é uma opção, é um imperativo de segurança nacional. O atraso na conclusão do cadastro impede a responsabilização dos proprietários e bloqueia o ordenamento, perpetuando o risco de grandes incêndios.

Finalmente, para o PS a água é um ativo de soberania, um plano de resiliência hídrica é o pilar que falta para combater a desertificação. A Estratégia “Água que Une” do atual Governo não alcança metas de resiliência hídrica. É necessária uma estratégia efetiva, em que o regadio moderno não seja um consumo, mas uma reserva estratégica que garanta a sobrevivência do território face a eventos climáticos extremos.

Como terceiro eixo, tomamos o desafio marítimo. Apesar da retórica governamental, o setor do Mar e Pescas navega à vista. Sofre de envelhecimento e desinvestimento, com um défice de renovação geracional e de modernização da frota, que carecem de uma forte aposta. Falha nos múltiplos usos, não existindo um garante de equilíbrio entre a pesca tradicional, a conservação (Áreas Marinhas Protegidas) e as novas indústrias (eólicas offshore, mineração de fundo).

A dicotomia dos próximos decénios é clara. A direita propõe uma visão fragmentada: uma agricultura entregue aos grandes grupos (AAA), uma floresta entregue à sorte e um Mar sem estratégia integrada. O Partido Socialista apresenta uma visão sistémica e integradora: em Terra unimos a competitividade tecnológica com a coesão territorial, protegendo quem produz com seguros universais e fundos permanentes; no Mar assumimos a vocação atlântica, conciliando soberania, ciência e economia azul sustentável; na Europa opomo-nos à renacionalização das políticas comuns. Não aceitamos um país a duas velocidades nem um território desprotegido. O PS apresenta-se como o garante de que a transição climática, digital e marítima será feita com todos e para todos e em todo o território, propondo um Novo Contrato de Resiliência e Cooperação, estruturado em quatro pilares.

Propostas

Arquitetura da PAC e Coesão

- O Estado como Pivotal de Cooperação. Transformar as CCDR numa plataforma de acompanhamento que una os três modelos (AAA, ABT, AAC). Missão: Criar sinergias onde o modelo AAA (exportador) puxa pelos modelos territoriais (ABT/AAC), transferindo tecnologia e abrindo canais de mercado.
- Choque de Conhecimento e Rejuvenescimento. Circulação de jovens com programa de estágios cruzados entre os três modelos de agricultura para rejuvenescer a classe empresarial.
- Task Force Permanente de Renovação Geracional. Estratégia dedicada à instalação de jovens (com metas de 12% em 2030 e 20% em 2035) focada em combater o abandono precoce através de novos

incentivos (PAC), acesso prioritário ao banco de terras, linhas de crédito a taxa zero e apoio social (ex.: redes de creches rurais).

- Literacia Digital e Ecológica. Programa com Politécnicos e Escolas Profissionais para capacitar a agricultura familiar (AAC) com ferramentas digitais básicas.
- Revitalização da Extensão Rural. Reconstituir os departamentos de extensão do Estado, abandonados pela direita, para dar apoio técnico direto no terreno, apoiando-se na rede técnica existente nas CIM.
- Inteligência Artificial nos Organismos de Estado (e.g. INIAV). Criação de um "Departamento Digital" que utilize modelos de IA generativa, permitindo criar assistentes virtuais em linguagem natural para apoiar os técnicos no terreno, simular cenários agroflorestais em tempo real e recolher/tratar dados estatísticos de forma preditiva.
- Inovação Financeira Territorial. Desenvolver, via CCDD, instrumentos de Capital de Risco específicos para pequenas unidades, cooperativas e "condomínios de aldeia", que hoje não têm acesso à banca tradicional. Priorizar a contratação pública local (escolas, hospitais) através das Autarquias e das CIM, usando a redução da pegada de carbono como fator diferenciador.
- Defender pagamentos focados nos serviços ambientais da agricultura extensiva (ABT).

Escudo de Resiliência

- Universalidade Condicionada dos Seguros. Novo paradigma: tornar a existência de um seguro agrícola mínimo condição obrigatória para acesso a fundos de investimento e majorações nos pagamentos diretos, com o objetivo de alargar a base de segurados, diluir o risco e baixar os prémios, garantindo que em 2030, 80% da área agrícola útil esteja coberta.
- Fundo Nacional Permanente de Catástrofes. Criação de um Fundo autónomo e capitalizado (OE, mais Seguradoras, mais Fundos UE), para responder a eventos sistémicos (seca extrema, tempestades ciclónicas). Ativação Paramétrica. Gatilhos automáticos baseados em dados do IPMA, eliminando a decisão política. Foco no Capital Fixo. O Fundo cobre prioritariamente a reposição do potencial produtivo (reconstrução de infraestruturas) que os seguros comerciais excluem. Fundo com gestão regional delegada nas CCDD (articulada com CIM e autarquias) para garantir uma intervenção rápida, devendo passar a cobrir igualmente as perdas de rendimento imediatas dos produtores afetados.

Gestão do Território e Simplificação

- Remuneração dos Serviços de Ecossistema (RSE). Implementar o princípio de que "quem gere a paisagem deve ser pago pela

sociedade". Contratos de gestão a 20 anos para proprietários que garantam sequestro de carbono, biodiversidade e ciclo da água. Financiamento via Fundo Ambiental e Mercado Voluntário de Carbono.

- Aceleração do Cadastro (BUPi): Garantir a rápida conclusão do cadastro municipal recorrendo ao BUPi. Utilizar esta informação para identificar proprietários e facilitar a criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), combatendo o minifúndio sem expropriação.
- Florestgal como Motor de Gestão: capacitar e recapitalizar a empresa pública Florestgal. A sua missão deve ser reforçada para, findos os cadastros de cada município, assumir a gestão fiduciária de terras abandonadas ou sem dono conhecido, transformando passivos de risco (matos) em ativos geridos (floresta ordenada), protegendo as populações.
- Apoio ao Investimento (Modelo Vitis). Alargar o conceito bem-sucedido de "ajuda por hectare" (usado há 26 anos no Vitis) aos investimentos em culturas permanentes e à limpeza sistemática das florestas, simplificando o processo para apenas um controlo final.
- Agrupamentos e Gestão Comunitária: a) Agrupamentos de Baldios: Profissionalização da gestão comunitária com equipas de sapadores permanentes. b) Simplex Rural: Licenciamento Zero para obras de resiliência (charcas, pontos de água) e conclusão urgente do BUPi para permitir a gestão de terras abandonadas (Banco de Terras).
- Instalação física e digital (nas CCDR) de um Balcão Único Agrícola que centralize todos os licenciamentos e permita o avanço de obras essenciais sob termo de responsabilidade, libertando os agricultores e agroindustriais de amarras burocráticas estagnantes.
- Eficiência e Resiliência Hídrica: urge concluir as infraestruturas planeadas e avançar com novos projetos, garantindo que o regadio chegue às zonas de maior vulnerabilidade. Esta implementação deve ser acompanhada por um programa de digitalização da rega (*smart irrigation*) para assegurar que cada gota de água gera o máximo valor acrescentado com o mínimo desperdício ambiental.

Pescas e Aquicultura ("Alimentos Azuis")

- Renovação da Frota. Programa de modernização para embarcações mais seguras, eficientes e descarbonizadas, financiado por linhas de crédito bonificadas e garantias públicas (Banco Português de Fomento).
- Rede de Portos XXI. Transformar os portos de pesca em hubs inteligentes e polivalentes, com lotas modernizadas e digitalizadas (IA), servindo como alavancas da economia local.

- Ciência e Dados. Reforço da investigação aplicada para uma avaliação fiável dos recursos, identificando áreas de melhoria para a pequena pesca costeira.

Governança e Economia Azul

- Investimento no Conhecimento: Reforço do Fundo Azul para investigação oceanográfica e mapeamento de recursos da plataforma continental alargada.
- Bioeconomia e Energia: Apostar em Portugal como "laboratório" para energias renováveis oceânicas e biotecnologia marinha, criando uma nova fileira industrial.
- Pesca e Áreas Protegidas: Expandir as Áreas Marinhas Protegidas não como entrave, mas como garante da renovação dos stocks pesqueiros, integrando as comunidades na gestão (Pesca Participada e Certificada).

Soberania de Mercado

- Reciprocidade (Cláusulas Espelho). Por exemplo, no acordo Mercosul, exigir que os produtos importados cumpram as mesmas normas ESG e fitossanitárias que os modelos AAA e ABT nacionais já cumprem, com acompanhamento por uma task-force de fiscalização sanitária nos portos.
- Lei do Preço Justo e Equilíbrio da Cadeia. Mecanismos robustos para impedir a venda abaixo do custo de produção na cadeia alimentar. Prevenir o uso abusivo da "marca do distribuidor" (retalhistas) em detrimento da "marca do fabricante", protegendo os produtores que suportam os custos de investigação e desenvolvimento.
- Combate ao Défice e Internacionalização. Para combater o défice alimentar, é imperativo produzir mais e melhor. Promover fusões (com incentivos fiscais e apoios a fundo perdido) para aumentar a massa crítica empresarial. Incentivo às exportações, replicando as "marcas chapéu" criadas no passado com o apoio dos Governos do PS (Wines of Portugal, Portugal Fresh) a novos subsectores, como a criação do Portugal's Olive Oil.
- Consumo Sustentável e Combate ao Desperdício. Face aos 60 milhões de toneladas desperdiçadas na UE anualmente (40% nas casas), criação de "plataformas regionais online" geridas pelas CCDR/CIM para escoamento rápido de excedentes de produtores e distribuidores para redes de solidariedade social. Campanhas de educação alimentar (sem o preconceito entre "bons e maus" alimentos, mas focadas na moderação e saúde) protegendo simultaneamente os cidadãos e o orçamento do SNS.

C. Melhor ambiente, dupla transição verde e digital e recursos

Contextualização

No domínio do ambiente, a visão desta Moção de Política Global incide na simplificação legislativa, na promoção de uma contratação pública ecológica e na adoção de medidas para a proteção dos solos e a redução da poluição sonora, luminosa e atmosférica. A par de uma forte aposta na conservação da natureza, classificação e restauro de áreas específicas do território nacional e do espaço marítimo, novos modelos de financiamento e gestão para valorizar a biodiversidade e regenerar os ecossistemas nacionais.

Os eventos climáticos extremos como tempestades, subida do nível do mar, secas prolongadas, cheias e fogos florestais que assolam Portugal sublinham que a emergência climática constitui um dos maiores desafios estruturais do século XXI, exigindo ação urgente, integrada e territorializada. A emergência climática deixou de ser um risco futuro para se tornar uma realidade presente, com impactos diretos na segurança, na economia, na saúde pública e na coesão territorial. A subida do nível do mar, a intensificação destes fenómenos extremos e os seus impactos crescentes na saúde pública, colocam Portugal entre os países europeus mais vulneráveis. A ação climática deve, por isso, ser transversal a todos os níveis de governação, articulando mitigação, adaptação e reforço da resiliência das populações e das infraestruturas.

Portugal assumiu o compromisso de neutralidade carbónica até 2050, posteriormente antecipado para 2045, concretizado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC) 2050 e no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2030. Um compromisso que implica uma transformação estrutural do nosso modelo energético, produtivo e territorial, com especial incidência nos transportes, na energia, na indústria e na utilização eficiente de recursos.

Este compromisso resulta do facto de Portugal dispor das condições e do contexto certo para prosseguir esta trajetória de forma sustentada. Fruto de uma aposta certa, Portugal é hoje um líder europeu e mundial na produção de eletricidade de fontes renováveis e a consolidação dessa liderança nacional é condição essencial para assegurar a nossa soberania energética, a redução de custos de eletricidade para famílias e empresas e uma vantagem competitiva da economia portuguesa. O desenvolvimento da energia eólica (onshore e offshore), solar, hídrica, geotérmica, biomassa e gases renováveis, bem como o reforço das interligações internacionais, do armazenamento e das redes de transporte e distribuição, são pilares de uma estratégia que articula descarbonização com crescimento económico.

Paralelamente, a gestão sustentável dos recursos naturais impõe uma transição para uma economia circular, baseada na prevenção da produção de resíduos, na reutilização, na reciclagem e na valorização de materiais,

incluindo matérias-primas críticas como o lítio, cuja exploração nacional deverá obedecer a critérios rigorosos de sustentabilidade ambiental e retorno económico local e para o país. Na matéria mais ampla dos recursos, o PS reconhece que a prospeção e identificação de recursos energéticos, matérias-primas críticas e terras raras na jurisdição nacional, seja em terra, no subsolo ou no mar, cuja exploração deverá obedecer a critérios rigorosos de sustentabilidade ambiental e retorno económico local e para o país, é crucial para a segurança e resiliência nacional e europeia. Além de esses recursos constituírem ativos estratégicos do Estado, com potencial impacto indireto na sustentabilidade da dívida pública, pela possibilidade de se virem a constituir em ativos financeiros em caso de exploração com ou sem participação direta do Estado, aí gerando rendas de concessão, sobre a exploração e receita fiscal, bem como um efeito positivo sobre a balança comercial de produtos energéticos e minerais, o reforço da soberania nacional e a atração de investimentos no processamento e na refinação, bem como de indústrias transformadoras e de fim de ciclo de reciclagem e circularidade. Nessa senda, é indispensável que qualquer prospeção de recursos geológicos estratégicos esteja baseada em planeamento público, avaliação ambiental estratégica, participação efetiva das populações e retorno económico e social claro para os territórios, garantindo que estes recursos servem o interesse coletivo, reforçam a autonomia estratégica nacional e não comprometem a proteção da Natureza nem a confiança das comunidades.

Na dimensão social, o combate à pobreza energética é uma prioridade de justiça social e indispensável para garantir uma transição justa, exigindo respostas estruturais de eficiência energética que reduzam a fatura energética das famílias, melhorem o conforto térmico das habitações e eliminem desigualdades no acesso à energia, alargamento igualmente os mecanismos de apoio às famílias vulneráveis.

No domínio digital, a dupla transição verde e digital exige o reforço da infraestrutura de telecomunicações, com a criação dos quadros legais que permitem o licenciamento do trânsito de conectividade terrestre e marítima, da criação de estações de amarração de cabos submarinos e centros de processamento e armazenamento de dados eletrointensivos. Sobre essa infraestrutura e para assegurar o seu impacto positivo no país, importam as competências digitais da população, a modernização do tecido empresarial, a capacitação das PME, o investimento em inovação tecnológica, nomeadamente em Inteligência Artificial, dados, Web 3 e computação avançada, e a consolidação de um ecossistema empreendedor robusto, dinâmico e alinhado com os objetivos da Década Digital Europeia. A transição digital só será bem-sucedida se for inclusiva, territorialmente equilibrada e orientada para a melhoria efetiva dos serviços públicos, da competitividade das empresas e da qualidade de vida dos

cidadãos. O sucesso de Portugal na dupla transição verde e digital potencia a nossa evolução para a SOCIEDADE 5.0, uma sociedade humanista, na qual o desenvolvimento económico e a coesão social são compatíveis entre si, através de um sistema altamente integrado de ciberespaço e espaço físico. Portugal pode posicionar-se como um pólo europeu de inovação digital: com infraestrutura de telecomunicações e centros de dados sustentáveis; uma administração pública digital de excelência; PME digitalizadas; *startups deeptech* em crescimento e territórios inteligente, assim contribuindo para a SOCIEDADE 5.0, mais próspera, sustentável e justa, ao serviço do ser humano.

Cuidar do ambiente significa promover a educação ambiental e ecológica da população, mas também responder no campo da proteção, conservação e restauro da natureza e biodiversidade, sem esquecer a garantia de bem-estar animal. O bem-estar animal integra igualmente esta visão sistémica, devendo ser consolidado o quadro legal de proteção dos animais, promovendo uma detenção responsável, reforçando o enquadramento penal dos maus-tratos e assegurando equilíbrio entre proteção da Natureza e utilização económica sustentável.

Análise

Acelerar a transição energética exige a adoção de políticas públicas capacitadoras, a mobilização de investimento estruturante e reformas regulatórias atempadas que reduzam barreiras administrativas, assegurem previsibilidade, promovam a inovação, melhorem o planeamento e acelerem o investimento em renováveis e infraestruturas energéticas. Importa igualmente garantir uma cada vez melhor articulação da política energética com a política industrial e económica, a progressiva eletrificação da economia e o desenvolvimento de mecanismos de financiamento e partilha de risco, enquanto instrumentos essenciais para consolidar crescimento e competitividade da nossa economia.

O investimento previsto mobiliza dezenas de milhares de milhões de euros em energia offshore, solar, hidrogénio, redes e armazenamento, com elevado potencial de criação de centenas de milhares de postos de trabalho e desenvolvimento de clusters industriais associados à cadeia de valor das renováveis. Para que esta transformação seja socialmente justa, é indispensável combater a pobreza energética de forma estrutural, reduzindo a fatura energética das famílias e melhorando o conforto térmico das habitações.

A economia circular constitui vetor estruturante da política ambiental e industrial, exigindo sistemas de recolha seletiva mais eficazes, assim como sistemas de valorização material e orgânica e a crescente reciclagem e circularidade; a par de instrumentos económicos e de governação que reduzam a dependência de aterros e promovam a eficiência no uso dos recursos.

No domínio digital, o desenvolvimento de infraestruturas habilitadoras da economia digital, a qualificação contínua e a modernização das empresas e instituições, incluindo Administração Pública, são instrumentos fundamentais para garantir competitividade, inclusão e coesão territorial, assegurando que a transição digital beneficia cidadãos, empresas e serviços públicos.

A exploração sustentável de recursos geológicos estratégicos, como o lítio, só é possível se enquadrada numa estratégia nacional de longo prazo que promova criação de valor industrial, emprego qualificado, receita fiscal local e compensação territorial, assegurando simultaneamente respeito pelas comunidades, pelo ambiente e pelo interesse público.

Propostas

Ambiente

- Codificar, simplificar e otimizar em legislação ambiental as centenas de diplomas legais avulsos na área do ambiente.
- Aprovar um regime de monitorização da saúde dos solos, prevenção da contaminação e a remediação dos solos contaminados.
- Implementar o regime de prevenção e remediação dos danos ambientais.
- Concretizar os programas de reordenamento e gestão da paisagem, os Programas Especiais das Áreas Protegidas, criar o Cadastro Nacional dos Valores Naturais e concretizar o Plano Nacional de Restauro da Natureza.
- Desenvolver modelos de remuneração dos serviços de ecossistemas, valorizando economicamente a regeneração de solos e de ativos biológicos, num cenário de criação de territórios neutros em carbono.
- Estimular a contratação pública ecológica, acreditando empresas com padrões de sustentabilidade, definidos setor a setor, num contexto ESG.
- Renovar a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.
- Melhorar a qualidade de vida e bem-estar da população, promovendo a qualidade do ar e a prevenção e controlo da poluição, reduzindo as emissões, controlando e revendo a lei do ruído ambiente tal como da poluição luminosa
- Reforçar a capacidade de resposta do Sistema de Avaliação e Gestão Ambiental, acompanhando o aumento de projetos de transição energética e digital.
- Transitar para uma economia circular, baseada na prevenção da produção de resíduos, na sua reutilização, reciclagem e valorização energética.

Energia

- Lançar a Estratégia Nacional de Armazenamento de Energia e criar hubs regionais multienergéticos.
- Rever o Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC) 2050 (RNC), além da revisão do Plano Nacional Energia e Clima (PNEC) 2030 decorrente da respetiva diretiva, e implementar a Lei de Bases do Clima.
- Aprovar os Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E / REN) e os Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição de Eletricidade (PDIRD-E / e-redes), em linha com as necessidades de reforço do investimento nas redes de transporte e distribuição de eletricidade, assegurando a progressiva adaptação aos eventos climáticos extremos.
- Melhorar o ambiente de licenciamento de projetos de produção de energia renovável, por via da digitalização, desburocratização e reforço de meios humanos.
- Reforçar a dimensão internacional da política energética, incluindo diplomacia climática e reforço das interligações europeias, aumento do peso estratégico de Portugal nos fóruns internacionais de energia e a atratividade nacional de indústria limpa.
- Desenvolver um cluster industrial da energia eólica offshore e apostar na produção de eletricidade eólica offshore.
- Promover leilões de compra centralizada de biometano e hidrogénio verde.
- Criar mecanismos permanentes de compensação aos municípios e abrir à sua participação em comunidades energéticas.
- Incentivar energia solar urbana e a Agro Energia.
- Acelerar a eletrificação dos consumos finais, com prioridade à indústria, edifícios públicos e transportes coletivos.
- Criar contratos de longo prazo para a eletricidade renovável e armazenamento, garantindo previsibilidade de preço e atração de investimento industrial

Combate à Pobreza Energética

- Reduções direcionadas de IVA.
- Reforçar o Vale Eficiência e a reabilitação energética do parque habitacional.
- Democratizar o autoconsumo e as comunidades de energia renovável.
- Garantir acesso automático às tarifas sociais de eletricidade, gás e água.
- Promover comunidades de energia renovável de base local e social

- Integrar a pobreza energética nas políticas de saúde pública, reconhecendo o seu impacto na saúde, envelhecimento e desempenho escolar.

Recursos e Economia Circular

- Promover a redução do desperdício alimentar.
- Implementar sistemas PAYT (*paga pelo que deita fora*), garantindo apoio técnico aos Municípios e assegurando justiça social na implementação.
- Reduzir a deposição em aterro e acelerar a universalização da recolha seletiva de biorresíduos.
- Reforçar a responsabilidade alargada do produtor, com impacto efetivo na redução de resíduos e no ecodesign dos produtos.
- Promover a reciclagem química de resíduos em produtos energéticos.
- Desenvolver a cadeia de valor do lítio e reciclagem de baterias.
- Desenvolver uma estratégia nacional para a valorização material e energética de resíduos.
- Promover a industrialização da economia circular, apoiando a criação de clusters avançados.
- Integrar a gestão de resíduos na política energética, nomeadamente através da produção de biometano, combustíveis renováveis e recuperação de matérias-primas críticas.
- Criar um Fundo dos Recursos Geológicos.

Transição Digital e Inovação

- Eliminar “zonas brancas” de cobertura digital e de telecomunicações.
- Simplificar e acelerar, com segurança jurídica, o investimento e processos de licenciamento de conectividade marítima e terrestre, redes de transporte de telecomunicações e centros de dados.
- Incentivar investimentos em conectividade internacional, promovendo escala e diversificação, como motor da economia digital e aumento da segurança das infraestruturas de telecomunicações.
- Alavancar a capacidade agregadora do Estado, enquanto depositário de dados, desenvolvendo *data lakes* que permitam a testagem, escalabilidade e prototipagem rápida de projetos de inovação
- Promover as Zonas Livres Tecnológicas e uma estratégia para a robótica aplicada, que prepare as empresas para a sua adoção.
- Fomentar um ambiente regulatório propício à inovação deep tech, preparando o país para a adoção de tecnologias como 6G e computação quântica;
- Criar o referencial nacional de capacitação digital.

- Criar um Plano Nacional de Investimento Estratégico em Computação
- Consolidar a Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (INCoDe.2030).
- Apoiar ecossistema de inovação e empreendedorismo criando um quadro legal favorável e benefícios para *startups*, *scaleups*, aceleradoras e incubadoras.

Bem-Estar Animal

- Densificar o quadro legal de proteção dos animais de companhia.
- Reforçar o enquadramento penal dos maus-tratos a animais.
- Promover a detenção responsável e apoio aos detentores de animais.
- Reforçar o financiamento e capacidade dos municípios para programas de esterilização e acolhimento, garantindo respostas territorialmente equilibradas.

D. Revitalizar indústria, qualificar turismo, comércio e serviços

Contextualização

A atual governação AD tem levado a um abrandamento progressivo da economia portuguesa. Além de o crescimento estar abaixo da média dos últimos anos e muito abaixo do compromisso assumido pela AD, os motores do atual crescimento anímico inspiram grande preocupação quanto à sustentabilidade económica, salarial, social e das contas externas e públicas do nosso país, bem como aos níveis da inflação e do custo de vida. O crescimento económico deixou de assentar no aumento, qualificação e diversificação da produção de bens e serviços transacionáveis, na atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e nas exportações, e passou a estar dependente da procura interna e do consumo.

Cenário agravado por a pouca dinâmica de exportações sobejante estar cada vez mais dependente da evolução do turismo, sujeito a volatilidade conjuntural; e a pouca dinâmica de investimento privado e estrangeiro sobejante se concentrar na apreciação do *stock* imobiliário residencial preexistente, criando dificuldades acrescidas no custo de vida e no acesso à habitação pelos portugueses. Acresce que o incremento do investimento público por via do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) termina este ano e que o Governo AD já exauriu a margem orçamental, as contas certas que herdou da governação PS e desbaratou.

Os dados estatísticos confirmam a perda de competitividade da economia portuguesa, o contrário do que o AD prometeu. A procura externa líquida diminui pelo terceiro ano consecutivo, o IDE e as exportações representam cada vez menos do nosso Produto Interno Bruto (PIB) e a balança comercial de bens degrada-se.

Urge uma qualificação produtiva da nossa economia. Encarar o problema de um tecido empresarial pulverizado, com muitas empresas de muito pequena dimensão, e dualizado, com poucas grandes empresas exportadoras e muitas pequenas empresas que vendem apenas para o mercado interno. São vulnerabilidades que se manifestam na baixa proporção de emprego em atividades intensivas em conhecimento, na baixa intensidade tecnológica das exportações, no défice da balança comercial de bens e no conteúdo importado das exportações e do investimento. O perfil de especialização da nossa economia continua a ser um travão para que as empresas nacionais possam competir com concorrentes mais sofisticados. O PS defende uma política de incentivos proativa na alteração do perfil de especialização da nossa economia. Só com uma economia mais sofisticada podemos produzir com maior valor acrescentado, pagar melhores salários e gerar as receitas para financiar um Estado Social avançado.

A incapacidade de fazer escolhas resulta noutra pulverização, a dos apoios por inúmeros setores, atividades e projetos, não poucas vezes improdutivos, através de sistemas de incentivos de banda larga, que não contribuem para o aumento da produtividade da economia e a sua transformação para melhor. Cabe às pessoas e às empresas escolher investir onde melhor entenderem, mas o Estado não pode ser preguiçoso e, à imagem dos melhores exemplos internacionais, também deve fazer escolhas, quanto aos setores e tipologias que pretende estimular, pelo seu efeito positivo na economia nacional e nos rendimentos de todos os portugueses, com uma estratégia de desenvolvimento assente na especialização inteligente do país e das suas regiões. Deve selecionar, de forma participada, transparente e criteriosa, as áreas estratégicas onde concentrar uma parte importante dos apoios ao investimento, à inovação e à transferência de conhecimento.

Análise

Para transformar a economia, partimos do sucesso das três políticas estruturantes do país nos últimos 30 anos, todas do PS, nomeadamente a ‘Paixão pela Educação’; a ‘Aposta nas Renováveis’ e o ‘Choque Digital’, para lançar uma ‘Política Industrial Verde’, promotora, em sede administrativa, fiscal e com incentivos financeiros, de investimentos produtivos intensivos em capital, tecnologia e Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&DI). Trinta anos volvidos do início do percurso que levou às melhorias na educação e na formação da população nacional, o défice já não é na qualificação, é na economia, nos salários, o que está patente na exportação líquida de talento de que Portugal padece. Importa incentivar a qualificação e a apreciação do emprego, mais do que a criação quantitativa. Incentivar setores, atividades e projetos potenciadores de cada vez melhores salários e rendimentos, decorrentes de maior produtividade e também por isso ajustadas à realidade demográfica.

Para atrair mais investimento privado produtivo na era da descarbonização é necessário eletrificar, com eletricidade verde. Para atrair mais investimento privado produtivo na era da digitalização é preciso estar conectado. O sucesso de Portugal na antecipação da dupla transição verde e digital europeia potencia agora a atração para o nosso país de investimentos de alta intensidade tecnológica e de capital na indústria limpa e da economia de dados.

Importa assim habilitar a nova economia, mobilizar os setores públicos e privados na infraestruturação do desenvolvimento económico de Portugal, partindo da espinha dorsal das redes transeuropeias de transportes, energia e telecomunicações do Mecanismo Interligar a Europa (CEF) e demais quadros europeus como, para energia e recursos minerais e terras raras o ‘Fit for 55’, o ‘REPowerEU’ e o ‘Regulamento das Matérias-Primas Críticas’, sobre os quais é permitido o “Quadro de Auxílios de Estado às Indústrias

Limpas’ e lançado o ‘Regulamento da Indústria com Emissões Líquidas Nulas’, no contexto de um ‘Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu’; ligando indústria verde ao digital no ‘Regulamento dos Circuitos Integrados’, no ‘Decénio Digital’, e na ‘Estratégia para a Soberania Digital e Tecnológica da UE’. No cumprir da rede viária nacional, dos corredores ferroviários nacionais e internacionais e da expansão das capacidades portuárias e aeroportuárias transoceânicas e transcontinentais; das interligações gasíferas e elétricas, da nova pequena produção descentralizada, até às grandes ligações transpirenaicas ou com o Magrebe; de estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações e correspondente conectividade terrestre ao *hinterland* europeu.

Lograr uma nova centralidade, pela inserção direta de Portugal nos grandes fluxos globais e na Europa, com ganho de escala no tráfego e a multiplicação de rotas diretas, em prol de uma logística nacional e internacional aumentada e melhorada de bens, energia e dados, que promova a eficiência da economia interna, as exportações, baixando o tempo e custo de trânsito, e da mesma forma otimize as importações necessárias à economia nacional e aos seus processos produtivos. Uma nova centralidade que impulse o crescimento, aprecie salários, seja anti-inflacionária e assim melhore o poder de compra das portuguesas e dos portugueses.

Primado para a eletricidade, verde, não só pela necessidade de descarbonizar a atual produção nacional e toda a demais atividade humana – como por exemplo os transportes urbanos –, bem como enquanto fator crítico para habilitar, quer a adição de nova atividade, quer o país a competir, no espaço europeu e na arena global, pela nova dimensão de grandes projetos de investimentos produtivos de base e industriais. Para descarbonizar e crescer é urgente um investimento massivo na produção de eletricidade de fontes renováveis e mais ainda na sua transmissão local, regional, nacional e internacional, com revisão em alta do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E). Partindo deste fator crítico das políticas públicas que poderá acelerar os grandes investimentos produtivos das indústrias verdes e circulares e da economia digital, somamos a necessidade de disponibilidade de solo urbano de uso industrial, viável, e a previsibilidade nos licenciamentos e seus calendários.

Sobre estas condições de base, europeias e nacionais, de reindustrialização para uma maior resiliência e autonomia, o PS deverá apresentar-se aos portugueses e às empresas com uma política industrial capaz de promover e fomentar a modernização dos setores onde o nosso país tem revelado capacidades competitivas, orientadas para o mercado global. Isto significará fazer escolhas estratégicas, ainda que assentes num amplo consenso nacional, nomeadamente com os principais agentes de criação da riqueza, as empresas, as suas associações e confederações. Esse

consenso deve consubstanciar-se na cocriação de políticas públicas, instrumentos e ações concretas que vinculem todos os agentes do Estado (Administração Central, Regional, Intermunicipal e Municipal) mas também as empresas e as suas confederações e associações empresariais e sectoriais, em 'Pactos Estratégicos para a Competitividade Global', enquanto fórum de cada setor para a resolução de custos de contexto e a definição de estratégias e ações comuns com vista a incentivar a capitalização das empresas, o investimento, a aproximação do conhecimento científico e tecnológico da indústria, a adoção de tecnologias digitais nos processos produtivos e nos modelos organizacionais, a criação de condições propícias a dinâmicas de empreendedorismo e *scaling-up* de empresas e a internacionalização.

A política industrial do PS não desvaloriza a importância económica das empresas de turismo, comércio e serviços. O PS pretende um turismo mais qualificado e mais sustentável. O turismo é um setor central da economia nacional, representando mais de 20% das exportações e constituindo um fator de coesão territorial e social, com impactos positivos nos territórios e nas suas populações. O país dispõe de recursos turísticos muito diversos, cuja valorização permite dinamizar as economias locais e gerar um efeito multiplicador em várias áreas. Contudo, cerca de 85% da procura turística continua concentrada no litoral, sendo crucial reforçar o turismo no interior, num modelo de desenvolvimento assente em claros padrões de sustentabilidade. As políticas públicas devem, por isso, sublinhar a importância da preservação dos recursos e da salvaguarda da sua autenticidade.

O comércio e os serviços abertos ao consumidor são setores particularmente relevantes para a economia e o emprego, desempenhando um papel fundamental na vitalidade de cidades e vilas, na qualidade de vida dos cidadãos e no dinamismo de outros domínios da economia nacional. A proteção dos consumidores é uma dimensão central da transformação da economia, tanto a nível nacional como europeu, assumindo particular relevância no que respeita aos consumidores mais vulneráveis. A extensão dos prazos de garantia dos bens móveis, a proibição da obsolescência programada, a regulação dos ecossistemas digitais e o reforço da legislação de prevenção e fiscalização de cláusulas contratuais abusivas refletem o património e o compromisso do Partido Socialista nesta área.

Propostas

- Planear e gerir o território, garantindo a disponibilidade de solo de uso industrial viável para instalação ou expansão de indústria e logística, organizado em parques empresariais segmentados por setores e sinergias, devidamente infraestruturados em utilidades e acessibilidades, com simplificação dos licenciamentos, benefícios

fiscais e comunidades energéticas a implementar em parceria com as administrações regionais, intermunicipais e locais.

- Fundir os ativos e as entidades da Administração Central na gestão de áreas de localização empresarial para indústria e logística, expandindo a oferta por todo o território nacional.
- Lançar o eixo de polos de acolhimento e desenvolvimento empresarial no interior, no âmbito dos CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL e potenciando as vantagens comparativas e competitivas de cada território, com um plano específico no eixo N2, a implementar conjuntamente pelas administrações central, regionais, intermunicipais e locais
- Reorientar a atividade das entidades públicas de licenciamento ambiental e económico e de promoção económica para o incentivo à utilidade económica do território e à integração dos recursos nacionais na produção de bens e serviços.
- Integrar as entidades públicas de promoção económica, visando o aumento da capacidade, da coerência e da escala dos recursos de apoio ao desenvolvimento de projetos empresariais, com ênfase na integração de tecnologia nacional, no desenvolvimento de redes de fornecedores e de cadeias de valor nacionais e na incorporação de maior valor acrescentado nacional na estrutura produtiva através do reforço da substituição de importações e de maior competitividade externa.
- Reduzir os custos de contexto das empresas através de um programa de racionalização de taxas e da simplificação administrativa e digitalização dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento empresarial.
- Desburocratizar o licenciamento industrial e os financiamentos europeus, tornando-os mais céleres e transparentes, com a generalização de portais eletrónicos e maior previsibilidade e capacidade de resposta nos avisos de abertura, análise de candidaturas e pedidos de pagamento.
- Maximizar as possibilidades de financiamento europeu e nacional (criando um fundo nacional para o investimento estruturante) ao investimento estruturante e à captação e fixação de investimento nacional e estrangeiro, visando uma especialização produtiva inteligente. Dinamizar os financiamentos multilaterais, de cooperação e de iniciativa central europeia.
- Simplificar o Regime de Benefícios Fiscais ao Investimento e à Inovação, através da reforma e racionalização dos diversos mecanismos fiscais existentes, premiando fiscalmente as empresas que promovam reinvestimentos produtivos em inovação; investigação e incorporação tecnológica nacional; capitalização; no

interior e em territórios de baixa densidade; na qualificação e valorização salarial; e na transição verde e digital.

- Incentivar as parcerias com o sistema científico e tecnológico, dando prioridade ao crescimento da I&DI, à intensidade tecnológica, à produtividade e à competitividade, à orientação exportadora e à diversificação de destino e presença internacional; bem como à qualificação profissional em ambiente empresarial de trabalhadores e gestores, a par dos sistemas de melhoria da gestão da qualidade de produtos, processos e pessoas.
- Aumentar a seletividade dos sistemas de incentivos às empresas, sem prejuízo do apoio ao investimento em áreas transversais como formação, dupla transição verde e digital e internacionalização da economia; concentrando os fundos disponíveis num conjunto estratégico de setores, a partir de uma avaliação rigorosa no quadro do sistema de inovação e conhecimento, e segmentando os avisos em função objetivos específicos de política pública.
- Lançar um programa integrado de apoio à inovação e à economia circular, visando criar projetos mobilizadores no âmbito da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, reutilização de resíduos e utilização de novos materiais e processos industriais, com destaque para áreas críticas da nossa estrutura industrial.
- Desenvolver produtos financeiros para concessão de crédito a atividades com longos ciclos de produção e de bens de equipamento, e de seguro de crédito, em complemento aos operadores de mercado, visando aumentar a capacidade concorrencial das empresas.
- Reduzir as limitações legais ao financiamento através de obrigações e a outras fontes de financiamento alternativas ao setor bancário e desenvolver incentivos à utilização de estruturas de financiamento agrupado por empresas de pequena e média dimensão.
- Incentivar as empresas a ganharem maior dimensão e escala produtiva, apoiar a transição geracional e valorizar os ativos empresariais com:
 - Programa de ganhos de escala, fusões, aquisições e recuperação de ativos, com incentivos fiscais e financeiros de apoio à fusão e aquisição de empresas e à capitalização de empresas em recuperação através da consolidação dos créditos;
 - Reforço dos mecanismos de tratamento fiscal privilegiado de reforço de capitais face ao financiamento por capitais alheios;

- Programa de transição geracional das empresas familiares, com acesso a mecanismos de capital, financiamento e mentoria.
- Disponibilizar às empresas, em especial às Micro e às PME, ferramentas de apoio à gestão e de *intelligence* competitiva, com recurso à digitalização e à inteligência artificial e incentivar, através de uma colaboração entre as entidades públicas de promoção económica e a Academia, cursos de curta duração que permitam reforçar as competências de gestão dos empresários das PME, majorando a taxa de apoio a quem os frequente e conclua com êxito.
- Reforçar a internacionalização através da rede diplomática e económica externa, fortalecendo o papel dos investidores e dos agentes económicos da Diáspora, bem como o papel central do espaço da lusofonia no âmbito das relações económicas e da cooperação para o desenvolvimento.
- Definir um programa anual de diplomacia económica com:
 - Um Programa Nacional de Ações de Promoção Externa que reflita a escolha de mercados e de ações prioritárias pelos agentes, Estado e Empresas (associações);
 - Um programa de angariação de IDE produtivo em *targets* selecionados que vise as lacunas das cadeias, a integração de recursos e a qualificação do território, incluindo regiões autónomas;
 - Um programa de ações de promoção externa de Portugal, com iniciativas de cruzamento de setores e de atração para Portugal de eventos internacionais económicos e comerciais de referência,
- Dinamizar o papel das Câmaras de Comércio enquanto agentes de promoção da economia nacional, através da sua certificação como entidades públicas nacionais, e reforçar o papel das Câmaras de Comércio Portuguesas no Estrangeiro.
- Aumentar número de empresas exportadoras, do volume de exportações e seu valor acrescentado, visando duplicar, no próximo decénio, o valor médio exportado por empresa e alcançar os 60% de exportações sobre o PIB.
- Promover a diversificação dos destinos das exportações nacionais de bens e serviços, com ênfase no acesso pelos bens de consumo tradicionais aos mercados terceiros com maiores crescimentos demográficos, dos rendimentos e dos consumos.
- Desenvolver Produtos de Cobertura de Risco à Exportação, através da operacionalização de uma Agência de Crédito à Exportação.
- Incentivar a presença internacional das nossas empresas, através de processos de verticalização nos produtos de consumo final, maior

presença nas atividades de distribuição e retalho, com aposta em marcas próprias e no crescimento por aquisição ou orgânico, em atividades produtivas de bens e serviços localizadas em espaços geográficos que aglomeram cadeias de valor essenciais na nossa estrutura produtiva;

- Desenvolver, em parceria com o sistema financeiro, um instrumento de capital e dívida destinado a aquisições internacionais e ao posicionamento em mercados-chave.
- Pugnar para que as receitas turísticas tenham um reflexo crescente nos salários dos trabalhadores do setor.
- Reforçar a sustentabilidade e a competitividade das empresas, através de apoio seletivo ao investimento privado que contribua para:
 - a transição verde, em particular ao nível da eficiência energética e do aproveitamento, uso e gestão sustentável da água;
 - a transição digital, tendo em conta que em Portugal apenas cerca de 30% das empresas até 10 trabalhadores têm página na Internet;
 - a internacionalização, incentivando a presença das empresas em mercados externos e o desenvolvimento de marcas com relevância.
- Promover um turismo sustentável que assegure a preservação e valorização do património histórico-cultural, das áreas protegidas e da orla costeira, bem como a salvaguarda da autenticidade dos lugares, promovendo a regeneração urbana, a valorização do comércio local e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.
- Desenvolver a ‘Agenda do Turismo para o Interior’, promovendo um turismo mais equilibrado no território e uma maior diversificação da oferta turística do país.
- Impulsionar a concretização da ‘Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030’.
- Promover a melhoria e simplificação do enquadramento legislativo e a redução dos custos de contexto para as empresas de comércio, no âmbito do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração e de outros regimes especiais.
- Apoiar a dinamização de ações de formação que adequem as competências dos profissionais do comércio às necessidades da economia e às exigências da transição verde e digital, consagrando um ‘Pacto para a Capacitação dos Operadores Económicos’.
- Dinamizar sistemas de incentivos para o comércio, designadamente ao nível da inovação organizacional, logística e transformação digital, bem como do desenvolvimento de novos modelos de negócio e de projetos inovadores associados à economia circular.

- Assegurar uma política coerente e firme de defesa do consumidor.
- Melhorar o enquadramento legal e reforçar a fiscalização do jogo e a proteção dos consumidores, incluindo o reforço das estruturas inspetivas com os meios e competências necessários a uma maior capacidade de atuação, sobretudo na prevenção e combate ao jogo ilegal.

E. Apostar em formação profissional, melhor trabalho e rendimentos

Contextualização

No modelo de desenvolvimento do PS para Portugal, o trabalho vale mais do que a precariedade. A dignidade de quem trabalha é a base de uma sociedade mais justa, mais coesa e mais próspera. A qualificação vale mais do que a desvalorização de competências.

Nesta Moção de Política Global, afirmamos o compromisso de continuar a construir políticas que liguem formação, trabalho digno e rendimentos mais elevados, com especial atenção aos jovens, às mulheres, aos trabalhadores mais vulneráveis e aos territórios que mais carecem de oportunidades.

Propomos que o PS assuma uma agenda estruturante da sua ação política neste domínio, hoje no Parlamento e amanhã no Governo, em diálogo com parceiros sociais e mobilizando todos os instrumentos disponíveis – europeus, nacionais e locais – para que cada pessoa tenha uma oportunidade real de melhorar a sua vida através da formação e do trabalho com rendimentos justos.

O Partido Socialista nasceu para ser a voz dos que vivem do seu trabalho, os trabalhadores e as classes médias, e para transformar a liberdade política em justiça social efetiva. Vivemos tempos de enormes mudanças e desafios que precisam de liderança e opções claras quanto à valorização do trabalho como pedra basilar da nossa sociedade.

Análise

É evidente como a transformação acelerada da economia, marcada pela transição verde e digital, está a mudar profundamente o mercado de trabalho, as profissões e as qualificações necessárias. Portugal só será capaz de garantir desenvolvimento económico e coesão social se for capaz de valorizar o trabalho, proteger quem trabalha e criar condições para que cada pessoa possa melhorar a sua vida através da formação ao longo da vida. A experiência acumulada na construção de políticas públicas de trabalho digno, na valorização dos salários e na proteção social demonstrou que são a base essencial do crescimento e são decisivas para a redução das desigualdades.

Os desafios que enfrentamos – envelhecimento demográfico, perda de talento jovem, novas formas de trabalho, impacto da inteligência artificial, impacto das alterações climáticas – exigem uma nova ambição: fazer da valorização dos trabalhadores a grande força de crescimento, articulando política económica e industrial com coesão social e inclusão que alargam a base de desenvolvimento social. Só assim Portugal conseguirá realizar-se como país, com capacidade de atrair e fixar jovens, trabalhadores e famílias, essenciais ao nosso crescimento sustentável.

Apostar na formação profissional e na qualificação, melhor trabalho e mais salários e rendimentos significa colocar a qualidade do trabalho no centro das políticas públicas.

Esta agenda deve ser prosseguida com base num diálogo social forte, a todos os níveis, da concertação social à negociação coletiva nos setores e nas empresas, para conseguir mudanças que, ao contrário do que faz o atual Governo, respondam aos verdadeiros problemas e aos desafios de futuro e sejam ao mesmo tempo sustentáveis e tenham uma sólida base social de apoio, reduzindo a conflitualidade social e produzindo avanços reais nas condições para os trabalhadores e também para as empresas.

A promoção de mudanças firmemente ancoradas no diálogo entre parceiros sociais pressupõem um associativismo sindical e empresarial dinâmico, representativo e com presença real nos diferentes setores e é por isso que uma agenda criação de incentivos ao associativismo e à sindicalização para reforçar a vitalidade do diálogo social pela base deve ser uma das prioridades das políticas públicas no mercado de trabalho.

Para o PS o trabalho é um pilar da democracia: direitos laborais fortes para garantir liberdade real; coesão social e aumento dos rendimentos; qualificação das pessoas, dos trabalhadores, da gestão das empresas e dos processos produtivos; diálogo social forte e dinâmico. A AGENDA DO TRABALHO DIGNO lançada pelo PS marcou um avanço importante na proteção contra a precariedade, na promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, na dinamização do diálogo social real e efetivo e no aumento dos rendimentos. Mas não chega conservá-la: é preciso aprofundá-la, defendê-la de retrocessos e torná-la a coluna vertebral da nossa ação política, preparando verdadeiramente o futuro do trabalho e da nossa economia em vez de alimentar fraturas do passado que não resolvem nenhum problema e impedem a modernização do nosso mercado de trabalho.

É essencial continuar a combater a precariedade que inibe vidas, adia ou aliena os percursos dos jovens, mata a esperança e perpetua situações de baixos salários. É fundamental uma agenda progressista quanto ao futuro do trabalho, alicerçada na valorização dos jovens, na capacidade de atrair e fixar talento, na igualdade entre mulheres e homens, na aposta nas qualificações dos trabalhadores como motor decisivo de crescimento.

Portugal tem a geração mais qualificada de sempre, mas ainda com problemas sérios de precariedade, empregos subqualificados, desemprego jovem, baixos salários e emigração jovem. A capacidade de atrair e fixar os jovens em Portugal é uma condição decisiva do nosso futuro coletivo; o trabalho digno é fundamental para todos, para a coesão social e para a economia mas é ainda mais importante e urgente para os jovens e para uma verdadeira justiça intergeracional. É com este objetivo que pretendemos lançar um novo programa ambicioso transversal “Jovens Portugal”,

construído sobre o legado da Agenda do Trabalho Digno, do IRS Jovem e da gratuidade das creches, com capacidade de criar condições para que os jovens escolham ficar em Portugal.

Igualmente crítico para os jovens mas não só, é que na interseção entre economia nacional e realização pessoal, haja uma clara aposta na formação profissional – tanto desde as vias profissionais ao nível secundário como nos percursos de formação e especialização técnica pós-secundária, como em oferta pós-graduada. Escolher um modelo de desenvolvimento que não se resigna a ser competitivo à custa de precariedade e baixos salários. É afirmar que o futuro de Portugal se constrói com trabalho qualificado e justamente remunerado, dando a cada pessoa a possibilidade real de melhorar a sua vida. A formação profissional não pode ser vista como um luxo ou um acessório do sistema educativo: é um pilar central de uma estratégia de desenvolvimento que coloca o trabalho digno no centro.

Propostas

- Colocar a continuação da ‘AGENDA DO TRABALHO DIGNO’ e a valorização dos trabalhadores no centro da orientação política nacional do PS, de forma aberta, plural e presente nos locais de trabalho, nas empresas, serviços públicos, escolas, hospitais, autarquias e comunidades, ouvindo quem trabalha e transformando essas vozes em lei, políticas públicas e decisões concretas.
- Criar um laboratório no PS dedicado ao Futuro do Trabalho, envolvendo academia, especialistas, sindicalistas, parceiros sociais, sociedade civil e jovens trabalhadores.
- Ancorar esta estratégia no reforço do diálogo social a todos os níveis, nomeadamente promovendo maior representatividade, informação e incentivos ao associativismo, sindicalização e participação, bem como o dinamismo da concertação social em áreas estratégicas e a cobertura da negociação coletiva.
- Definir ‘linhas vermelhas’ em matéria laboral, assumindo que o PS se oporá ao retrocesso generalizado nos direitos conquistados, hoje corporizado na tempestade social proposta pela AD sob a capa do “Trabalho XXI”.
- Aumentar os rendimentos do trabalho:
 - acelerar o aumento do salário mínimo nacional, em convergência europeia;
 - prosseguir uma trajetória de aumento sustentado dos salários, que reflita uma equitativa partilha da riqueza, articulada com a negociação coletiva;
 - incentivar as empresas que apostam em aumentos superiores dos salários, em particular nos setores de bens e serviços transacionáveis, ligados à inovação e à qualificação;

- combater a ideia de que salários baixos são uma vantagem competitiva: o futuro de Portugal constrói-se com trabalho qualificado e bem remunerado, empregue em setores produtivos com crescente intensidade tecnológica e de capital;
 - garantir que os instrumentos de política pública, incluindo fundos europeus, estão alinhados com objetivos concretos de melhor trabalho e mais rendimentos.
 - pugnar por medidas fiscais e contributivas que diminuam a carga fiscal sobre o trabalho, apoiem os trabalhadores em início de carreira, incentivem o regresso de quem emigrou e apoiem famílias de baixos e médios rendimentos.
 - reforçar políticas de rendimentos que combatam a pobreza laboral, particularmente nos setores de baixos salários e de forte rotatividade.
- Promover soluções de equilíbrio entre vida pessoal , familiar e profissional, com:
 - implementação progressiva de horários humanizados e compatíveis com a vida familiar, com a participação cívica e com a formação ao longo da vida;
 - reforço da proteção na parentalidade, no cuidado a filhos e a idosos, como condição para a melhoria da qualidade de vida das famílias e da igualdade entre mulheres e homens perante o trabalho;
 - valorização das práticas de organização do trabalho que previnam o burnout e promovam ambientes de trabalho saudáveis;
 - criação da reforma a tempo parcial.
- Combater soluções que fragilizem a negociação coletiva, conduzam a desregulação horária, precarizem vínculos ou eternizem estágios sem direitos.
- Valorizar as carreiras no setor social e na economia do cuidado, fundamentais para a coesão social e territorial.
- Aumentar a produtividade, condição essencial para ter salários mais elevados, carreiras mais estáveis e empresas mais competitivas.
- Responder às necessidades das empresas com trabalhadores qualificados, reduzindo o desajustamento entre oferta e procura de emprego.
- Dar uma segunda oportunidade a quem ficou pelo caminho, através de reconversões profissionais rápidas e orientadas para setores com futuro.

- Garantir que ninguém fica para trás na dupla transição verde e digital, transformar o medo da mudança em oportunidade de ascensão social.
- Tornar efetivo o acesso de cada trabalhador e trabalhadora à formação e requalificação, com percursos acessíveis, alinhados com as necessidades de competências e as tendências da economia e do emprego, tirando também partido das novas tecnologias, financiados e articulados com as necessidades reais da economia, em articulação com empresas, instituições de ensino superior, centros de formação e entidades do setor social.
- Melhorar os mecanismos de identificação, antecipação e atualização de competências à escala setorial e regional, com flexibilidade e garantias de qualidade, assegurando que as políticas de formação e qualificação são um instrumento decisivo alinhado com as apostas de política económica e industrial.
- Desenvolver programas de reconversão rápidos e focados em setores com Trabalhadores qualificados – indústria, tecnologias digitais, transição energética, economia do cuidado, turismo de qualidade, serviços de proximidade – com cursos curtos, práticos e ligados a compromissos de contratação.
- Reforçar o reconhecimento e certificação simples de competências adquiridas no trabalho, abrindo portas a progressões e novas oportunidades.
- Articular escolas, formação e emprego, reforçando vias profissionalizantes e de aprendizagem dual, aproximando jovens estudantes das empresas e das profissões do futuro. Garantir que ninguém abandona o sistema educativo sem uma qualificação útil para o mercado de trabalho.
- Valorizar os jovens no mercado de trabalho, combatendo a precariedade de entrada, os salários baixos e a qualificação não reconhecida.
- Propor referenciais salariais mínimos de entrada para a contratação de jovens qualificados, em particular em áreas de formação especializada e estratégica para a economia.
- Incentivar projetos-piloto de inovação laboral (como experiências de novas formas de organização do trabalho, nomeadamente a semana de quatro dias ou opções de conciliação mais flexível entre trabalho e vida familiar) ancorados na Agenda do Trabalho Digno.
- Criar o Estatuto Estudante-Trabalhador para promover uma ligação efetiva entre os jovens estudantes e as empresas e uma aproximação progressiva e mais generalizada a experiências de entrada no mercado de trabalho que diminuam as dificuldades de transição para a vida ativa.

- Lançar a rede de incubadoras de emprego jovem nas áreas digital, verde e social, articulada com a rede de instituições de ensino superior e as associações empresariais.

F. Equidade nas finanças públicas e na fiscalidade

Contextualização

Os portugueses sabem que o PS é o partido das contas certas. As contas certas são as mais justas intergeracionalmente. O PS não hipoteca o futuro dos nossos jovens, das gerações vindouras e do nosso país. As contas erradas pagam-se, com juros, destruição económica e muito sacrifício, à primeira crise. A atual governação da AD é irresponsável e põe em causa a nossa sustentabilidade financeira com uma política de serviço a interesses económicos especiais transnacionais. Com esta governação AD, o país vê um crescimento económico anímico, a carga e a receita fiscal a subirem às custas das pessoas comuns e ainda assim vê as contas públicas a entrar em déficit, sem que se vejam melhorias no investimento e nos serviços públicos. Pelo contrário, constata-se uma trágica dinâmica de adiamento e degradação das infraestruturas e dos serviços públicos, com ataques ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social e à Escola Pública.

Finanças públicas sólidas e equilibradas são o alicerce da credibilidade do Estado, da estabilidade que permite atrair e fixar investimento privado produtivo, gerar crescimento económico e precaver a capacidade de Portugal enfrentar desafios emergentes e estruturais.

Análise

O PS defende uma política de finanças públicas assente no rigor orçamental, que combine responsabilidade com ambição. Contas certas para garantir mais e melhor investimento estratégico que incremente o crescimento potencial, maior justiça fiscal que reforce a coesão e concilie um Estado Social sustentável, moderno, transparente e eficaz. Só com finanças públicas equilibradas o país poderá garantir estabilidade, credibilidade e a capacidade de enfrentar os desafios futuros, reforçar a confiança dos mercados, a redução dos encargos com a dívida e ter margem para responder a crises.

A solidez das contas públicas deve resultar de uma estrutura equilibrada entre os diferentes subsectores e de uma estratégia plurianual coerente. Hoje, o principal desafio estrutural das finanças públicas portuguesas está na crescente dependência dos excedentes da Segurança Social para compensar o aumento anual do défice da Administração Central, realidade que se tem vindo a verificar desde o início da governação AD, desde 2024.

Esta tendência acarreta riscos crescentes, porque está excessivamente dependente de variáveis conjunturais como o nível de emprego, as contribuições para a segurança social e os fluxos migratórios. As finanças públicas estão a gerar um equilíbrio cada vez mais assimétrico, criando um problema estrutural com riscos para a sua sustentabilidade.

O PS pretende consolidar um modelo de finanças públicas assente em cinco pilares: responsabilidade orçamental; justiça fiscal; investimento estratégico; defesa do Estado Social; e sustentabilidade intergeracional.

Propostas

- Garantia de saldos orçamentais, menos dependentes dos excedentes da Segurança Social e mais compatíveis com a estabilidade macroeconómica e com as regras europeias, incluindo a evolução da despesa líquida estrutural.
- Redução gradual do rácio da dívida pública para diminuir a vulnerabilidade do país num contexto de maior volatilidade externa.
- Reforço dos mecanismos de controlo e transparência orçamental, incluindo relatórios de impacto financeiro plurianual das principais medidas. Definição de metas plurianuais específicas para o saldo da Administração Central. Publicação de indicadores de saldo estrutural por subsector, ajustado ao ciclo económico. Reforço do papel das instituições independentes de acompanhamento orçamental.
- Estimular crescimento económico empresarial sustentável, promovendo investimento produtivo, inovação e transição digital e energética.
- Coexistência de equilíbrio orçamental com uma forte aposta no investimento público estruturante, com elevado retorno económico e social, nas infraestruturas de fomento económico que dinamizem capacidade produtiva, qualificação do território e modernização do Estado.
- Assegurar a sustentabilidade e o reforço do Estado Social na gestão das finanças públicas, como pilar da coesão e igualdade de oportunidades.
- Finanças públicas responsáveis que integrem plenamente os desafios da transição climática e da equidade entre gerações.

Concomitantemente, a política fiscal deve conciliar a sustentabilidade das finanças públicas com o fomento do crescimento económico, o reforço da justiça social e da confiança dos cidadãos e dos agentes económicos. Só uma política fiscal previsível, justa, transparente e orientada para o futuro permitirá reforçar a competitividade da economia portuguesa, valorizar os salários e os rendimentos, fixar talento e garantir a coesão social e territorial. Neste contexto, a estabilidade fiscal deve constituir um incentivo ao crescimento económico, ao investimento produtivo e à valorização salarial. A presente Moção de Política Global lança seis princípios, compromissos e linhas de ação para uma política fiscal moderna, responsável e progressista, ao serviço do desenvolvimento sustentável do país, nomeadamente:

- Compromisso estruturante para a redução da carga fiscal. A política fiscal deve ser um instrumento de estabilidade, previsibilidade e confiança. O PS compromete-se a não aumentar a carga fiscal global sobre as famílias e empresas, adotando o princípio que a variação

percentual anual das receitas fiscais e contributivas deverá ser sistematicamente inferior à taxa de crescimento do PIB nominal. O crescimento da receita pública deve resultar do dinamismo da economia, do aumento do emprego e da criação de valor e não de um agravamento da tributação. Um Estado financeiramente sustentável não absorve uma fatia crescente da riqueza nacional, reforça a confiança dos contribuintes, promove o investimento de médio e longo prazo e contribui para a estabilidade macroeconómica.

- IRC como instrumento estratégico de fortalecimento da economia. O IRC deve ser encarado como um instrumento de política económica, e não apenas como uma componente da receita. Rejeitamos reduções generalizadas e indiferenciadas do IRC, optando antes por uma redução orientada para a concretização de objetivos estratégicos nacionais. A política de incentivos em sede de IRC deve privilegiar o estímulo ao investimento em investigação, inovação, incorporação tecnológica, modernização dos processos produtivos, no reforço da capitalização das empresas, no investimento no interior e em territórios de baixa densidade, na qualificação dos trabalhadores e na valorização sustentada dos salários e na transição verde e digital. Incentivos fiscais sujeitos a rigorosos critérios de desempenho, garantido que a redução fiscal se traduza em ganhos económicos, sociais e ambientais concretos para o país.
- Combate à evasão fiscal para uma maior equidade e justiça contributiva. Uma política fiscal reformista exige eficácia. O PS assume como prioridade o combate à evasão fiscal, às práticas que distorcem a concorrência, penalizam as empresas cumpridoras e fragilizam a confiança no sistema fiscal. Pretendemos reforçar a capacidade técnica, analítica e tecnológica da administração fiscal, aprofundar a cooperação internacional e simplificar o sistema fiscal, reduzindo oportunidades de redução artificial da base tributável, através do aumento artificial de custos, transferência indevida de lucros, operações financeiras irregulares e planeamento fiscal abusivo. Paralelamente, implementar uma política de redução da dívida fiscal ativa, privilegiando soluções de recuperação efetiva da receita, regularização voluntária e planos de pagamento sustentáveis. Eliminar regimes fiscais especiais associados a vistos, ARI e RNH/IFICI quando acumulável, em prol da equidade fiscal entre estrangeiros, nacionais e imigrantes comuns, e face ao seu efeito inflacionário no imobiliário residencial e no custo de vida.
- Redução do IRS como instrumento de fixação de talento e de coesão territorial. O PS defende uma redução progressiva do IRS, que nos jovens se converte em instrumento de política económica, demográfica e social, de fixação dos jovens qualificados no país e a

construção de carreiras profissionais duradouras no nosso país, sem prejuízo de mecanismos robustos de controlo que impeçam abusos associados às transferências artificiais de residência fiscal. O objetivo é fixar talento, reforçar a base contributiva futura e promover equilíbrio intergeracional, assegurando que também os jovens portugueses encontram em Portugal as condições mais competitivas para viver e trabalhar.

- Redução dos custos de contexto das empresas e simplificação fiscal e administrativa. A competitividade da economia portuguesa continua a ser penalizada por elevados custos de contexto, excesso de burocracia e instabilidade regulatória. Urge uma estratégia integrada de simplificação, racionalização e estabilidade fiscal e administrativa. Em termos fiscais essa estratégia assenta na eliminação de procedimentos redundantes, custos desnecessários, na redução de encargos decorrentes de taxas injustificadas, na digitalização e interoperabilidade integrada. Adoção de reduções fiscais específicas para empresas eletrointensivas, de forma a reforçar a competitividade da indústria nacional num contexto de descarbonização por via da eletrificação verde.
- Incentivos fiscais à valorização salarial com neutralidade orçamental. A valorização do trabalho e a apreciação real dos salários é um eixo central da identidade política do PS. Propomos a criação de incentivos à valorização salarial, tornando neutro, em termos orçamentais, o esforço das empresas que promovam aumentos salariais acima do aumento médio das remunerações, devolvendo às empresas o acréscimo da receita fiscal decorrente desse esforço. Este mecanismo estimula a partilha dos ganhos de produtividade, reforça a procura interna, contribui para a redução de desigualdades e promove um crescimento económico mais equilibrado e inclusivo.

II. Progresso social

A. Combater pobreza, desigualdades e todas as formas de discriminação

Contextualização

Portugal enfrenta ainda desafios estruturais ligados à pobreza e às desigualdades que se cruzam com múltiplas formas de discriminação — por género, origem racial/étnica, deficiência, idade, migração, orientação sexual/identidade de género, território e, de forma particularmente crítica, pela própria condição socioeconómica. Apesar dos progressos, demasiadas pessoas encontram-se ainda em risco de pobreza ou exclusão social, com repercussões na saúde, na escolaridade, na participação cívica, na produtividade e na capacidade coletiva de responder a transições como a digital e a climática. A pobreza, as desigualdades e a discriminação constituem flagelos sociais que se reforçam mutuamente: a pobreza aumenta a exposição à discriminação; a discriminação limita oportunidades e rendimentos; e as desigualdades persistentes corroem a confiança, a participação e a legitimidade institucional.

A Resolução do Parlamento Europeu de 12 de fevereiro de 2026 sobre uma nova estratégia europeia anti pobreza ambiciona erradicar a pobreza até 2035, assente na prevenção ao longo do ciclo de vida, coordenação multinível, financiamento adequado e um princípio horizontal de não discriminação. Em paralelo, o Pacto para o Futuro da ONU, recoloca a erradicação da pobreza no centro da Agenda 2030 e recomenda medidas compreensivas e direcionadas, capazes de responder à natureza multidimensional da pobreza, através de sistemas de proteção social robustos perante choques ou crises.

A pobreza, tal como as desigualdades e a discriminação, deve ser entendida como um fenómeno multidimensional porque implica: rendimento insuficiente, privação material, carência habitacional, fragilidade energética e alimentar, baixa literacia, acesso desigual a cuidados de saúde e serviços, e vulnerabilidade no mercado de trabalho. O combate à pobreza não se esgota em transferências monetárias: exige um real acesso à habitação, saúde, educação, ao trabalho digno, proteção social, mobilidade, acesso à sociedade digital e à participação. A redução sustentada da pobreza requer coerência entre níveis de governo e uma estratégia que articule crescimento económico com justiça social e territorial, explicitamente alinhada com a Agenda 2030 e com o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

O Partido Socialista terá como objetivo reduzir de forma sustentada a pobreza, as desigualdades e todas as formas de discriminação, reforçando a coesão social como infraestrutura fundamental para a qualidade de vida e o desenvolvimento. Constituirá uma prioridade nacional quebrar ciclos de

pobreza e erradicar a pobreza infantil, incorporando dois eixos críticos de curto e médio prazo: a redução dos trabalhadores pobres e da precariedade, articulando valorização salarial, produtividade, qualificação e regulação do trabalho (incluindo novas formas de trabalho), e a garantia de um acesso universal efetivo a bens essenciais (habitação, saúde, educação, energia e sociedade digital), com foco nos agregados vulneráveis e nas desigualdades territoriais.

Será igualmente um objetivo estratégico do PS, reduzir a pobreza monetária, diminuir desigualdades de rendimentos e de condições de vida entre territórios e grupos sociais, e eliminar práticas discriminatórias em mercados, serviços e instituições. Tal implica metas verificáveis, com dados desagregados, e políticas que articulem economia, trabalho, fiscalidade, justiça, transição climática e governação democrática, em convergência com instrumentos nacionais já existentes, em particular a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), e a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) e os seus planos setoriais.

No combate à pobreza, desigualdades e discriminação, deverão assumir-se princípios de política pública que respondem ao que funciona e ao que falha na prática: universalismo proporcional (políticas universais com intensidade reforçada onde a desvantagem é maior, evitando a estigmatização e aumentando a eficácia); prevenção e abordagem pelo ciclo de vida (investimento social desde a infância e juventude para evitar danos cumulativos); proximidade e articulação multinível (Estado central, autarquias e organizações sociais com responsabilidades claras); coerência multi-escalar (nacional, regional e local, com envolvimento social amplo); e avaliação, transparência e prestação de contas regulares. Estes princípios são indissociáveis de uma abordagem interseccional, porque a pobreza e as desigualdades agravam-se em grupos mais vulneráveis - como a população idosa, famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência, comunidades racializadas e migrantes, ou as pessoas sem-abrigo - exigindo uma intervenção transversal, integrada e direcionada.

Análise

Sociedades mais coesas tendem a ter instituições mais eficazes, melhores níveis de bem-estar e qualidade de vida, crescimento económico mais inclusivo e mais elevada justiça distributiva dos custos/benefícios das transições complexas, como a digital e a climática. A coesão social tenderá a significar menos pobreza, desigualdades e discriminação, e constitui um meio para aumentar a produtividade, a inovação, e a resiliência, reforçando a pertença, a confiança e a cooperação, condições para políticas públicas mais legitimadas e exequíveis.

A persistência da pobreza em Portugal revela que o crescimento económico e a criação de emprego, por si sós, não asseguram a sua redução: mesmo

quando há emprego, a pobreza laboral persiste, exigindo intervenção sobre os salários, a precariedade e a progressão das carreiras.

A arquitetura redistributiva do Estado social é decisiva, mas será insuficiente sem adequação, cobertura e acessibilidade efetiva. Tal como sucede na generalidade dos países, sem as transferências sociais, o risco de pobreza em Portugal seria muito superior, acima mesmo dos 40%, o que confirma o papel decisivo das prestações e dos serviços públicos. Contudo, a existência de múltiplas prestações com regras dispersas e barreiras burocráticas, limita o impacto real e potencia desigualdades de acesso, particularmente quando os tempos de resposta e a literacia administrativa se tornam mecanismos invisíveis de exclusão.

O aumento crescente do custo de vida coloca acrescidos desafios à pobreza, desigualdades e discriminação. Estratégias bem-sucedidas implicam combater os seus mecanismos geradores e não apenas as suas manifestações: a pobreza laboral, devido aos baixos salários, à precariedade e o trabalho parcial involuntário; os custos de energia, alimentação e mobilidade; e a ausência de poupança.

A desigualdade não é apenas diferença de rendimentos, mas também condições para o bem-estar e qualidade de vida: conciliação vida familiar-vida profissional, habitação, mobilidade, acesso a serviços, segurança e representação política. Sociedades muito desiguais desperdiçam talento e afetam a produtividade, e alimentam a polarização, a desconfiança e o ressentimento.

Apesar de melhorias, persistem desigualdades económicas acentuadas: indicadores como o Coeficiente de Gini (31,9 em 2024) e o rácio S80/S20 (5,2 em 2024), manifestam uma tendência de queda, mas a partir de patamares ainda elevados.

A discriminação opera como “multiplicador” de desvantagens. Ela limita entradas e progressões no mercado de trabalho, restringe o acesso a serviços, e reproduz experiências de exclusão que reduzem a confiança e a participação. Uma política de combate a todas as formas de discriminação tem de assumir uma abordagem baseada em direitos (igualdade de tratamento como dever do Estado), interseccional (efeitos cumulativos) e de implementação efetiva (mecanismos de queixa, prova, sanção e reparação).

A Agenda 2030 e o Pacto para o Futuro da ONU reconhecem a necessidade de medidas de progresso mais amplas do que o indicador PIB. Pactos territoriais de desenvolvimento e coesão, com o reforço de redes locais de proximidade, constituem instrumentos de política pública, que transformarão medidas transversais e setoriais em resultados agregados de desenvolvimento.

Portugal pode acelerar o progresso social se tratar a coesão social como estratégia de desenvolvimento. Ao alinhar o combate à pobreza, a redução

das desigualdades e a eliminação da discriminação, o país melhora nas suas condições de vida, reforça capacidades produtivas e protege a legitimidade das instituições, bases indispensáveis para um crescimento económico e desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Propostas

Combate à pobreza e reforço dos rendimentos

- Reafirmar o combate à pobreza, às desigualdades e à exclusão social como prioridade transversal da ação governativa, articulando políticas sociais, educativas, de emprego, de saúde e de habitação, com foco na inclusão, na autonomia e na dignidade.
- Combinar uma abordagem transversal e integrada no combate à pobreza com a focalização dos esforços de redução da pobreza nas situações em que esse risco é superior, como sejam as situações de desemprego, de trabalhadores com vínculos atípicos, de famílias monoparentais, ou pessoas com deficiência e incapacidade, bem como no aprofundamento do caminho que tem vindo a ser percorrido na redução da pobreza na infância e entre os idosos.
- Como elemento fundamental em todo o ciclo de política pública, tornar obrigatória a avaliação “ex ante de impactos” na pobreza, desigualdades e discriminação, relativamente a alterações legislativas nas áreas da fiscalidade, emprego, habitação, educação, saúde, digitalização e clima.
- Reforçar a adequação e a cobertura dos mínimos sociais (incluindo RSI/CSI e apoios de última instância), com atualizações que reflitam o custo de vida (incluindo habitação) e mecanismos automáticos de estabilização (indexações e atualizações previsíveis).
- Avançar para simplificação e unificação progressiva de prestações não contributivas, reduzindo barreiras de acesso e aumentando a eficácia. Implementar um gestor de caso por família (plano familiar único) e governança de proximidade, através da Rede Social Local, articulando segurança social, saúde, educação, emprego e habitação para eliminar duplicações e morosidades burocráticas.
- Articular política salarial com apoios “diretos no trabalho” para famílias com crianças (créditos fiscais/abonos complementares), garantindo que o trabalho reduz efetivamente a pobreza e que horários previsíveis e estabilidade contratual se tornam critérios de qualidade do emprego e de prevenção de riscos de pobreza.
- Pugnar pela execução da Garantia Europeia para a Infância, com metas anuais por território (NUTS/município) e foco em crianças em situações de pobreza, em comunidades marginalizadas, migrantes e portadores de deficiência, garantindo serviços essenciais gratuitos.
- Tratar a pessoa em situação de sem-abrigo como prioridade intersectorial, articulando proteção social, emprego, saúde mental

comunitária e respostas de rua, em coerência com a ENIPSSA 2025–2030 e com a Plataforma Europeia de Combate ao Sem-Abrigo.

- Integrar o combate à pobreza energética com a proteção social, a eficiência habitacional e a transição verde, priorizando reabilitação energética em bairros sociais e um mecanismo permanente (pós-PRR) de apoio à eficiência em habitações, incluindo instrumentos como “vale eficiência” e apoio a autoconsumo coletivo.
- Instituir pactos locais de coesão entre o Estado e as Autarquias, com metas de redução da pobreza, desigualdades e discriminação, financiados por contratos-programa e avaliados anualmente.
- Priorizar intervenções com evidência científica, com avaliação independente, utilizando plenamente o quadro financeiro europeu, os fundos de coesão e os instrumentos de transição justa.
- Aprofundar a eficácia do Complemento Solidário para Idosos, incluindo projetos-piloto de comunicação oficiosa da potencial elegibilidade, com confirmação pelos beneficiários.
- Fixar preços do gás engarrafado com base em proposta da ERSE.

Parentalidade e primeira infância

- Universalizar e qualificar respostas na primeira infância (acelerando o alargamento de vagas e gratuidade em creches e pré-escolar, com gestão integrada de vagas e atenção a horários por turnos), inovando nas respostas sociais para a infância, por exemplo através de creches familiares e com maior envolvimento de parceiros como as autarquias, e focalizando este esforço onde há mais carência de vagas, designadamente nas áreas metropolitanas.
- Reforçar apoios familiares (abono e atualização de escalões) e desenvolver um plano integrado anti pobreza infantil (educação, saúde — incluindo saúde mental — alimentação, cultura/desporto e habitação estável).
- Alargar e valorizar as licenças parentais, promovendo a partilha equilibrada entre mulheres e homens e reforçando a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.
- Propor aos parceiros sociais um pacto social para a parentalidade, combinando alargamento de licenças para mulheres e homens com um reforço dos mecanismos de tempo para cuidado no regresso ao trabalho, em particular no primeiro ano de vida das crianças, de modo a que todos (Estado, empresas, mulheres e homens) contribuam para este desígnio.
- Desenvolver instrumentos de apoio ao início de vida das crianças, incluindo mecanismos de poupança de longo prazo associados ao nascimento.

Juventude, qualificações e transições para a vida adulta

- Criar um programa nacional juvenil centrado em transições de qualidade (aprendizagens, estágios remunerados, bolsas para continuidade escolar), prevenindo o abandono e a precarização.
- Alinhar a requalificação e a aprendizagem ao longo da vida com metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, focada nos jovens e adultos com baixas qualificações, numa ótica de transversalidade da necessidade de renovação de competências tanto para assegurar sustentabilidade dos percursos individuais como a competitividade das empresas e da economia.
- Desenvolver uma Garantia de Emprego Local, orientada para a economia do cuidado, reabilitação energética, proteção civil climática, serviços comunitários, cultura e transformação urbana, com forte componente de formação e de criação de empregos com utilidade social.

Emprego digno e economia social inclusiva

- Condicionar instrumentos de financiamento a padrões de trabalho digno (estabilidade, progressões salariais, cumprimento laboral), apoiando transições produtivas sem precarização. Integrar regulação e proteção em novas formas de trabalho, reduzindo o risco de “falsas prestações de serviços” e reforçando direitos e proteção social em trajetórias laborais descontínuas.
- Operacionalizar o Plano de Ação da Economia Social Europeia para escalar respostas de emprego inclusivo, serviços de proximidade e inovação social, com compras públicas socialmente responsáveis e adequados instrumentos de financiamento.
- Valorizar e apoiar o desenvolvimento dos diferentes ramos da economia social, reconhecendo a sua especificidade entre o Estado e o mercado, e a importância do contributo das dezenas de milhares organizações que a compõem (cooperativas, mutualidades, misericórdias, instituições sociais, associações de desenvolvimento local e outras) na satisfação de necessidades coletivas, assegurando desde logo a existência de uma entidade participada e co-gerida numa lógica de diálogo e parceria que funcione como balcão único da economia social e evite custos de contexto desnecessários e danosos para estas entidades.

Igualdade de género e combate à violência

- Reforçar a transparência salarial e a inspeção para reduzir a desigualdade salarial de género e promover o acesso de mulheres a cargos de chefia e direção.
- Alargar o equilíbrio de género nos conselhos de administração e cargos de direção de entidades cotadas, grandes empresas e setor público.
- Prevenção de crimes de ódio com planos locais, envolvendo escolas, mediação comunitária e formação de profissionais.

- Reforçar a obrigatoriedade e a eficácia dos Planos para a Igualdade, no setor público empresarial e nas empresas de maior dimensão, promovendo a igualdade salarial e de oportunidades.
- Garantir a avaliação sistemática do impacto de género na produção legislativa e na definição de políticas públicas.
- Intensificar o combate à violência doméstica e de género, reforçando a prevenção, a proteção das vítimas, a retirada do agressor, a articulação entre justiça penal e de família e a expansão da rede nacional de apoio às vítimas.
- Assegurar apoio jurídico e judiciário automático às vítimas de violência doméstica e respostas especializadas para crianças e jovens vítimas, garantindo proteção eficaz e evitando a revitimização.

Inclusão e promoção dos direitos das pessoas com deficiência

- Promover a autonomia como eixo central das políticas de inclusão das pessoas com deficiência, articulando respostas nas áreas da saúde, reabilitação, ação social, educação e emprego.
- Garantir acessibilidade física, comunicacional e digital de serviços públicos e plataformas para pessoas com deficiência, expandindo o Modelo de Apoio à Vida Independente e reforçando a Prestação Social para a Inclusão, com desinstitucionalização e políticas de emprego.
- Alargar e consolidar a assistência pessoal como resposta social acessível, incluindo através de acordos de cooperação, garantindo enquadramento legal claro para os assistentes pessoais e assegurando o acesso a respostas de vida independente sempre que forem adequadas e exequíveis.
- Diversificar e reforçar respostas sociais de proximidade, promovendo a inclusão na comunidade e processos de desinstitucionalização sempre que possível.

Combate à discriminação e promoção da diversidade

- Implementar um plano integrado antidiscriminação com metas, monitorização e reforço de mecanismos de queixa, reparação e responsabilização, abrangendo as questões de género, LGBTIQ+, racismo/xenofobia, religião e deficiência, articulado com o pacote europeu “Union of Equality” e com as estratégias nacionais.
- Reforçar cuidados de saúde primários e de saúde mental, com foco em territórios vulneráveis e em grupos expostos à discriminação.
- Proteger os trabalhadores sazonais, garantindo informação sobre direitos, agilização da sua regularização, verificação de condições de trabalho e habitação e combate a redes ilegais.
- Combater as formas mais gravosas de precariedade como as que decorrem da total informalidade e clandestinidade dos trabalhadores, impedindo quaisquer brechas nos avanços que foram sendo conseguidos nestas áreas e na condenação social de

práticas lesivas dos direitos básicos e das condições de concorrência das empresas cumpridoras.

- Desenvolver políticas ativas de combate à discriminação com base na orientação sexual, identidade ou expressão de género e características sexuais, promovendo contextos educativos, profissionais e comunitários seguros, inclusivos e respeitadores da diversidade.
- Reforçar redes de cuidados especializadas e multidisciplinares que respondam às especificidades das pessoas LGBTI+, bem como ações de formação e partilha de boas práticas entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil.
- Intensificar o combate a todas as formas de discriminação religiosa, ao discurso de ódio e à desinformação, promovendo o respeito pela diversidade cultural e confessional e a convivência plural, num quadro de valorização dos Direitos Humanos e do combate intransigente aos populismos.

B. Sustentabilidade da segurança social

Contextualização

A Segurança Social constitui um pilar estruturante do Estado social democrático, assegurando proteção face aos principais riscos sociais ao longo do ciclo de vida e promovendo solidariedade intergeracional, coesão social e justiça redistributiva. A sua sustentabilidade financeira e social é condição indispensável para garantir rendimentos adequados a uma vida com dignidade.

Nos últimos decénios, o sistema português de Segurança Social conheceu um processo significativo de consolidação e maturação, acompanhado por sucessivas reformas destinadas a reforçar a sua sustentabilidade financeira, alargar a base contributiva e melhorar a adequação das prestações. Esse processo ocorreu num contexto de profundas transformações demográficas, marcado pelo envelhecimento acelerado da população, pelo aumento da esperança média de vida e pela redução da população em idade ativa, bem como por mudanças estruturais no mercado de trabalho, caracterizadas por maior precariedade, fragmentação das carreiras contributivas e emergência de novas formas de prestação laboral.

A estes fatores acrescem desafios sociais e económicos recentes - crises económicas, pressões inflacionistas, transições digital e climática - que tornam ainda mais evidente a necessidade de um sistema de proteção social robusto, simples, transparente e capaz de responder de forma eficaz e célere às necessidades dos cidadãos, tanto em períodos de normalidade como em contextos de crise.

Neste quadro, a sustentabilidade da Segurança Social não pode ser entendida exclusivamente numa perspetiva financeira. Ela envolve igualmente uma dimensão social e política, exigindo soluções que conciliem equilíbrio intergeracional, adequação das prestações, justiça contributiva e reforço da confiança no sistema público. Implica também reconhecer novos riscos sociais, nomeadamente os associados ao envelhecimento, à dependência e aos cuidados de longa duração.

A sustentabilidade futura da Segurança Social está, assim, indissociavelmente ligada à evolução demográfica, à qualidade do emprego, ao nível dos salários, à produtividade, à capacidade de adaptação do sistema às novas formas de trabalho e à existência de uma arquitetura de prestações clara, coerente e acessível a todos.

Por outro lado, desenvolvimentos políticos recentes sugerem que o atual Governo, em estreito alinhamento com a Comissão Europeia, tem uma agenda de criação de alarme social não fundamentado e de promoção da desinformação sobre a sustentabilidade de longo prazo do sistema público de pensões, tendo como objetivo a privatização de parte do sistema.

O Governo tem posto em dúvida a obrigatoriedade de transferências futuras dos saldos para o fundo de estabilização da segurança social, tem em funcionamento um grupo para rever as previsões de sustentabilidade da segurança social com base em pressupostos errados e uma orientação clara no sentido de enfraquecer o sistema público e promover mudanças no sentido da privatização.

Por seu turno, a Comissão Europeia tornou pública a intenção de condicionar o acesso a fundos europeus aos países que promovam reformas no sistema de pensões de cada país, apresentou planos para tornar obrigatória a inscrição de trabalhadores em fundos de capitalização privados e responsáveis têm defendido abertamente a importância da utilização dos fundos de pensões para dinamizar os mercados financeiro, criando assim riscos sistémicos de dimensão e consequências de enorme magnitude.

Neste contexto, a afirmação da segurança social pública, da sua integralidade e sua sustentabilidade de longo prazo, apostando na diversificação de fontes, no reforço dos seus mecanismos de estabilização e na conciliação de instrumentos complementares de poupança com estes princípios é hoje mais importante do que nunca, para bem da coesão social e do futuro dos portugueses de todas as gerações.

Análise

O sistema público de Segurança Social em Portugal tem demonstrado uma assinalável capacidade de resiliência e adaptação, desempenhando um papel central na mitigação dos impactos sociais de crises económicas e sociais recentes. A valorização das pensões, o reforço de prestações sociais e o alargamento da cobertura de determinados riscos contribuíram para uma redução significativa da pobreza, sobretudo entre os idosos, e para uma maior proteção de grupos vulneráveis.

Não obstante estes progressos, todos os sistemas de pensões enfrentam desafios. O envelhecimento demográfico exerce uma pressão crescente sobre o sistema, aumentando a despesa com pensões num contexto de menor crescimento da população ativa. Paralelamente, a persistência de baixos salários, carreiras contributivas mais longas mas intermitentes e elevados níveis de precariedade comprometem a capacidade contributiva e coloca em risco a adequação futura das pensões, em particular para as gerações mais jovens.

Mas a solução não é a aposta, em alternativa, a instrumentos individuais de capitalização, pois estes comportam riscos sistémicos para a proteção social que no longo prazo não são controláveis, no quadro de mercados financeiros inerentemente instáveis e sujeitos a ciclos.

Por outro lado, as transformações do mercado de trabalho - incluindo a proliferação de formas atípicas de trabalho, incluindo em plataformas digitais - colocam desafios adicionais. Apesar de avanços recentes, subsistem situações de subdeclaração, evasão e insuficiente cobertura de riscos, incluindo entre os trabalhadores economicamente dependentes.

Acresce que a arquitetura atual das prestações sociais, marcada ainda por uma elevada fragmentação, múltiplos critérios de elegibilidade e interações complexas entre apoios, reduz a eficácia do sistema no combate à pobreza, dificulta o acesso aos direitos e fragiliza os incentivos ao trabalho. A complexidade administrativa constitui, em si mesma, um fator de exclusão e de desconfiança, limitando a capacidade do sistema responder rapidamente em situações de necessidade.

Importa, igualmente, reconhecer que o modelo de financiamento da Segurança Social permanece excessivamente dependente da taxação do trabalho, num contexto em que a evolução tecnológica, a globalização e a fragmentação das relações laborais colocam desafios adicionais à base contributiva. A sustentabilidade de longo prazo exige, por isso, um aprofundamento da diversificação das fontes de financiamento e sobre a articulação entre o sistema contributivo, o financiamento público e outras componentes da proteção social.

A modernização legal, administrativa e tecnológica do sistema, a da transparência e comunicação, são igualmente fatores determinantes para reforçar a confiança dos cidadãos, melhorar o acesso aos direitos e garantir um serviço público de proximidade, eficaz e centrado nas pessoas.

Propostas

Sustentabilidade e justiça do sistema

- Assegurar a sustentabilidade financeira e social da Segurança Social pública, reafirmando a sua natureza universal, solidária e intergeracional e diversificando as fontes do respetivo financiamento.
- Reforçar a adequação das pensões, em particular para trabalhadores com carreiras contributivas longas mas marcadas por baixos salários e interrupções, revendo as regras de formação das pensões de modo a refletir de forma mais justa os percursos profissionais efetivos.
- Garantir a valorização regular das pensões em pagamento, com especial atenção às pensões mais baixas, protegendo o poder de compra dos pensionistas e prevenindo situações de pobreza na velhice.
- Promover a avaliação periódica do impacto das reformas adotadas sobre as taxas de substituição futuras, assegurando previsibilidade, transparência e justiça intergeracional.

Trabalho, contributividade e novas formas de emprego

- Reforçar a contributividade do sistema, assegurando que todas as formas de trabalho contribuem e que o fazem de forma justa e proporcional, incluindo as novas formas de trabalho mediadas por plataformas digitais.

- Combater de forma eficaz a evasão e a subdeclaração, nomeadamente o recurso indevido a falsos recibos verdes e outras formas de evasão contributiva, bem como o combate sem tréguas nem hesitações ao trabalho não declarado.
- Simplificar a relação contributiva dos trabalhadores independentes, por exemplo determinando o valor mensal das contribuições a pagar com base na informação comunicada pela AT relativa ao montante de recibos verdes emitidos, com a consequente eliminação das declarações trimestrais.
- Simplificar o processo de apuramento das entidades contratantes por via da informação recolhida pela AT a partir dos recibos verdes emitidos pelos trabalhadores independentes, dispensando a entrega do Anexo da segurança social na Declaração de IRS.
- Consolidar a proteção social dos bolseiros de investigação equiparando-os, para efeitos contributivos, aos trabalhadores por conta de outrem.

Simplificação, eficácia e combate à pobreza

- Promover uma simplificação estrutural do sistema de prestações sociais não contributivas, reduzindo a fragmentação, clarificando critérios de elegibilidade e reforçando a eficácia do sistema no combate à pobreza, caminhando para a criação de uma prestação única de cidadania.
- Melhorar a proteção no desemprego, alargando a cobertura e reforçando a articulação com políticas ativas de emprego e formação profissional.

Dependência, cuidados e novos riscos sociais

- Reconhecer a dependência e os cuidados de longa duração como um dos principais desafios estruturais da Segurança Social, desenvolvendo uma resposta pública integrada que articule prestações monetárias, serviços e apoio aos cuidadores informais.
- Reforçar o apoio aos cuidadores informais, assegurando proteção social efetiva, reconhecimento contributivo e medidas de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.
- Promover a articulação entre o sistema de pensões, a ação social e os serviços de cuidados, prevenindo a transferência excessiva de custos e responsabilidades para as famílias.

Financiamento e diversificação de fontes

- Promover uma reflexão estratégica para aprofundar a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, reduzindo a dependência excessiva da taxação do trabalho e reforçando a sustentabilidade de longo prazo do sistema.

- Assegurar que mecanismos de natureza solidária no sistema contributivo são devidamente financiados, garantindo transparência na afetação de recursos e evitando a erosão da base contributiva.

Combate à fraude e evasão

- Reforçar o combate à fraude e à evasão contributivas, melhorando os instrumentos legais para este efeito e intensificando processos de fiscalização inteligente, apoiados em avaliação de risco, com base em cruzamento de dados e metodologia Big Data.

Modernização, transparência e proximidade

- Prosseguir a modernização e digitalização da Segurança Social, garantindo interoperabilidade de sistemas, e melhoria da qualidade do serviço prestado.
- Reforçar a proximidade e o atendimento presencial, assegurando que a transição digital não cria exclusões.
- Disponibilizar no Portal da Segurança Social, informação detalhada sobre apoios sociais, respostas sociais e entidades do setor social.
- Desenvolver ações de literacia financeira em matéria de segurança social, dedicando particular atenção aos mais jovens.

C. Direito à habitação

Contextualização

O direito à habitação é um direito fundamental e uma condição essencial para a dignidade humana, a igualdade de oportunidades e a coesão social. Nos últimos anos, nada impactou o custo de vida dos Portugueses como a subida da habitação. Garantir a todos o acesso a uma habitação condigna, adequada e a preços comportáveis é um dos maiores desafios sociais do nosso tempo e uma prioridade política incontornável.

O Partido Socialista assume a habitação como um eixo estruturante das políticas públicas, reconhecendo o seu impacto transversal na qualidade de vida das famílias, na autonomia dos jovens, na atratividade dos territórios, na mobilidade laboral e na justiça social.

Análise

Portugal enfrenta uma crise no acesso à habitação, marcada pela escassez de oferta, pelo aumento dos preços da compra e do arrendamento e por uma pressão crescente sobre os rendimentos das famílias, incluindo da classe média. Este contexto afeta de forma particularmente intensa os jovens, os trabalhadores deslocados, os estudantes do ensino superior e as famílias com maiores taxas de esforço.

A integração do setor imobiliário nas dinâmicas financeiras internacionais, processo conceptualizado como financeirização da habitação, reconfigurou de forma estrutural os mecanismos de formação de preços, expondo o mercado a fluxos de capital transnacional e a lógicas especulativas que transcendem a escala local, regional e nacional. Simultaneamente, a cidade passou a ocupar posição central na produção e absorção de valor económico, intensificando a mercantilização do espaço urbano e consolidando a sua função enquanto ativo estratégico no quadro da economia global. Perante esta realidade estrutural, respostas fragmentárias ou circunscritas à mera regulação do mercado revelam-se manifestamente insuficientes.

A reduzida dimensão do parque público limita de forma significativa a capacidade de intervenção do Estado no mercado, restringindo a existência de uma oferta acessível com efetiva função moderadora sobre os preços. Apesar do reforço do investimento público e da definição de uma estratégia nacional para a habitação, o desafio permanece estrutural e exige respostas persistentes, integradas e de longo prazo.

Aumentar significativamente a oferta de habitação acessível, diversificar soluções habitacionais, mobilizar o parque público e privado e garantir respostas eficazes em situações de emergência social são objetivos centrais. Simultaneamente, a predominância histórica da propriedade enquanto regime dominante acentuou a exposição do sistema a ciclos económicos e a dinâmicas especulativas, reforçando a sua sensibilidade a flutuações externas. Isto determina a importância do mercado de

arrendamento nas novas estratégias de habitação. Essencialmente por dois motivos: este devia ser a base de um mercado de habitação e em Portugal há um claro desvio desse modelo; esse desvio, além do impacto na habitação, tem um impacto significativo na economia e no setor financeiro. Os últimos governos da AD, através do abandono das medidas do pacote Mais Habitação e da implementação de medidas que, como o PS alertou em tempo, levariam ao aumento do preço, agravaram esta situação. Neste quadro, o Partido Socialista reafirma a necessidade de uma política de habitação assente na cooperação entre o Estado, as autarquias, o setor cooperativo, o setor social e os privados, orientada para o interesse público e para a redução sustentada das desigualdades no acesso à habitação.

O reforço substancial do parque público constitui condição indispensável para mitigar de forma duradoura os preços praticados no mercado. Um segmento público residual não dispõe de escala suficiente para produzir equilíbrio sistémico nem para exercer influência moderadora estável sobre a formação de preços. A consolidação deste segmento deverá atingir dimensão bastante para exercer influência real sobre o mercado, preservando simultaneamente a diversidade institucional do sistema habitacional. O objetivo estratégico deve consistir na construção de um parque público robusto, territorialmente equilibrado e financeiramente sustentável, apto a funcionar como elemento estruturante do sistema habitacional.

É fundamental garantir um maior equilíbrio da relação entre inquilinos e senhorios. Não se pode, certamente, impor aos particulares um trabalho de ação social que deve caber ao Estado, mas não se pode também ignorar a função social da propriedade presente no nosso ordenamento jurídico, nem tão pouco impor a estas gerações os custos brutais do ajustamento deste mercado totalmente desfasado da economia.

Propostas

Aumento da oferta de habitação acessível

- Aumentar de forma muito significativa o parque público de habitação acessível, através da construção, aquisição e reabilitação, com especial enfoque nas áreas urbanas de maior pressão.
- Acabar com a segregação habitacional, criando uma só porta de acesso à habitação pública para renda apoiada e acessível, garantindo maior diversidade e integração social nos bairros sociais.
- Descentralizar as competências da Administração Central para as autarquias locais no âmbito da promoção e gestão de habitação pública;
- Criar instrumentos permanentes de financiamento da construção e promoção de habitação pública, incluindo para a classe média, jovens, trabalhadores deslocados e estudantes do ensino superior.

- Afetar uma dotação anual específica, designadamente através de parte dos dividendos da Caixa Geral de Depósitos, para apoiar a promoção e manutenção de habitação acessível pelas autarquias.
- Fomentar a construção e reabilitação de habitação a custos controlados, alinhando incentivos públicos ao setor privado e cooperativo quando destinados a fins de interesse público.
- Alargar os escalões do IMT para habitação própria permanente, incluindo a isenção.

Habitação para jovens e autonomia

- Colocar a resposta habitacional no centro das políticas de juventude, promovendo o acesso dos jovens a habitação condigna como condição para a sua autonomização e fixação no país.
- Desenvolver respostas habitacionais específicas para estudantes do ensino superior, incluindo residências e soluções temporárias acessíveis.
- Avaliar um modelo de financiamento de programas de renda acessível com os fundos da segurança social.
- Criação de direito de preferência para o Estado de edifícios habitacionais alienados na sua totalidade, permitindo acelerar a aquisição de imóveis construídos.

Arrendamento acessível e proteção das famílias

- Acabar com a definição de “renda moderada” aprovada pelo atual Governo, voltando a implementar a definição de renda acessível - rendas 20% ou mais abaixo da mediana do mercado (definida pelo INE).
- Isentar de IRS e IRC os contratos de arrendamento com rendas de valor acessível (20% inferiores à mediana do concelho).
- Garantir apoio ao pagamento da renda para famílias com taxas de esforço elevadas, incluindo famílias da classe média.
- Reforçar programas de arrendamento acessível, promovendo segurança jurídica e previsibilidade para senhorios e arrendatários.
- Fomentar a criação de mecanismos de seguro no arrendamento, reduzindo riscos e incentivando a disponibilização de imóveis no mercado.
- Iniciar o debate para um novo Código do Arrendamento, equilibrando a relação jurídica, protegendo as famílias, acautelando a compensação dos senhorios pelos impactos destes custos de ajustamento, retomando as regras do pacote Mais Habitação.
- Rever o regime do Alojamento Local, limitando-o e garantindo um maior equilíbrio na vida das cidades e regiões onde o foco é o turismo.

Combate aos devolutos

- Isentar (total ou parcialmente por escalões) as mais valias resultantes da alienação de habitação secundária em zonas de pressão urbanística, desde que o imóvel se destine a habitação própria e permanente do adquirente
- Aumento administrativo do IMI dos devolutos pela autoridade tributária, reduzindo a responsabilidade exclusiva dos municípios.
- Revisão do quadro fiscal das mais valias, continuando o caminho da sua redução para as famílias compensado com o aumento das mesmas nos edifícios devolutos usados como instrumento especulativo.
- Simplificação do instrumento de posse administrativa para arrendamento de devolutos degradados e heranças jacentes.

Resposta à emergência social e sem-abrigo

- Reforçar respostas de emergência habitacional para famílias em situação de maior vulnerabilidade e para pessoas em situação de sem-abrigo.
- Priorizar modelos de intervenção baseados no princípio *housing first*, promovendo soluções estáveis e integradas de inclusão social.
- Desenvolver programas de reabilitação de edifícios e equipamentos para fins habitacionais de emergência, em articulação com entidades do setor social.

Inovação, reabilitação e sustentabilidade

- Apostar em soluções construtivas inovadoras, incluindo construção modular e pré-fabricada, com preferência por soluções ambientalmente sustentáveis.
- Apoiar a reabilitação urbana, a valorização do habitat e a melhoria do espaço público em bairros públicos, promovendo qualidade urbana, integração territorial e coesão social, nomeadamente em projetos de combate à pobreza habitacional e energética.
- Criar linhas de financiamento para manutenção e reabilitação de imóveis, incluindo no âmbito dos condomínios.
- Integrar soluções de habitação acessível nos processos de licenciamento urbanístico, em articulação com as autarquias.

Governança e simplificação

- Concretizar o Código da Construção, simplificando procedimentos, promovendo qualidade, segurança e sustentabilidade no setor.
- Criar balcões locais de apoio à habitação, em articulação com freguesias e municípios, facilitando o acesso das famílias à informação e aos programas públicos.
- Promover a articulação entre políticas de habitação, ordenamento do território, mobilidade e coesão territorial.
- Reforço dos julgados de paz em processos de despejo por incumprimento.

- Promover uma alteração concertada do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, promovendo-se uma efetiva facilitação da reclassificação de terrenos rústicos em urbanos e alteração da qualificação de solos em solo urbano, para aumento da oferta de habitação acessível.

D. Defender o Serviço Nacional de Saúde

Contextualização

O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa e um pilar essencial do Estado social. Universal, geral e tendencialmente gratuito, o SNS garante o direito à proteção da saúde e constitui um instrumento decisivo de igualdade, coesão social e desenvolvimento humano.

O Partido Socialista reafirma o seu compromisso inequívoco com a defesa, o reforço e a modernização do SNS, reconhecendo-o como a resposta estruturante às necessidades de saúde da população e como elemento central da confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

Análise

O SNS demonstrou, ao longo dos últimos decénios e em particular em contextos de elevada exigência, a sua capacidade de resposta, resiliência e valor social. O reforço do investimento público, a valorização dos profissionais de saúde e a expansão de cuidados de proximidade permitiram alargar o acesso e melhorar resultados em saúde.

Atualmente, o SNS enfrenta, contudo, desafios críticos. O envelhecimento da população, o aumento das doenças crónicas, as desigualdades territoriais no acesso aos cuidados, a pressão sobre os serviços de urgência e as dificuldades de fixação de profissionais em algumas regiões exigem respostas estruturais, planeadas e sustentáveis.

A defesa do SNS implica investir nas pessoas, nas infraestruturas e na organização, reforçar os cuidados de proximidade e garantir a integração de cuidados, promovendo a prevenção, a literacia em saúde e a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Propostas

Planeamento, investimento e compromisso com o SNS

- Celebrar um Compromisso Plurianual para a Saúde, garantindo previsibilidade no investimento, na modernização de infraestruturas e equipamentos e na valorização dos profissionais de saúde.
- Reforçar o investimento público no SNS, procurando melhorar a sua eficiência e sustentabilidade e assegurando a sua capacidade de resposta presente e futura, bem como os mais elevados padrões de qualidade.

Profissionais de saúde

- Valorizar e dignificar os profissionais do SNS, reconhecendo o seu papel central e assegurando condições de trabalho atrativas e carreiras estáveis.
- Reforçar a colocação de médicos de família nas zonas onde persistem carências, incluindo através de mecanismos de apoio ao alojamento para profissionais deslocados.

Prevenção, literacia e saúde pública

- Reforçar a prevenção da doença e a promoção da saúde, investindo na literacia em saúde, na educação para a saúde e na capacitação dos cidadãos para o autocuidado.
- Intensificar programas de rastreio e ações de prevenção, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos de risco.

Cuidados de proximidade e envelhecimento

- Reforçar os cuidados de saúde primários como porta de entrada preferencial no sistema de saúde.
- Desenvolver respostas integradas para a população idosa, reduzindo internamentos sociais e reforçando a articulação entre cuidados de saúde e respostas sociais.
- Prosseguir e expandir a hospitalização domiciliária, assegurando meios humanos, técnicos e incentivos adequados.
- Reforçar a assistência domiciliária, incluindo apoio a idosos isolados, e criar equipas móveis de saúde para acompanhamento em unidades residenciais e no domicílio.
- Garantir a articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, reforçando a oferta e a qualidade dos cuidados.

Cuidados continuados, paliativos e saúde mental

- Continuar a alargar a rede de cuidados continuados e paliativos, assegurando maior cobertura territorial e cuidados de proximidade.
- Reforçar a resposta em saúde mental, incluindo no acompanhamento de demências, promovendo uma abordagem integrada e comunitária.

Acesso e pacote de cuidados

- Integrar progressivamente novas áreas essenciais nos cuidados primários do SNS, designadamente cuidados materno-infantis, medicina dentária, saúde mental, saúde visual e nutrição.
- Generalizar rastreios visuais e auditivos na infância, promovendo o diagnóstico precoce e a igualdade de oportunidades.

Modernização e transformação digital

- Simplificar os processos de interação dos cidadãos com o SNS, facilitando marcações, exames, acesso a resultados, relatórios clínicos e receituário.
- Desenvolver soluções digitais integradas, assegurando interoperabilidade entre sistemas e garantindo alternativas presenciais para quem delas necessite.
- Criar e consolidar uma plataforma integrada de acesso à informação clínica, promovendo a continuidade e a qualidade dos cuidados.

Articulação institucional

- Promover uma articulação eficaz entre o SNS, o setor social e o setor privado, garantindo complementaridade, regulação e defesa do interesse público, sem pôr em causa a centralidade do SNS.
- Reorganizar o sistema de emergência médica pré-hospitalar.

E. Apostar em educação, ensino superior, ciência e cultura

Contextualização

A educação, o ensino superior, a ciência e a cultura são pilares fundamentais do desenvolvimento humano, da igualdade de oportunidades, da competitividade do país e da vitalidade democrática. Investir no conhecimento, na qualificação das pessoas e na criação cultural é investir no futuro coletivo, na coesão social e na capacidade de Portugal responder aos desafios de um mundo em rápida transformação.

O Partido Socialista assume estas áreas como prioridades estratégicas, reconhecendo que só com uma escola pública forte, um sistema científico robusto, um ensino superior inclusivo e uma política cultural ambiciosa é possível promover progresso social e desenvolvimento sustentável.

Análise

Portugal registou progressos muito significativos na qualificação da população, na expansão do ensino superior, no fortalecimento do sistema científico e na valorização da cultura. A universalização do acesso à educação, o investimento em ciência e inovação e o reforço das políticas culturais contribuíram para reduzir desigualdades e afirmar o país no contexto internacional.

Persistem, contudo, desafios estruturais. As desigualdades territoriais e sociais no acesso à educação, as dificuldades de recrutamento e valorização dos profissionais, a necessidade de reforçar a aprendizagem ao longo da vida, a precariedade no emprego científico e as assimetrias no acesso à cultura exigem respostas consistentes, integradas e de longo prazo.

Num contexto de transições digital, climática e demográfica, torna-se essencial aprofundar políticas públicas que reforcem a qualidade do ensino, valorizem os profissionais, promovam a ciência aberta e cidadã e assegurem o acesso democrático à criação e fruição cultural em todo o território.

Propostas

Educação e ensino básico e secundário

- Concretizar a gratuidade da educação pré-escolar e prosseguir a universalização do acesso à educação desde a primeira infância.
- Corrigir desequilíbrios e carências na rede pública de ensino básico e secundário, assegurando respostas adequadas em territórios com maior pressão demográfica.
- Reforçar a qualidade da escola pública como instrumento central de igualdade de oportunidades, combatendo o insucesso e o abandono escolar, designadamente reforçando a qualificação dos pais como determinante de sucesso escolar dos filhos.
- Generalização progressiva da gratuidade das refeições escolares, em articulação com as autarquias locais.

- Reforçar a Rede de Bibliotecas Escolares, promovendo hábitos de leitura e literacia.
- Reforçar o desenvolvimento das competências linguísticas, incluindo a aprendizagem de línguas estrangeiras, como componente essencial da qualificação dos alunos e da igualdade de oportunidades.
- Integrar o reforço das competências linguísticas no quadro mais amplo das literacias, articulando-o com os Planos Nacionais de Leitura, das Artes e da Literacia Mediática.
- Reforçar e qualificar os Planos Nacionais de Leitura, das Artes, do Cinema e da Literacia Mediática.
- Criar as Escolas Portuguesas do Brasil e da Guiné-Bissau e polos das escolas já existentes em Angola e em Moçambique.
- Reforçar o ensino artístico especializado e o ensino articulado da música, do teatro e da dança.
- Reforçar o ensino de português no estrangeiro.

Profissionais da educação

- Aumentar a atratividade da profissão docente, valorizando as carreiras, corrigindo ultrapassagens, contabilizando tempo de serviço e reconhecendo o tempo de docência em diferentes níveis de ensino.
- Reforçar a formação inicial e contínua de professores, incluindo a profissionalização em serviço, e aumentar as vagas nos cursos de formação de docentes.
- Reduzir a carga burocrática dos docentes, valorizando o seu papel pedagógico e educativo.
- Reforçar os rácios e a vinculação de técnicos especializados e de assistentes operacionais, promovendo contextos escolares mais seguros e inclusivos.
- Assegurar apoios à deslocação e condições adequadas para professores colocados longe da sua residência.

Ensino profissional e qualificações ao longo da vida

- Reforçar as políticas de qualificação de adultos, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e aumentando a participação anual da população adulta em ações de formação.
- Implementar um plano nacional de modernização da rede de centros de formação profissional.
- Promover licenças para formação e concretizar plenamente os acordos de concertação social no domínio da formação profissional.

Ensino superior e ciência

- Reforçar a democratização do acesso ao ensino superior, garantindo condições de frequência e sucesso para estudantes de diferentes origens sociais.

- Promover a ciência aberta e cidadã, reforçando a comunicação científica e a disseminação do conhecimento em contexto escolar e comunitário.
- Reforçar a internacionalização do sistema científico nacional, promovendo a participação em programas europeus e parcerias internacionais estratégicas.
- Consolidar e expandir a investigação clínica e biomédica, assegurando financiamento plurianual dos centros académicos clínicos.
- Desenvolver a estratégia nacional para o Espaço, reforçando a cooperação científica e tecnológica internacional.

Emprego científico e investigação

- Garantir previsibilidade anual nos concursos de emprego científico individual.
- Criar condições estáveis para o emprego científico, assegurando dotação permanente para a integração de investigadores de carreira nas instituições de ensino superior e de investigação.
- Assegurar a abertura anual de concursos para bolsas de doutoramento e promover doutoramentos em ambiente não académico.
- Apoiar a contratação de doutorados por entidades não académicas, incluindo a Administração Pública, reforçando a transferência de conhecimento.

Cultura e criação artística

- Reforçar progressivamente a dotação orçamental para a cultura, garantindo estabilidade e previsibilidade no financiamento.
- Consolidar e renovar automaticamente os apoios sustentados às artes, assegurando maior equilíbrio territorial.
- Reforçar e expandir a Rede de Teatros e Cineteatros e promover a valorização de equipamentos culturais em todo o território.
- Identificar e reabilitar espaços devolutos para cedência a criadores e estruturas culturais.
- Consolidar a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e criar plataformas de circulação nacional para jovens artistas.
- Promover o cinema português, as indústrias culturais e criativas, incluindo o audiovisual, o *gaming* e a animação, reforçando mecanismos de produção, distribuição e exibição.
- Desenvolver um novo estatuto do mecenato cultural, incentivando o apoio privado à criação artística.
- Reforçar o compromisso cultural do serviço público de media, promovendo o acesso democrático à cultura.

- Promover uma aposta robusta numa política cultural que apoie sustentadamente a internacionalização da cultura portuguesa, dos seus autores e criadores.

F. Novas políticas de juventude e desporto

Contextualização

A juventude e o desporto são dimensões centrais de uma sociedade justa, saudável e com futuro. Garantir condições para a autonomia, a participação cívica e o desenvolvimento pessoal dos jovens, bem como promover a prática desportiva e a atividade física ao longo da vida, são objetivos essenciais de uma política pública orientada para a coesão social, a igualdade de oportunidades e o bem-estar coletivo.

O Partido Socialista assume a juventude como prioridade transversal da ação política, o que implica a valorização do ensino profissional, políticas que contribuam para a redução da idade média de emancipação dos jovens portugueses, no domínio do emprego, da fiscalidade, e dos rendimentos e salários. Reconhece, também, no desporto um instrumento fundamental de inclusão, saúde pública, educação para os valores democráticos e afirmação internacional do país.

Análise

Os jovens enfrentam hoje desafios acrescidos no acesso à habitação, na autonomização económica e na conciliação entre formação, trabalho e participação cívica. Apesar dos avanços registados em políticas de apoio à juventude, importa reforçar respostas estruturais que promovam estabilidade, confiança no futuro e permanência dos jovens em Portugal.

No domínio do desporto, apesar do aumento da prática desportiva e do reconhecimento internacional do desporto português, persistem desigualdades no acesso, fragilidades na formação desportiva, insuficiente articulação entre sistema educativo e sistema desportivo e a necessidade de reforçar a integridade, a igualdade e a sustentabilidade do setor.

Neste contexto, impõe-se uma política integrada que articule juventude, educação, saúde, habitação e desporto, valorizando o papel do associativismo juvenil e desportivo, da escola e das comunidades locais.

Propostas

Juventude e autonomia

- Colocar a autonomização dos jovens no centro das políticas públicas, com especial enfoque no acesso à habitação condigna, ao emprego qualificado e à educação e formação ao longo da vida.
- Promover condições que facilitem a transição dos jovens para a vida adulta, combatendo a precariedade e reforçando a previsibilidade nos percursos pessoais e profissionais.
- Reforçar a articulação das políticas de juventude com as áreas da educação, habitação, cultura, desporto e participação cívica, assegurando respostas integradas e coerentes.
- Valorizar o papel do associativismo juvenil como espaço de participação democrática, desenvolvimento de competências e coesão social.

Desporto e atividade física

- Rever a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, adequando-a aos desafios atuais e reforçando a promoção da prática desportiva ao longo da vida.
- Desenvolver um plano estratégico plurianual para o desporto, orientado para a integridade, a igualdade de género, o desporto adaptado e a inclusão.
- Estabelecer como objetivo o aumento significativo do número de praticantes federados, reforçando a base desportiva e a formação de jovens atletas.
- Reforçar o investimento no desporto escolar, promovendo a literacia motora desde a infância e incentivando hábitos de vida saudáveis.
- Alargar e consolidar as Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE) no ensino básico e secundário e desenvolver projetos-piloto no ensino superior, estruturando uma política que enquadre a participação de crianças e jovens em competições desportivas.
- Criar um Observatório do Desporto e da Atividade Física, em articulação com a academia, entidades desportivas e Administração Pública, para monitorização e avaliação de políticas públicas.
- Valorizar o papel dos dirigentes desportivos benévolo, através da criação de um estatuto adequado.
- Promover a captação e organização de eventos desportivos internacionais, assegurando impacto territorial equilibrado, retorno económico, sustentabilidade ambiental e valorização da imagem do país.
- Reforçar a articulação entre desporto, saúde e educação, reconhecendo a atividade física como instrumento central de promoção da saúde pública e do bem-estar.

III. Soberania e instituições eficazes

A. Política Externa e de Defesa Nacional, Comunidades

Contextualização

A posição do Partido Socialista sobre política externa e defesa nacional visa afirmar o Portugal soberano, pró-europeu e progressista, capaz de fazer pontes com todo o mundo e de defender a paz e o multilateralismo. Uma posição adequada ao novo contexto geopolítico internacional e cujos objetivos serão o reforçar da segurança e prosperidades coletivas, em conjunto com os anseios dos cidadãos portugueses.

A guerra regressou à Europa. A ordem internacional liberal do pós-Guerra Fria está numa fase de transformação estrutural, hoje marcada pelo regresso da rivalidade entre grandes potências e a geopolítica clássica. A Democracia está igualmente em retrocesso a nível global, sendo hoje desafiada por potências autocráticas, e por governos autocráticos de países democráticos, que querem instaurar uma ordem internacional pós-democrática. Isto é, estão em causa os valores fundamentais em que assentam as nossas sociedades: o multilateralismo e a cooperação; a democracia; a liberdade e o respeito pelos direitos humanos. Estão também em causa os nossos interesses. O desenvolvimento, a sustentabilidade, o bem-estar e o nosso modo de vida.

É tudo isso que está, hoje, posto em causa por um espectro múltiplo de novas ameaças e riscos, cada vez mais híbridas e transversais, cada vez mais sofisticadas e complexas. Ameaças militares e não militares; ambientais e sociais, políticas e identitárias. Ameaças e riscos que se movem num arco contínuo que vai desde o regresso das ameaças territoriais clássicas ao ciberespaço e em que a fronteira entre o interno e o internacional é cada vez mais indefinida. É um novo ambiente estratégico ao qual é preciso dar resposta.

Após a Guerra Fria, a concentração de poder nos Estados Unidos da América substituiu temporariamente a lógica clássica de equilíbrio de poder, mas o seu crescente retraimento relativo tornou inevitável o regresso da competição entre grandes potências. Este retraimento estratégico da potência ordenadora da ordem liberal desde 1945 têm consequências diretas para a Europa e para Portugal. A política externa norte-americana evolui, de forma bipartidária, no sentido de uma priorização do Indo-Pacífico e de uma estratégia de “*nation-building at home*”.

Este processo deve ser considerado irreversível no horizonte previsível, sendo estruturalmente improvável um regresso a uma centralidade estratégica europeia comparável à do período anterior. Em paralelo, China e Rússia aprofundam projetos alternativos de reorganização do espaço eurasiático. num regresso a uma lógica de “esferas de influência” típica da

ordem pré-1945, desafiando externamente os fundamentos políticos, normativos e de segurança da ordem liberal.

Análise

Portugal é simultaneamente europeu e atlântico, fundador da NATO, membro empenhado da ONU, da UE e da CPLP. A sua posição estratégica exige coerência, previsibilidade e ambição. A visão socialista defende um país aberto e defensor do multilateralismo e da democracia liberal, um construtor de pontes num mundo em fragmentação regional. O novo contexto impõe prioridades: aprofundar a integração europeia na defesa do modelo democrático e multilateral; reforçar a defesa e a valorização do posicionamento estratégico de Portugal no centro do espaço atlântico, em contacto com o Sul Global; desenvolver uma base tecnológica e industrial de defesa nacional que sirva uma economia de alto valor e integrada e financiada nos e pelos programas europeus; coordenação reforçada entre política externa, defesa, segurança económica, indústria, educação e ciência, pois a fragmentação institucional portuguesa constitui hoje um risco.

Ameaças e riscos estratégicos para Portugal: o ambiente internacional coloca, hoje, um conjunto complexo de ameaças e riscos em que se cruzam as ameaças militares clássicas que exigem o chamado “*hard power*” e as ameaças e riscos transnacionais que requerem o chamado “*soft power*”. E desenrolam-se não só nos campos de batalha tradicionais - terra, mar e armas estendem-se, hoje, a novos campos - como o espaço e o ciberespaço - e assumem não raras vezes formas híbridas. As ameaças e riscos à segurança de Portugal enquadram-se nas ameaças e riscos às alianças de que faz parte, a NATO e a UE. Assim, a defesa de Portugal enquadra-se no Conceito Estratégico da NATO e na Bússola Estratégica da UE.

Neste novo ambiente internacional, a segurança europeia atravessa um dos seus períodos mais críticos desde o final da segunda guerra mundial. Está confrontada, a Leste, com o regresso de uma ameaça militar clássica e imperial, a Oeste com a incerteza, senão com a hostilidade da relação transatlântica sobre a qual fundou a sua defesa desde o pós-segunda guerra. A Europa precisa de assumir a sua defesa no quadro da NATO, mas garantindo a autonomia estratégica europeia e da UE, construindo um verdadeiro Pilar Europeu da NATO.

Cooperação no âmbito Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no triângulo entre América Latina e África: num sistema internacional em reconfiguração, Portugal deve afirmar uma política externa multilateral, progressista e orientada para resultados. A ambição deve ir além dos seus espaços tradicionais, projetando-se como parceiro credível na nova arquitetura mundial. Portugal dispõe de vantagens comparativas claras: centralidade atlântica; experiência histórica de cooperação; rede diplomática consolidada e capital reputacional enquanto democracia

estável e aberta. A estratégia deve consistir em transformar essas vantagens em influência efetiva.

A CPLP constitui uma das plataformas relevantes da projeção estratégica de Portugal no mundo. Num contexto internacional marcado por transições geopolíticas profundas, fragmentação económica e desafios globais transversais - das alterações climáticas à segurança - importa afirmar uma CPLP orientada para resultados, com projetos e abordagens inovadoras, e que saiba comunicar com clareza aos seus cidadãos as vantagens e potencialidades deste espaço comum. A centralidade atlântica da CPLP oferece uma base importante para promover parcerias sustentáveis, cadeias de valor eficientes, inovação tecnológica, cooperação energética e diplomacia económica e cultural.

Portugal pode servir de facilitador no reforço da cooperação triangular entre África e América Latina (CPLP/ SEGIB). Pode contribuir para consolidar um espaço de concertação política, mobilidade académica e empresarial e integração produtiva, contribuindo para uma cooperação multipolar. Importa desenvolver parcerias estratégicas com países do Sudeste Asiático (nomeadamente no domínio digital, transição energética e economia marítima) e com os países árabes do Magrebe e do Golfo. Neste quadro, será importante investir num sistema multilateral eficaz, justo e inclusivo, apoiando a reforma do sistema das Nações Unidas. Igualmente importante será reformar o Instituto Português da Cooperação e da Língua - Camões I.P., regressando a uma política consistente de projeção internacional da língua e da cultura portuguesa. Paralelamente, deve ser autonomizada uma agência de cooperação internacional robusta, capaz de estruturar programas, incluindo na área cultural, e mobilizar instrumentos financeiros, articulada com bancos multilaterais e com a União Europeia.

A defesa e as forças armadas: as Forças Armadas Portuguesas estão na origem da nossa democracia e continuam a ser o garante da democracia e do Estado de Direito. São igualmente a garantia da soberania política, da independência nacional e da integridade territorial, no plano interno. Com a participação nas missões internacionais, são um fator de prestígio e credibilidade, no plano externo. É necessário garantir, em primeiro lugar, os efetivos necessários ao cabal cumprimento das missões atribuídas no quadro do nível de ambição definido. Nesse sentido, deve poder alargar-se a base de recrutamento, valorizar profissionalmente a carreira para uma melhor retenção e qualificar as competências para assegurar o seu valor de mercado no regresso à vida civil. Garantir, em segundo lugar, a modernização dos equipamentos militares das forças armadas de acordo com os padrões internacionais, garantindo a interoperabilidade com as forças armadas dos parceiros e aliados. Esta modernização deve fazer-se obedecendo a um planeamento e financiamentos sustentados de médio-longo prazo e abranger não só os teatros de operações tradicionais (terra,

mar e ar) mas também os novos teatros de operações (espaço e ciberespaço).

Portugal tem de cumprir os seus compromissos internacionais e contribuir para o esforço coletivo de defesa da Europa, no quadro da NATO, mas sem esquecer a necessidade urgente da construção de uma autonomia estratégica europeia. Portugal comprometeu-se na última Cimeira da NATO em atingir um investimento de 5% do PIB em defesa, sendo convicção do PS que os compromissos assumidos em nome do Estado Português não são suscetíveis de ser cumpridos sem um alargado apoio social e político, e sem que sejam visíveis para todos os seus benefícios para o desenvolvimento da nossa indústria, o aproveitamento do nosso mar e o fortalecimento do nosso sistema de proteção civil. Esse investimento pode e deve aproveitar, ao máximo, os instrumentos europeus postos à disposição dos Estados Membros (como o SAFE). Mas importa sublinhar que esse investimento deve ser, de facto, um investimento efetuado num quadro de colaboração entre as forças armadas, a academia e as empresas de modo a potenciar a investigação e o desenvolvimento e a beneficiar a inovação e as empresas portuguesas.

Agenda Europeia e Nacional para a Segurança, a Defesa e o Desenvolvimento Sustentável. A política externa e de defesa deve alinhar com a Agenda 2030 das Nações Unidas, com a Declaração de Princípios do Partido Socialista e a tradição multilateralista e europeísta que define a nossa identidade política. Deve alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organização das Nações Unidas, colocando no centro a transição energética justa, a igualdade de género, a educação inclusiva, a digitalização responsável e a erradicação da pobreza, com especial aos estados em situação de fragilidade. Portugal deve promover em matéria climática, de direitos humanos e financeira, defendendo uma governação global mais representativa.

Propostas

Uma política externa multilateral e progressista, em linha com os ODS

- Promover o eixo África e América Latina, em que Portugal facilita o investimento, parcerias e diálogos triangulares entre CPLP e SEIB.
- Desenvolver Plano de Parcerias Estratégicas com Sudeste Asiático e Magrebe/Golfo, promovendo investimento recíproco e cooperação científica em acordos setoriais como energias renováveis, economia azul, digitalização ou ensino superior.
- Reformar a promoção da língua, da cultura e da cooperação, com uma instituição dedicada à promoção internacional do português, com modelo de governação profissionalizado, metas quantificáveis e presença reforçada na Ásia e no Médio Oriente e a criação de uma agência portuguesa de cooperação e parcerias globais.

- Lançar o Fundo de Internacionalização Sustentável, um instrumento financeiro para apoiar empresas portuguesas em projetos alinhados com os ODS, promovendo cadeias de valor sustentáveis.
- Reforçar a posição de Portugal como Plataforma de Diálogo Multilateral, na presença nos fóruns internacionais e organização regular, em território nacional, de conferências estratégicas relacionadas com os ODS e potenciadoras de parcerias internacionais, promover de forma sistemática uma maior presença de portugueses nas organizações internacionais.
- Traçar uma estratégia e plano nacional ambicioso para a educação para o desenvolvimento, reforçando o conhecimento dos cidadãos portugueses dos debates e compromissos internacionais assumidos e a implementar por Portugal.
- Investir na segurança, no quadro da integração europeia da defesa sem prejuízo das prioridades sociais, num contexto que garanta soberania, crescimento sustentável, emprego qualificado e coesão territorial. Lançar programas estruturantes de capacitação industrial nacional, envolvendo empresas, universidades, centros tecnológicos e autarquias, nas áreas de:
 - construção naval e aeronáutica;
 - cibersegurança e inteligência artificial;
 - tecnologias espaciais;
 - robótica e sistemas autónomos;
 - logística avançada e baterias;
 - infraestruturas estratégicas.
- Valorizar o potencial de duplo uso da Defesa Nacional, promovendo aplicações civis nas áreas da proteção civil, segurança energética, inovação industrial e tecnologias digitais.
- Articular o investimento em defesa com o aumento do emprego qualificado; criação de polos tecnológicos regionais; estratégia de internacionalização da nossa economia.

Reforçar a autonomia estratégica europeia com benefícios económicos

- Apoiar o aumento coordenado do investimento europeu em defesa, garantindo que pelo menos 40% das aquisições europeias sejam realizadas de forma conjunta até 2030. Fixar um trajeto progressivo para que 50% dos equipamentos adquiridos pelos Estados-Membros tenham origem na base industrial europeia.
- Promover uma Política Industrial Europeia da Defesa, articulada com os objetivos da dupla transição verde e digital, reduzindo dependências externas em áreas críticas (energia, matérias-primas críticas, terras raras, semicondutores, cibersegurança, espaço).
- Defender que os instrumentos europeus (*EDF, PESCO, ASAP, SAFE*) sejam mobilizados também como instrumentos de crescimento

económico sustentável e inovação tecnológica, coerentes com a estratégia de reindustrialização europeia.

- Integrar a indústria portuguesa de defesa e de uso duplo nos principais programas europeus, com metas concretas: duplicar, até 2030, a participação portuguesa em projetos financiados pelo Fundo Europeu de Defesa. Garantir presença nacional em pelo menos 5 projetos estruturantes PESCO em áreas de alto valor acrescentado.

Reforçar as prioridades geopolíticas nacionais

- Aprofundar a europeização da política de defesa portuguesa, em alinhamento estratégico com os compromissos da União Europeia, mas sem abdicar da centralidade atlântica e dos laços mais estreitos com o mundo da língua portuguesa.
- Valorizar os Açores como ativo estratégico europeu no Atlântico, promovendo:
 - investimento em infraestruturas críticas;
 - reforço das capacidades de vigilância marítima e espacial;
 - integração em projetos europeus de monitorização e defesa do espaço euro-atlântico.
- Defender uma presença portuguesa mais ativa nos fóruns europeus de decisão, incluindo candidaturas a cargos em agências europeias de defesa e a participação estruturada em mecanismos de planeamento estratégico europeu.
- Reforçar a coordenação estratégica com a Europa no quadro do apoio à Ucrânia, reconhecendo o seu papel incontornável na defesa do modelo europeu e na defesa da validade do direito internacional.

Investir na coordenação estratégica do Estado

- Apresentar uma proposta para um Plano de Desenvolvimento Nacional e de Capacitação da Defesa, a submeter à Assembleia da República, garantindo:
 - base política e social alargada;
 - estabilidade plurianual do financiamento;
 - transparência na execução.
- Afirmar que os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no quadro da NATO só poderão ser cumpridos com amplo apoio social e político, devendo o Governo promover um diálogo institucional estruturado.

Afirmar uma narrativa progressista para a segurança europeia

- Potenciar o investimento na defesa nacional como fator de inovação tecnológica e promoção do desenvolvimento económico, numa lógica de maior coesão territorial.
- Rejeitar visões securitárias regressivas e nacionalistas, reafirmando:
 - o compromisso com o multilateralismo;
 - a defesa da democracia liberal;

- o respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos.
- Defender que a segurança europeia é condição para:
 - proteger o modelo social europeu;
 - garantir emprego qualificado;
 - assegurar autonomia democrática num contexto de competição entre grandes potências.
- Comunicar a política de defesa como política pública ao serviço das pessoas, não como agenda militarista, mas sim como política estratégica integrada numa visão de desenvolvimento sustentável.

B. Mais Integração Europeia

Contextualização

Nos 40 anos da adesão de Portugal à então CEE, o Partido Socialista orgulha-se da visão de Mário Soares: o lugar de Portugal é na Europa. Pediu a adesão. Trouxe para a negociação e para o apoio político as suas relações privilegiadas, de longa data, com líderes europeus. Assinou o Tratado de Adesão. O Partido Socialista reconhece e valoriza as contribuições do nosso país para a construção europeia. Portugal e os portugueses reconhecem os benefícios da adesão.

A União Europeia é hoje um espaço político, cultural, económico e geográfico mais amplo: que passou de 12 a 27 Estados-membros, com mais um grupo de países à porta para entrarem. No atual contexto geopolítico cabe à UE proteger o multilateralismo e a ordem internacional baseada em regras; preservar os valores europeus, a democracia, a liberdade, os direitos humanos, os direitos sociais e ambientais. Estas duas dimensões definem as prioridades primeiras da UE.

Queremos uma UE mais política, mais económica, mais competitiva, mais sustentável, mais social, mais solidária, mais feminista e mais geopolítica. Beneficiária da dupla transição verde e digital para uma competitividade e crescimento económico sustentáveis. Que proteja e dê segurança aos cidadãos, em todas as suas dimensões, seja da defesa dos direitos sociais, seja contra os seus inimigos externos e internos, designadamente as extremas direitas, antidemocráticas e antieuropeias. Que garanta a paz e o bem-estar social. O futuro da UE não passa por menos Europa, ou pela sua fragmentação, mas sim por mais integração europeia.

Mais Europa significa maior capacidade de servir os cidadãos e as economias europeias e ao mesmo tempo tornar-se um ator geopolítico global robusto e efetivo. Mais Europa constrói-se reforçando a autonomia estratégica: a competitividade das economias e das indústrias europeias, com base no investimento e na inovação; com um maior acesso a matérias-primas críticas, terras raras e fontes de energia quer autóctones quer diversificadas, com valorização das renováveis no cabaz energético e combatendo a pobreza energética; na intensificação e diversificação das relações comerciais da UE, baseadas em regras justas; na defesa, exigindo mais coordenação e maior partilha de soberania neste campo; e estando à mesa dos processos de paz, de reconstrução e de ajuda humanitária.

Análise

As economias e as indústrias europeias têm vindo a perder competitividade, por força de um défice estrutural de investimento produtivo e vulnerabilidade nas cadeias de valor estratégicas. A desindustrialização relativa fragilizou a sua base económica e limitou a sua autonomia política. A resposta europeia, seja o Plano Industrial do Pacto Ecológico ou o

Regulamento da Indústria com Emissões Líquidas Nulas, aponta para uma reindustrialização limpa e tecnologicamente avançada.

Os relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi sublinharam, respetivamente, que o mercado único permanece incompleto, fragmentado em setores-chave, e que a Europa sofre de uma lacuna de produtividade face a, por exemplo, os EUA ou a China. A competitividade europeia exige escala, integração financeira, capacidade de investimento permanente ao nível europeu e coordenação estratégica. Para o PS o caminho é claro: aprofundar e simplificar o mercado único. A escassez e fragmentação do investimento europeu em Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&DI) e a fuga de talento comprometem a soberania tecnológica. A autonomia estratégica requer domínio em áreas como inteligência artificial, cibersegurança, espaço, biotecnologia ou tecnologias quânticas. A visão do PS é a da integração mais aprofundada de Portugal nos ecossistemas europeus de inovação, articulando programas europeus, fundos europeus, universidades e centros de investigação e setor privado. A I&DI, foco do programa Horizonte Europa, deve ser vista como uma política pública estruturante, tendo nomeadamente impacto direto na criação de emprego qualificado e bem remunerado e na retenção de jovens.

A política da UE para a energia é uma política de interesse comum que visa garantir um abastecimento seguro, sustentável e competitivo, promovendo a integração do mercado interno e a transição para energias limpas. Reduzir a dependência energética e melhorar o acesso a matérias-primas. Num caso e noutro a investigação nas energias e mineração verdes deve continuar. Levará tempo, mas é uma ambição essencial para cumprir os objetivos do Acordo de Paris, reafirmados na COP 30, no Brasil.

A crise energética que afetou a Europa, decorrente da invasão russa da Ucrânia, evidenciou vulnerabilidades europeias e demonstrou os riscos de dependências excessivas e não diversificadas. A autonomia estratégica europeia começa na energia. Exige diversificação de fontes e aceleração de renováveis. Para prosperar de forma sustentável e segura, a UE lança novas abordagens quanto a fontes de energia, matérias-primas críticas e terras raras. Portugal está bem posicionado, geograficamente e infraestruturalmente, como *hub* energético e de matérias-primas, inclusive pelos seus recursos provados e a provar em prospeção, pela sua liderança nas energias limpas e pela sua base industrial preexistente, capazes de atrair investimento produtivo europeu e terceiro, beneficiando dos quadros normativos de incentivo à resiliência europeia, que assim ajudará a cumprir. A consolidação de Portugal como *hub* europeu não é apenas um objetivo ambiental, mas uma estratégia geoeconómica. Reduz vulnerabilidades externas, atrai investimento industrial e reforça a posição do país nas negociações europeias.

Para lá da economia, o PS preocupa-se antes de mais que Portugal se encontre numa posição frágil no que diz respeito à pobreza energética. Muitos lares não dispõem de condições mínimas no acesso à energia. A transição energética também traz exigências nem sempre suportáveis pelas famílias. Daí que seja urgente trabalhar, antes de tudo o mais, no sentido de alcançar objetivos europeus de redução da pobreza energética.

A UE não pode estar externamente dependente de parceiros únicos no acesso a energia, produtos agrícolas, matérias-primas e de base, tecnologias ou outros elementos ou componentes essenciais para o seu funcionamento e para o desenvolvimento da indústria europeia, ou perante uma situação de disrupção e catástrofe, como a trazida pela Guerra da Ucrânia ou a evidenciada pela pandemia COVID19. Para o PS, é importante Portugal estar atento e ativo, no seio da coordenação europeia, na defesa dos interesses nacionais, em especial no decurso do atual intensificar de negociações comerciais da UE com países terceiros. Queremos acordos comerciais que beneficiem ambas as partes e sejam instrumentos de uma regulação da globalização que promova o desenvolvimento. Que sejam baseados em regras e no respeito mútuo de objetivos económicos e sociais, evitando o *dumping* social e ambiental.

Para o PS, Portugal tem o potencial de atuar como plataforma europeia de reconexão atlântica, com a Ásia e com África, pelas suas relações privilegiadas, articulando comércio sustentável, cadeias de valor verdes e cooperação regulatória. A abertura comercial, acompanhada de padrões ambientais e sociais exigentes, reforça a posição internacional da UE e cria oportunidades para as empresas portuguesas.

No domínio da defesa, a dependência histórica da Europa em relação aos Estados Unidos da América condicionou o desenvolvimento de capacidades autónomas. O PS reconhece a importância crucial da aliança atlântica mas, como tratado no ponto anterior, defende o reforço do Pilar Europeu de Defesa, com investimento coordenado, interoperabilidade e desenvolvimento de indústria de defesa europeia. Para o PS, a Europa, em tempos origem do expansionismo, deve aprofundar e cumprir com brio a sua atual vocação de promover a paz, a reconstrução, a ajuda pública ao desenvolvimento e a ajuda humanitária. O PS quer a Europa unida na cena internacional, à mesa das negociações dos processos de paz no Médio Oriente e como parte de mérito próprio de um acordo justo que assegure uma paz duradoura entre a Ucrânia e a Rússia.

O alargamento da UE voltou à agenda política europeia depois da invasão da Ucrânia pela Rússia. As instituições europeias comprometeram-se com a adesão da Ucrânia. O PS é favorável ao alargamento da UE, que deve considerar além da Ucrânia os restantes países candidatos desde que cumpram todos os critérios de adesão.

Uma governação PS não descuidará os novos desafios que este alargamento trazem à UE quer do ponto de vista orçamental quer do ponto de vista institucional. A arquitetura do orçamento de longo prazo da UE a 27 não é compatível com um orçamento da UE a 30 ou 35. Do ponto de vista institucional, alterações pontuais nos Tratados tornam-se necessárias; e devem multiplicar-se as cooperações reforçadas, permitindo aos Estados-membros que querem aprofundar a integração europeia que o possam fazer Transversais às várias esferas da atuação política e às próprias relações sociais, os Direitos Humanos são o corolário do humanismo europeu. Assentes nos valores da dignidade e da liberdade, na inviolabilidade da vida humana, eles têm tido no socialismo democrático um dos seus mais constantes e dinâmicos promotores. PS não se conforma com a inaceitável erosão dos direitos humanos a que hoje assistimos, com vários países, inclusive democracias, a recorrerem cada vez mais a leis que criminalizam organizações e defensores dos direitos humanos, à repressão transnacional e a ferramentas digitais que atentam contra a liberdade de expressão e propagam a desinformação.

A evolução para uma arquitetura institucional mais baseada numa inspiração federalista afigura-se como solução para organizar e apaziguar as contradições e divisões no seio da União Europeia, e ao mesmo tempo como a via para lhe devolver a vocação de uma verdadeira potência geopolítica. Historicamente, o federalismo tem demonstrado ser uma forma de governo adequada a proteger a diversidade na unidade e a evitar a subalternidade de uns face a outros. O respeito pelas autonomias dos Estados federados coexiste com uma atuação mais vigorosa e unitária nomeadamente em matéria de defesa ou de relações externas. É forçoso reconhecer os traços federalistas que já têm vindo a modelar a construção europeia, como sejam o princípio da subsidiariedade, o primado do direito europeu, a moeda única ou o próprio sistema de distribuição de poderes e competências da UE. Mais recentemente, assistimos à emissão de dívida conjunta e a mecanismos de compra coletiva, com a criação do *Next Generation EU* que financia os PRR. No curto e prazo, serão necessários novos avanços nesta direção mais comunitária e federalista.

Para cumprir Portugal na Europa, o PS propõe uma agenda alinhada com a sua Declaração de Princípios e com os valores europeus, com o multilateralismo e com uma ordem global baseada em regras.

Propostas

- Recorrer aos mecanismos existentes nos Tratados para uma transição gradual da unanimidade para maioria qualificada, designadamente em política orçamental e fiscal.
- Reforçar a União Económica e Monetária. Promover um orçamento europeu com consolidação de instrumentos de dívida comum.

Concluir a União Bancária, a União dos Mercados de Capitais e do Seguro Europeu de Proteção de Depósitos.

- Reforçar o mandato secundário do Banco Central Europeu.
- Completar o mercado interno, desburocratizar o seu funcionamento sem redução de ambição europeia nem em matéria ambiental nem nos direitos sociais.
- Desenvolver políticas de combate à pobreza energética para atingirmos os objetivos europeus.
- Lançar o Acelerador Industrial Europeu, para proteger a indústria europeia e apoiar uma política industrial europeia ativa, assente em consórcios europeus, compatível com as regras de concorrência, centrada em setores críticos.
- Assegurar, no próximo orçamento de longo prazo da UE (QFP 28/34) a capacidade orçamental para investimento produtivo estratégico, articulando modelo PRR/NGEU, fundos, programas e instrumentos europeus comuns.
- Criar um mecanismo de investimento permanente na EU (*uma espécie de NGEU permanente*) que permita o apoio a projetos de investimento ligados a prioridades europeias ou investimento em bens públicos.
- Garantir a participação portuguesa em, pelo menos, cinco Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI) nas áreas da energia limpa, matérias-base, baterias, semicondutores, tecnologias digitais e de defesa.
- Promover Portugal como *hub* do comércio externo europeu de energia e de produção de energias renováveis. Liderar na transição verde e posicionar Portugal entre os três principais produtores europeus de hidrogénio verde.
- Reforçar a Autonomia Digital e Regulação Global. Afirmar a liderança normativa em proteção de dados e regulação das plataformas digitais como instrumento de soberania, promovendo infraestruturas europeias de *cloud* e armazenamento de dados; investimento público-privado em inteligência artificial ética; tributação justa das grandes plataformas tecnológicas.
- Reforçar a Coesão Social e Territorial da UE. Garantir que a soberania estratégica incorpora cláusulas sociais fortes, como a defesa de um salário mínimo europeu enquadrado nas realidades nacionais. Consolidar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Promover legislação europeia que garanta condições laborais dignas na economia digital. Assegurar que a reindustrialização europeia respeita critérios ambientais e sociais. Reforçar e regionalizar os fundos de coesão. Os fundos de coesão devem manter-se centrais na arquitetura financeira da UE, com o objetivo de reduzir divergências estruturais

entre centro e periferia e de apoiar o desenvolvimento económico e tecnológico das regiões europeias e a criação de emprego digno.

- Promover uma política comercial europeia justa baseada em regra, que diversifique parceiros, assente na reciprocidade e contra práticas desleais, que defenda padrões ambientais, laborais e sociais elevados e garanta autonomia estratégica sem ceder ao protecionismo..
- Apoiar uma implementação célere do acordo UE-Mercosul e do acordo UE-Índia, como instrumento comercial e geopolítico, assegurando o cumprimento das cláusulas ambientais e laborais , bem como mecanismos de monitorização eficazes.
- Apoiar o Alargamento da UE aos países dos Balcãs Ocidentais que o desejem e à Ucrânia, desde que cumpridos os critérios de Copenhaga.
- Afirmar a UE como um ator global na defesa dos Direitos Humanos, do multilateralismo e da ordem internacional baseada em regras.
- Reafirmar o compromisso com os Direitos Humanos. Responsabilização de agentes estatais e não-estatais que cometam crimes contra a humanidade, em especial crimes de genocídio e de limpeza étnica, e para com a defesa do sistema internacional de justiça que luta contra a impunidade.
- Promover, ao nível europeu e ao nível nacional, uma maior participação cidadã, com especial atenção aos jovens, nas decisões europeias. Combater a desinformação e reforçar a literacia europeia, numa comunicação política clara sobre os benefícios da integração, reconhecidos pelos portugueses.
- Reconhecer que os benefícios da pertença de Portugal à UE também são consequência da estratégia nacional. O Partido Socialista entende que só uma estratégia propositiva, exigente e negocial e não submissa, que equilibre interesse europeu e interesse nacional, permite simultaneamente o benefício pleno para o nosso país da presença de Portugal na UE e um contributo efetivo de Portugal para o processo de construção europeia.

E. Valorizar as Comunidades Portuguesas

Contextualização

Contexto

O PS não esquece que as Comunidades Portuguesas espalhadas pelos quatro cantos do Mundo constituem um dos ativos estratégicos mais importante do país desde logo na sua política externa e europeia e que todos devem reconhecer e valorizar, tanto na dimensão material como afetiva. A presença portuguesa no Mundo honra Portugal e consubstancia uma influência fundamental do país fora das suas fronteiras em termos económicos, culturais, linguísticos, científicos, políticos e diplomáticos, razão pela qual é necessário criar estruturas de ligação mais sólidas e permanentes.

Mas a emigração portuguesa também é constituída por milhões de compatriotas que saíram do país por falta das oportunidades que lhes pudessem garantir uma vida digna e à medida das suas expetativas, a quem é preciso dar respostas e assegurar uma relação de proximidade.

Muitos dos portugueses e lusodescendentes que hoje residem no estrangeiro mantêm uma relação de grande proximidade com Portugal, muitos pensam mesmo regressar um dia, para o que devemos preparar o país com as necessárias estruturas administrativas.

Análise

Muita coisa pode e deve ser feita no âmbito de uma política progressista e humanista, que não conhece fronteiras. Portugal é uma nação una, que deve incluir nos seus destinos tanto os cidadãos que vivem no país, como os que vivem no estrangeiro. Para isso é necessário operar uma mudança de paradigma na abordagem às políticas para as Comunidades Portuguesas, aprofundar as necessidades tradicionais, como na melhoria do atendimento consular, no ensino de português no estrangeiro em todos os graus e no fortalecimento do movimento associativo, mas ir para além delas.

As políticas dirigidas às Comunidades Portuguesas têm de mudar radicalmente na forma como o Governo, a Administração pública e os Municípios se relacionam com os portugueses residentes no estrangeiro. É preciso fazer um mapeamento abrangente das comunidades e desenvolver um plano estratégico que permita uma ligação mais profunda e virtuosa com elas, indo ao encontro daqueles que agora são invisíveis e permita a cada um sentir-se satisfeito e orgulhoso com o seu país.

Essencialmente, é preciso ir ao encontro, de forma mais assertiva, dos jovens e das mulheres, dos empresários e dos agentes culturais, dos investigadores e diplomados e dos trabalhadores comuns, dos luso-eleitos e dos lusodescendentes, dos idosos e de todos os que querem reforçar a sua ligação com Portugal.

É tão fundamental desenvolver relações bilaterais com os países de acolhimento, para melhorar a situação das Comunidades Portuguesas, como fazer tudo para que estes nossos compatriotas não se sintam estrangeiros no seu próprio país de nascimento ou origem. Portugal é de todos nós e todos contamos.

Propostas

- Adaptar a Administração Pública às necessidades dos portugueses residentes no estrangeiro, em Portugal e no reforço da rede e valências consulares.
- Promover a participação política em matérias relativas aos assuntos mais prementes da vida nacional fora do país, como matérias de nacionalidade e vistos, registo civil, comercial, predial, fiscais.
- Desenvolver políticas robustas para as comunidades a partir do Governo, da Administração Pública e dos Municípios.
- Usar a língua portuguesa como vetor da projeção de Portugal do ensino básico às universidades e fomentar a ligação à diáspora científica.
- Apoiar e desenvolver todo o potencial dos empresários das comunidades, criando uma estrutura que facilite o investimento em Portugal.
- Lançar um programa abrangente para a ação cultural nas comunidades, que inclua o Instituto Camões e promover o Museu Nacional da Diáspora.
- Criar um programa robusto para os jovens das comunidades, que inclua intercâmbios profissionais e académicos.
- Preservar e dinamizar o movimento associativo das Comunidades Portuguesas.
- Criar uma ligação sólida e permanente com os luso-eleitos.

D. Aprofundar a Autonomia Regional

Contextualização

Hoje, como no passado, o Partido Socialista afirma-se como o partido das autonomias regionais. Para nós, as autonomias regionais dos Açores e da Madeira não constituem apenas a forma como o Estado se organiza nessas partes do território nacional. O processo de autonomia político-administrativa é, também, e sobretudo, um processo de intrínseca génese regional, correspondendo à forma como as diferenças da história, da geografia e, -porque não? -, do sentir do Povo ganharam foros de expressão constitucional e de expressão institucional.

Desde a Assembleia Constituinte, no Parlamento ou no Governo, o Partido Socialista respondeu sempre presente nos momentos decisivos para a consagração e aprofundamento da autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira. Assim foi na elaboração e aprovação da Constituição da República de 1976, assim foi nas sucessivas revisões constitucionais que ampliaram e aprofundaram os poderes das regiões autónomas, assim foi na aprovação e na revisão dos estatutos político-administrativos, assim foi, também, na criação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, entre muitos outros exemplos.

Em todos esses momentos, o Partido Socialista construiu um património de posições e de políticas a favor da descentralização política, a favor da transferência de responsabilidades e de meios, a favor de uma autonomia regional que fortalece as regiões autónomas, enriquece Portugal e é legítimo motivo de orgulho para todos os portugueses.

Análise

No ano em que, quer nos Açores, quer na Madeira, se comemora a passagem de 50 anos sobre a data das primeiras eleições legislativas regionais, e subsequente instalação, pela primeira vez, dos órgãos de governo próprio, o Partido Socialista reafirma o seu indelével compromisso, de princípios e pragmático, com o fortalecimento e aprofundamento da autonomia político-administrativa como expressão da Democracia, da riqueza e diversidade da Comunidade Nacional e do respeito pela vontade de Açorianos e Madeirenses.

Hoje, de olhos postos no futuro, e perante uma experiência de autogoverno regional que consideramos ser uma das grandes histórias de sucesso do Portugal democrático, o Partido Socialista posiciona-se, sem sombra de qualquer dúvida, na linha da frente das propostas e das soluções para os desafios, novos e antigos, com que as autonomias regionais estão confrontadas na realização das tarefas que a todos unem e que a todos devem mobilizar: a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Os principais desafios que se colocam no âmbito do desenvolvimento e aprofundamento da autonomia político-administrativa, e que o Partido Socialista considera deverem ser debatidos tendo, da nossa parte, uma resposta favorável, agrupam-se em três núcleos essenciais:

Propostas

Competenciais

- É imperativo consolidar o caminho que se abriu com a eliminação do conceito de “interesse específico regional” para a determinação das competências legislativas das regiões autónomas, de forma a evitar que, quer nas opções legislativas, quer na jurisprudência do Tribunal Constitucional, subsista aquilo que por opção política consciente e premeditada se pretendeu eliminar.
- A definição das matérias reservadas aos órgãos de soberania como limite à competência legislativa das regiões é a forma como poderemos, após meio século de autonomia político-legislativa, corresponder às necessidades do presente e aos desafios do futuro. Uma das matérias a aprofundar é a abertura da possibilidade de autorizações legislativas em certas matérias hoje vedadas (por exemplo, a possibilidade de legislar no domínio dos direitos, liberdades e garantias), ligadas às atividades económicas para as quais a Região já tem competência legislativa.
- As novas áreas de intervenção e interesse dos Estados, como é o caso do Mar, do Espaço ou da Biodiversidade, não podem dispensar a participação decisória e a comunhão de benefícios com as regiões autónomas. Consideramos necessário, pois, renovar entendimentos e eliminar obstáculos tendo em vista, por um lado, a clarificação das matérias que se referem à soberania e segurança do Estado — e que devem estar isentas de qualquer intervenção regional — e, por outro, aquelas, como as relativas à gestão, ao licenciamento e à exploração, nas quais a intervenção decisória das regiões autónomas, pela sua proximidade e posicionamento geográfico, não só potencia os interesses do país como é garantia de partilha de responsabilidades e benefícios. Temos de potenciar a concertação estratégica, reforçar a unidade e a coesão nacional com a certeza de que as Autonomias são a melhor expressão de Portugal no Atlântico. Neste sentido, os Açores e a Madeira têm de assumir uma participação qualificada, preponderante e de destaque nesse grande desígnio nacional que é o Mar.
- É necessário conciliar o exercício das funções do Estado com a atuação das autonomias regionais, procurando pontos de articulação, de rentabilização e de harmonização. Hoje, cada vez mais, é contraproducente uma visão que coloca a atuação de cada ente público — Estado e regiões autónomas — em compartimentos

estanques, da qual resulta mais a soma das ineficiências do que o produto da multiplicação das capacidades. Constitui, assim, uma medida de benefícios mútuos a criação de mecanismos de reforço da concertação e alinhamento da atividade do Estado e das regiões autónomas, os quais, no respeito pelas competências de cada um, permitam maximizar as suas capacidades na resolução de problemas ou no aproveitamento de oportunidades. É nesse domínio que, entre outras, se integra a proposta de formalização da possibilidade de reuniões conjuntas periódicas entre o Governo da República e os governos regionais, a presença dos presidentes dos governos regionais no Conselho de Ministros.

Financeiras

- A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, pela previsibilidade e estabilidade que trouxe ao relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas, constitui hoje um dos pilares fundamentais da autonomia regional. Temos muito orgulho em que a iniciativa dessa lei e a sua aprovação constituam parte do património político do Partido Socialista.
- Contudo, decorridos quase 30 anos sobre o seu surgimento, e mesmo após sucessivas revisões, é evidente a necessidade de essa lei ser revista, no sentido de aprofundar e reforçar, entre outros aspetos, os princípios da solidariedade e da responsabilidade mútuas entre o Estado e as regiões autónomas, a estabilidade e a previsibilidade do relacionamento financeiro entre ambos, a autonomia fiscal regional, para além, naturalmente, da atualização de conceitos como a dívida pública entre outros.
- O próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período 2028-2034 traz em si uma profunda alteração das regras relativas à definição, gestão e execução dos fundos europeus aí previstos, com uma maior intervenção das autoridades nacionais. Para o Partido Socialista, o aproveitamento das oportunidades que encerra o próximo orçamento europeu inclui, necessariamente, o respeito pelas realidades das autonomias regionais e a previsão de um programa específico de cada uma delas sobre o qual as mesmas tenham o poder de definição de prioridades e de decisão sobre a afetação de recursos.
- Desenvolver o mecanismo previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os Projetos de Interesse Comum - já materializado com a Região Autónoma da Madeira no âmbito da construção do Hospital Central e Universitário da Madeira- de parceria estratégica entre a Região Autónoma dos Açores e o Governo da República, tendo em vista implementar iniciativas que promovam a qualificação e melhorem os índices de qualificação dos Açorianos;

- A realidade do poder local nas regiões autónomas é, desde logo, pela convivência com o nível de poder regional, diferente do que acontece no território continental. A constatação dessa realidade específica e a conciliação da intervenção de ambos os níveis de poder leva a que, desde logo, no que se refere ao regime das finanças locais, devam ser levadas em conta as especificidades existentes. Para o Partido Socialista, essa é uma necessidade que deve ter o devido acolhimento numa futura revisão da Lei das Finanças Locais, com o reforço das possibilidades de cooperação entre os diversos níveis de poder, a salvaguarda das receitas próprias regionais e a consagração da possibilidade de, por decisão dos órgãos de governo próprio, as autarquias localizadas nas regiões autónomas terem um modelo de organização diferenciado daquele do território continental.

Institucionais

- 50.º aniversário, quer da consagração da autonomia político-administrativa na Constituição, quer da instalação dos primeiros órgãos de governo próprio das regiões autónomas, constitui a oportunidade para avançarmos na sua configuração institucional. O Partido Socialista está, convictamente, na linha da frente desse processo e, empenhadamente, na prossecução desse objetivo. A isso leva, não só o decurso do tempo, mas, sobretudo, o facto da autonomia político-legislativa, pelo seu exercício, pelo seu compromisso e pelas suas realizações, se ter consolidado e amadurecido, para além de ter permitido dissipar eventuais dúvidas e receios, hoje, como ontem, injustificados e injustificáveis.
- De forma especial, torna-se necessário, neste momento, rever soluções e consensualizar novas abordagens, nomeadamente na representação do Estado nas regiões autónomas, através da extinção da figura de Representante da República, no assegurar da representatividade das regiões autónomas nas instituições europeias onde o nosso país tenha representantes, de forma especial no Parlamento Europeu e na aportação das perspetivas autonómicas a instituições como o Tribunal Constitucional.

E. Segurança em Liberdade

Contextualização

A segurança é um direito fundamental dos cidadãos e uma condição indispensável para o exercício pleno da liberdade, da democracia e da vida em comunidade. Garantir segurança em liberdade significa proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e assegurar a ordem pública, sempre no respeito pelos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição.

O Partido Socialista afirma uma visão de segurança democrática, assente na proximidade, na prevenção, na confiança entre cidadãos e forças de segurança e na articulação entre políticas sociais, urbanas e de proteção civil.

Análise

Portugal é um dos países mais seguros do mundo, resultado de políticas públicas consistentes, de forças e serviços de segurança profissionais e de uma estratégia integrada que privilegia a prevenção, a preparação e a proximidade. O reforço do policiamento de proximidade, a implementação da Estratégia Integrada de Segurança Urbana e o investimento em proteção civil contribuíram para a redução da criminalidade e para o aumento da confiança dos cidadãos.

A complexificação das ameaças à segurança, a necessidade de proteger populações vulneráveis, a segurança em contexto escolar, desportivo e urbano, bem como os riscos associados a fenómenos extremos e incêndios rurais, exigem respostas articuladas, modernas e proporcionais.

Defender a segurança em liberdade implica reforçar meios e capacidades, investir na prevenção e na proteção civil, utilizar a tecnologia de forma responsável e assegurar a dignificação das forças e serviços de segurança.

Propostas

Segurança democrática e proximidade

- Valorizar e executar medidas da Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU):
 - reforçar o policiamento de proximidade, garantindo presença regular no espaço público e promovendo a cooperação com autarquias, associações locais e comunidades.
 - desenvolver novas gerações de Contratos Locais de Segurança, focados na prevenção da delinquência grupal e juvenil, na redução de vulnerabilidades sociais e na promoção da cidadania ativa.
 - reforçar programas de segurança escolar, segurança de idosos e segurança em contextos desportivos e de grandes eventos.
 - monitorização permanente e avaliação de resultados das medidas.

Tecnologia e direitos fundamentais

- Atualizar o enquadramento legal da videovigilância em espaços públicos de risco, garantindo proporcionalidade, transparência e respeito pelos direitos fundamentais.
- Utilizar tecnologias como drones e sistemas de registo de imagem pelas forças de segurança, com enquadramento legal claro, salvaguardas democráticas e respeito pelos direitos fundamentais.

Valorização das forças e serviços de segurança

- Valorizar e dignificar as carreiras das forças e serviços de segurança, assegurando condições adequadas de trabalho, retenção de efetivos, formação, equipamentos e infraestruturas.
- Executar e atualizar a Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança.
- Reforçar a partilha de recursos materiais e infraestrutura entre as forças e serviços de segurança.

Segurança urbana e comunitária

- Implementar plenamente a Estratégia Integrada de Segurança Urbana, reforçando a articulação entre segurança, políticas sociais, educação, urbanismo e inclusão.
- Apoiar iniciativas locais dirigidas a jovens em contextos urbanos mais vulneráveis, promovendo confiança, corresponsabilização e inclusão social.

Proteção civil e prevenção

- Implementar a Estratégia Nacional para Proteção Civil Preventiva 2030, reforçando a componente preventiva da proteção civil, com especial enfoque na gestão integrada do risco e na prevenção.
- Consolidar o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Desenvolver uma estratégia de preparação comunitária e institucional, decorrente na nova Estratégia Europeia para a Preparação, visando o desenvolvimento da resiliência nacional face a cenários disruptivos.
- Reforçar meios, capacidades e sistemas de comunicações de emergência, assegurando eficácia e resiliência na resposta a situações de risco.
- Concretizar o Planeamento Civil de Emergência.
- Reforçar a arquitetura de coordenação operacional nacional, valorizando o papel do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON) como plataforma efetiva de comando conjunto e partilha de informação em permanência.
- Institucionalizar a integração do Apoio Militar de Emergência (AME) no Sistema Nacional de Proteção Civil, mantendo-o no perímetro da segurança interna, passando de uma lógica “de recurso” para uma lógica estrutural e planeada, com presença regular e previsível.

- Clarificar por via legal e doutrinária a atuação civil-militar em emergência, definindo missões, níveis de prontidão, procedimentos standard de ativação, responsabilidades e regras de comando/controlo, assegurando a direção operacional pela ANEPC quando empenhadas capacidades militares.
- Criar mecanismos permanentes de ligação e interoperabilidade entre ANEPC e Forças Armadas (oficiais de ligação com presença continuada, rotinas de estado-maior conjunto, canais de decisão e articulação territorial).
- Generalizar treino e exercícios conjuntos regulares (nacionais e territoriais), integrando AME/Forças Armadas no planeamento de contingência, planos territoriais e planos especiais, com objetivos claros e validação de procedimentos.
- Garantir interoperabilidade de comunicações e sistemas de comando e controlo, assegurando partilha de dados operacionais e alinhamento de linguagem/procedimentos entre agentes de proteção civil e componente militar.
- Reforçar e especializar capacidades críticas de resposta multirrisco, mobilizando valências das Forças Armadas (engenharia, logística, transportes, apoio sanitário, BQR, vigilância/reconhecimento, drones e sensores) com planeamento e pré-posicionamento adequados.
- Criar um programa plurianual de investimento e financiamento estável para capacidades de emergência (incluindo meios dedicados, manutenção, treino e prontidão), com regras claras de compensação de custos operacionais em missões de proteção civil.
- Constituir e gerir uma reserva estratégica de equipamentos e material de emergência, com logística e pré-posicionamento territorial, para resposta rápida a crises prolongadas e ocorrências simultâneas.
- Reforçar a dimensão de prevenção e preparação face a riscos climáticos, incluindo missões de apoio técnico e operacional em tempo de paz (por exemplo, engenharia de mitigação, proteção de infraestruturas críticas e apoio ao ordenamento operacional). Estabelecer rotinas de avaliação pós-ocorrência e melhoria contínua, com lições aprendidas, auditoria operacional e atualização de doutrina, planos e treino.
- Valorizar e profissionalizar o comando operacional dos bombeiros, promovendo uma trajetória de formação avançada e padronizada em liderança, planeamento, gestão de operações e interoperabilidade, em articulação com o sistema de proteção civil.

F. Justiça para todos

Contextualização

A Justiça é um pilar essencial do Estado de direito democrático e uma condição indispensável para a liberdade, a igualdade e a confiança dos cidadãos nas instituições. Garantir justiça para todos significa assegurar o acesso efetivo aos tribunais, decisões em tempo útil, respeito pelas garantias fundamentais e um sistema judicial transparente, independente e eficiente.

O Partido Socialista reafirma o seu compromisso com uma Justiça próxima dos cidadãos, moderna e eficaz, capaz de responder às exigências de uma sociedade democrática e de uma economia dinâmica, assegurando a tutela efetiva dos direitos e a igualdade perante a lei.

Análise

Portugal registou avanços relevantes na modernização do sistema de justiça, na digitalização de processos, na requalificação de infraestruturas e na redução de pendências em áreas específicas. O reforço de meios tecnológicos, a aposta na simplificação processual e o desenvolvimento de mecanismos de resolução alternativa de litígios contribuíram para uma justiça mais acessível e próxima.

A morosidade processual em determinadas jurisdições, a complexidade de procedimentos, as desigualdades no acesso à justiça e a necessidade de reforçar meios humanos e organizacionais exigem um esforço continuado de reforma. A eficácia do sistema judicial é igualmente determinante para a defesa dos direitos fundamentais, para a confiança dos cidadãos e para a atratividade do investimento.

Neste contexto, importa aprofundar a modernização da Justiça, nas suas diversas jurisdições, reforçar a sua capacidade de resposta e promover uma cultura de eficiência, transparência, articulação e responsabilização, em diálogo com todos os atores do ecossistema que garante a prossecução da justiça.

Propostas

Compromisso para a Justiça

- Concretizar, em diálogo designadamente com as forças democráticas e com os representantes do setor judiciário, um Compromisso para a Justiça, orientado para a modernização, a eficiência, a acessibilidade e o pleno respeito pelo Estado de direito democrático.

Organização do Sistema Judiciário e Reforma do Modelo de Governação da Justiça

- Descentralizar competências dos órgãos centrais do Ministério da Justiça para os órgãos de gestão das Comarcas Judiciais, reforçando a sua autonomia gestonária.

- Reformar o funcionamento procedimental dos tribunais, com forte aposta na digitalização e na utilização ética e responsável de ferramentas de Inteligência Artificial, garantindo sempre a decisão humana.
- Rever o Estatuto dos Oficiais de Justiça, valorizando carreiras e capacitando os funcionários para os desafios da modernização organizacional.
- Consolidar instrumentos de prevenção e combate à corrupção, reforçando a capacidade de investigação e a eficácia da ação penal.
- Promover uma cultura de integridade no exercício de funções nas instituições da Justiça.

Qualificar o Funcionamento e a Gestão da Administração Judiciária

- Reformular o estatuto dos administradores judiciais, reforçando competências de organização, planeamento e gestão.
- Introduzir um novo modelo de organização e funcionamento das secretarias judiciais, assente em procedimentos desburocratizados e suportados por ferramentas tecnológicas interoperáveis.
- Reforçar os meios humanos e técnicos das secretarias judiciais.
- Implementar um modelo de gestão orientado por objetivos processuais, com mecanismos de monitorização e avaliação de mérito.
- Criar um modelo flexível e integrado de gestão partilhada de salas de audiência em cada Comarca, garantindo a realização atempada dos atos judiciais.
- Requalificar e modernizar infraestruturas judiciais, assegurando condições adequadas de funcionamento e atendimento.
- Prosseguir a transformação digital da Justiça, garantindo sistemas fiáveis, resilientes e centrados nos utilizadores.
- Reformular a plataforma nacional de resolução alternativa e digital de litígios (RAL+).

Reformas Processuais e Acesso Efetivo à Justiça

- Rever o sistema de acesso à Justiça, garantindo a todos os cidadãos condições efetivas de defesa dos seus direitos.
- Prosseguir o programa Justiça Mais Próxima, reforçando a proximidade do sistema judicial aos cidadãos e às empresas.
- Promover a simplificação de procedimentos e a redução da complexidade processual.
- Introduzir reformas processuais que aumentem a eficiência, com prioridade à Justiça administrativa e penal:
- Introduzir alterações no processo penal que compatibilizem celeridade com garantias de defesa.

- Reformar o processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais, introduzindo mecanismos de simplificação e controlo da morosidade.
- Reduzir a morosidade processual através da racionalização de meios e da adoção de boas práticas organizacionais.
- Apostar na especialização sempre que adequada, melhorando qualidade e rapidez das decisões.
- Alargar a cobertura territorial dos Julgados de Paz.
- Colocar a mediação no centro da resposta ao conflito.
- Aperfeiçoar o sistema de justiça arbitral, assegurando qualificação, imparcialidade, transparência e controlo público.

G. Reforma da Administração Pública

Contextualização

A Administração Pública é um pilar central da soberania democrática, da coesão territorial e da capacidade de o Estado responder às necessidades dos cidadãos e das empresas. Uma Administração Pública moderna, eficiente e próxima é condição essencial para a concretização de políticas públicas, para a confiança nas instituições e para o bom funcionamento da democracia, da economia e da sociedade.

O Partido Socialista assume a reforma da Administração Pública como uma prioridade estratégica, orientada para a valorização dos trabalhadores, a qualificação das lideranças, a modernização dos serviços, a simplificação administrativa e a utilização responsável da inovação tecnológica ao serviço do interesse público.

Análise

Portugal registou avanços significativos na modernização administrativa, na digitalização de serviços e na simplificação de procedimentos. Iniciativas como o SIMPLEX, o reforço dos serviços digitais e a aposta na interoperabilidade permitiram melhorar a relação entre o Estado, os cidadãos e as empresas.

Persistem, contudo, desafios estruturais. A necessidade de atrair e reter talento, de valorizar carreiras e salários, de capacitar as lideranças, de reforçar a capacidade de planeamento e avaliação das políticas públicas e de aprofundar a transformação digital de forma inclusiva exige um esforço continuado de reforma. A Administração Pública deve ser simultaneamente mais eficiente, mais justa para quem nela trabalha e mais próxima daqueles que serve.

Propostas

Descentralização administrativa e valorização do poder local e regional

- Consolidar o processo de descentralização de competências do Estado para as autarquias locais.
- Avaliar o novo modelo de desconcentração de poderes dos serviços periféricos da administração central para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.
- Defender a realização de um novo referendo sobre a criação de regiões administrativas.
- Reforma da legislação das autarquias locais, com reforço dos poderes dos órgãos deliberativos e da governabilidade nos órgãos executivos.
- Nova lei de lei das finanças locais, com reforço dos meios financeiros e da autonomia das autarquias locais.
- Reposição da Inspeção-Geral das Autarquias Locais.

Valorização das pessoas, carreiras e trabalho público

- Valorizar os trabalhadores da Administração Pública, assegurando carreiras atrativas, progressões justas e atualização regular das remunerações.
- Rever e atualizar os regimes das carreiras gerais e especiais, garantindo equidade, previsibilidade e sustentabilidade.
- Promover programas de progressão acelerada e prémios por resultados para quadros de excelência, reconhecendo o mérito e o desempenho.
- Reforçar o recrutamento de técnicos superiores e quadros qualificados, com planeamento plurianual das necessidades.
- Alargar e consolidar o programa EstágiAP, reforçando a ligação da Administração Pública aos jovens e à Garantia Jovem.
- Reforçar a formação ao longo da vida dos trabalhadores públicos, valorizando o papel do INA com autonomia adequada e adotando modelos de formação em larga escala, tirando partido dos canais digitais.
- Aperfeiçoar os modelos de recrutamento e seleção de dirigentes, valorizando as funções de direção superior e intermédia.

Qualidade da gestão, organização do trabalho e inovação

- Desenvolver modelos inovadores de organização do trabalho, incluindo a generalização de projetos-piloto da semana de quatro dias na Administração Pública e a alocação, temporária ou a tempo parcial, de trabalhadores a projetos colaborativos entre várias entidades.
- Promover a autonomia responsável dos serviços e dirigentes, associando gestão orçamental a objetivos claros e avaliação intercalar de desempenho, com efeitos nas comissões de serviço dos dirigentes.
- Assegurar condições de transição de conhecimento e continuidade de funções em contextos de aposentação, designadamente mantendo os trabalhadores aposentados que o desejem a tempo parcial para adequada capacitação dos novos trabalhadores recrutados.
- Lançar um programa de melhoria das condições de trabalho e de promoção da saúde ocupacional em toda a AP.
- Capacitar a AP nas funções associadas às compras públicas: criar a figura do Comprador Público, em linha com as melhores práticas internacionais.
- Rever o regime da administração financeira do Estado, com vista a:
 - consolidar normas que têm, nos últimos decénios, ficado submetidas ao princípio da anualidade, por constarem da Lei do OE ou do DL de Execução Orçamental. Tal estado de coisas tem conduzido a que a 1 de janeiro de cada ano, a AP tenha de

ser confrontada com um novo ordenamento da administração financeira, assente em derrogações das regras gerais e em exceções a tais derrogações, gerando instabilidade, incerteza e uma curva de aprendizagem para trabalhadores e dirigentes renovada em cada ano.

- criar o Código da Despesa Pública com unificação das principais regras relativas à execução da despesa pública, assim se evitando a dispersão legislativa.
- simplificar a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, consagrando mecanismos simples, fluxos financeiros transparentes e facilmente auditáveis, de forma a melhorar a prestação de contas por parte da AP, ao mesmo tempo que se reduzem os encargos burocráticos e a afetação de recursos improdutivos por parte da Administração Pública.
- reforçar o mecanismo da programação da despesa, com enfoque nos objetivos de execução e dos resultados, adotando-se um modelo similar ao do Plano de Recuperação e Resiliência, assim se garantindo que o investimento público é concretizado em projetos com impacto que possa ser quantificado, reforçando-se, simultaneamente, a auditabilidade da execução da despesa pública e a transparência.
- Reforçar a qualidade da gestão pública, simplificando e codificando o acervo regulatório em vigor em todas as matérias da responsabilidade dos dirigentes públicos.
- Promover a adoção de sistemas de incentivos à inovação na gestão pública, com envolvimento dos trabalhadores.

Simplificação administrativa e serviços públicos

- Criar um SIMPLEX-IA, introduzindo as vantagens da IA na desmaterialização de atividades rotineiras da AP.
- Lançar uma nova geração do SIMPLEX, orientada para a eliminação de obrigações redundantes, a redução de custos de contexto e a simplificação de procedimentos, associando-o ao sistema de gestão do desempenho dos serviços públicos.
- Simplificar o quadro legal aplicável à Administração Pública, promovendo regimes transversais de prestação de serviços digitais (*digital by default*).
- Reforçar o princípio da declaração única e da prestação de informação apenas uma vez à Administração.
- Desenvolver modelos de atendimento integrados e omnicanal, reforçando a proximidade territorial e o acesso para populações em territórios de baixa densidade e para portugueses no estrangeiro.

- Continuar a simplificação dos processos administrativos de autorização e licenciamento.
- Desjudicializar o levantamento do efeito suspensivo automático das providências cautelares no âmbito da contratação pública, através da criação de uma câmara arbitral no IMPIC.
- Restringir a fiscalização do Tribunal de Contas aos procedimentos que envolvam montantes muito significativos.

Transformação digital e dados

- Prosseguir a transformação digital da Administração Pública, assegurando interoperabilidade total entre sistemas e utilização inteligente de dados.
- Desenvolver uma infraestrutura de *cloud* pública que garanta soberania digital, proteção de dados e segurança da informação.
- Promover a automatização de processos e a utilização responsável de tecnologias emergentes, incluindo inteligência artificial, libertando recursos humanos para funções de maior valor acrescentado.
- Garantir que a inovação tecnológica é implementada de forma ética e transparente e que é avaliada com envolvimento dos utilizadores e respeito pelos direitos fundamentais.

Avaliação, transparência e capacidade do Estado

- Reforçar mecanismos permanentes de avaliação de impacto das políticas públicas, valorizando o papel do PlanAPP.
- Promover uma cultura de prestação de contas, transparência e divulgação pública de metas e resultados em todas as áreas de governação.
- Desenvolver modelos de serviços partilhados e centros de competências, reforçando a capacidade técnica do Estado e reduzindo dependências externas.
- Reforçar o controlo interno e a auditoria e inspeção na AP, através da maior especialização por parte dos inspetores, do rearranjo orgânico dos serviços inspetivos incluindo as entidades administrativas independentes com funções de supervisão de entidades integradas na administração pública (por exemplo a IGAS e a ERS).
- Eliminar, como regra, a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, mantendo-se a mesma apenas prevista para os projetos estruturantes que envolvam montantes muito significativos.
- Segregação funcional das funções de auditoria/inspeção do Tribunal de Contas, das respetivas funções jurisdicionais.

H. Qualidade da democracia, cidadania, transparência e combate à corrupção

Contextualização

A qualidade da democracia é inseparável da confiança dos cidadãos nas instituições, da transparência da ação pública e da integridade no exercício de funções políticas e administrativas. Uma democracia forte exige instituições eficazes, responsáveis e abertas à participação cívica, capazes de responder às expectativas dos cidadãos e de garantir o primado do interesse público.

O Partido Socialista assume a defesa da democracia, do Estado de direito e da ética pública como um compromisso permanente, rejeitando o populismo, a desinformação e a erosão da confiança institucional, e promovendo uma cultura política assente na responsabilidade, na prestação de contas e na participação cidadã.

Análise

Portugal consolidou, ao longo dos últimos decénios, uma democracia pluralista, estável e respeitadora dos direitos fundamentais. Foram dados passos relevantes no reforço da transparência, na prevenção e combate à corrupção, na modernização das instituições e na afirmação de uma cultura de integridade na vida pública.

Há, porém, muito a fazer. A perceção de opacidade em processos de decisão, a complexidade do relacionamento entre interesses públicos e privados, a necessidade de maior escrutínio democrático e o impacto da desinformação e do discurso de ódio colocam exigências acrescidas às instituições democráticas.

O reforço da qualidade da democracia exige, por isso, aprofundar mecanismos de transparência, responsabilização e prevenção, fortalecer a participação cívica e assegurar que o combate à corrupção é feito com eficácia, proporcionalidade e pleno respeito pelo Estado de direito.

Propostas

Transparência e integridade na vida pública

- Reforçar a transparência da ação governativa e administrativa, promovendo a clareza dos processos de decisão e o acesso dos cidadãos à informação pública.
- Consolidar e aprofundar os instrumentos de prevenção e combate à corrupção, com base na Estratégia Nacional Anticorrupção, reforçando a coerência, a eficácia e a avaliação das políticas públicas nesta área.
- Prevenir contextos de risco e conflitos de interesses no exercício de funções públicas, promovendo uma cultura de integridade e responsabilidade.

Combate à corrupção e reforço institucional

- Reforçar a capacidade de investigação e de prevenção da corrupção, assegurando meios adequados às entidades competentes e uma atuação eficaz e coordenada.
- Promover a especialização e a articulação institucional no combate à criminalidade económico-financeira, garantindo eficácia e respeito pelas garantias fundamentais.

Qualidade da democracia e participação cidadã

- Reforçar a participação cívica e democrática, promovendo mecanismos de envolvimento dos cidadãos na definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos.
- Valorizar o papel da sociedade civil organizada, do associativismo e das organizações não governamentais na promoção da cidadania ativa e da coesão social.
- Promover a literacia democrática e mediática, combatendo a desinformação e o discurso de ódio, em defesa do pluralismo, da liberdade de expressão e do debate democrático.

Integrar quem nos procura

- Estabelecer vias legais, reguladas e planeadas de imigração laboral.
- Instituir um sistema transparente de entrada com critérios rigorosos e objetivos, privilegiando trabalho, qualificações e integração.
- Reforçar a inspeção do trabalho e o combate às redes de exploração, responsabilizando empregadores e intermediários.
- Garantir que a imigração laboral temporária ou sazonal inclui obrigação de alojamento digno assegurado pelo empregador.
- Apostar na integração como política central: língua, reconhecimento de qualificações, escola inclusiva e acesso universal à saúde e educação.
- Defender na União Europeia uma política comum baseada em solidariedade, partilha de responsabilidades e vias legais seguras.

Instituições democráticas e confiança

- Reforçar a prestação de contas e a avaliação das políticas públicas, garantindo maior escrutínio democrático e responsabilização dos decisores.
- Promover o funcionamento eficaz, transparente e cooperativo das instituições democráticas, fortalecendo a confiança dos cidadãos no sistema político.
- Defender o Estado de direito democrático como base da liberdade, da igualdade e da justiça social.

Conclusão

A visão para Portugal que esta moção apresenta assenta numa ideia simples, mas exigente: governar é escolher com responsabilidade, reformar com equilíbrio e transformar com sentido estratégico.

O país enfrenta desafios estruturais que não se resolvem com soluções conjunturais nem com oscilações táticas. A evolução demográfica, a necessidade de aumentar a produtividade, a qualificação do perfil económico, a coesão territorial, a sustentabilidade do Estado Social e a defesa da qualidade da democracia exigem continuidade, estabilidade e capacidade reformista.

A trajetória que propomos baseia-se em três compromissos estruturantes. Primeiro, consolidar um modelo de desenvolvimento que articule crescimento económico com justiça social. Portugal precisa de aumentar o valor acrescentado da sua economia, reforçar a inovação, investir nas qualificações e melhorar os salários. Mas precisa fazê-lo preservando o equilíbrio das contas públicas, garantindo sustentabilidade financeira e evitando soluções que comprometam o futuro coletivo.

Segundo, fortalecer o Estado Social como instrumento de coesão e igualdade de oportunidades. A proteção social, a saúde, a educação, a habitação e a segurança não são apenas prestações públicas; são pilares da cidadania e condições para o desenvolvimento. Modernizar o Estado Social não significa reduzi-lo, mas torná-lo mais eficiente, mais próximo e mais ajustado às novas realidades sociais.

Terceiro, qualificar a democracia. Num contexto europeu marcado por tensões políticas e desinformação, a confiança nas instituições torna-se um ativo decisivo. Transparência, exigência ética, proximidade aos cidadãos e valorização do poder local são condições essenciais para preservar a legitimidade democrática. A estabilidade política deve ser entendida como um fator de desenvolvimento e não como um bloqueio à mudança.

A ambição desta moção não é circunstancial. Propõe uma linha de ação coerente para o próximo decénio: uma economia mais sofisticada e internacionalizada; um mercado de trabalho com melhores salários e relações laborais mais equilibradas; um território mais coeso; um Estado Social sustentável; uma democracia resiliente.

Portugal não precisa de ruturas artificiais nem de regressões ideológicas. Precisa de reformas consistentes, sustentadas por maiorias sociais alargadas e por uma cultura de diálogo institucional. Precisa de uma liderança capaz de conciliar firmeza nos princípios com abertura à construção de consensos.

O Partido Socialista tem responsabilidade histórica na construção do Estado Social, na consolidação democrática e na modernização económica do país. Essa responsabilidade não se esgota na gestão do presente. Exige

visão estratégica, sentido de dever e compromisso com o interesse nacional.

Esta moção reafirma essa responsabilidade. Propõe um caminho de transformação gradual, mas determinada; de estabilidade com ambição; de desenvolvimento com coesão.

É essa a visão que submetemos ao Congresso e ao país: um projeto político consistente, reformista e sustentável, preparado para responder aos desafios estruturais de Portugal com seriedade, continuidade e sentido estratégico.

Convidamos todos os militantes e simpatizantes a participarem ativamente na construção e aprofundamento da proposta política do Partido Socialista, contribuindo com reflexão, experiência e compromisso para um projeto coletivo ao serviço de Portugal.

Contamos todos!

CONTAMOS TODOS

JOSÉ LUÍS
CARNEIRO



PS